UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LUIZA MOREIRA DA COSTA

**Um estudo sobre Alcibíades a partir do debate siciliano em Tucídides
VI.9-23 – entre a *physis anthropon* e o governo de si**

São Paulo

2014

LUIZA MOREIRA DA COSTA

**Um estudo sobre Alcibiádes a partir do debate siciliano em Tucídides
VI.9-23 – entre a *physis anthropon* e o governo de si**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como parte integrante da avaliação para obtenção de título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Filosofia e Educação.

Orientador: Professor Doutor Marcos Sidnei Pagotto-Euzebio.

São Paulo
2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.01
C837e

Costa, Luiza Moreira da

Um estudo sobre Alcibíades a partir do debate siciliano em Tucídides VI.9-23 – entre a *physis anthropon* e o governo de si / Luiza Moreira da Costa ; orientação Marcos Sidnei Pagotto-Euzebio. São Paulo: s.n., 2014.
149 p. : il.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Filosofia e Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

1. Tucídides, 460-400 a.C 2. Alcibíades 3. Filosofia da educação 4. Governo I. Pagotto-Euzebio, Marcos Sidnei

COSTA, Luiza Moreira da. **Um estudo sobre Alcibíades a partir do debate siciliano em Tucídides VI.9-23 – entre a *physis anthropon* e o governo de si.** Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Mestre em Educação.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À *Márcia* e ao *Luiz*, pelo amor.

E ao *Uashington*, pela determinação férrea.

AGRADECIMENTOS

Atravessar etapas importantes de nossas vidas nunca é algo que se faz sozinho; devemos sim, ser um dos protagonistas das conquistas de nossa jornada, mas nossas vidas se enlaçam de tal forma que muitos são os que contribuem para nossas conquistas. Ter completado uma etapa como o mestrado, independente de seu resultado, já é uma vitória e, talvez, unicamente sobre si mesmo. Assim sendo, agradeço aos grandes protagonistas da minha vida:

Ao professor Marcos Sidnei Pagotto-Euzebio por aceitar orientar minha pesquisa no mestrado, e por todo o restante que isso implicou, em termos acadêmicos, burocráticos e emocionais. Pela amizade, boas conversas e bom humor na lida dos desafios que foram se apresentando. E ainda, pelo tempo em que estivemos ombro a ombro nas queridas Semanas de Estudos Clássicos, realizando feitos heroicos dignos de serem cantados pelas Musas.

À FAPESP, por subsidiar esta pesquisa por dois anos, que se resumem em um período de grandes aprendizagens.

Aos professores Alessandra Carbonero Lima e Breno Batisttin Sebastiani, pelas pontuações paidêuticas sobre este trabalho na ocasião da Qualificação, e pela forma generosa como elas foram expressas.

Agradeço aos amigos do Instituto Tripé, em especial, Marcos, Samantha e Simone, amigos sempre presentes.

Às amigas Anyele e Louisa, pela amizade, conversas e risadas, leituras atenciosas, indicações de trabalho, e pelo carinho e amor traduzidos em todos esses gestos. Aos amigos PV, em especial pela leitura dedicada, e ao Renato, pelas conversas e recomendações.

À Lilian, irmã e consultora de pós-graduação, cujo incentivo nunca faltou. E ao seu esposo Bruno, por sempre enxergar o copo meio cheio.

Aos meus pais, Marcia e Luiz, que sempre me apoiaram na graduação e na pós. Em especial, à minha mãe, pelo amor e carinho, e ao meu pai, pelo amor também expresso em sua leitura

atenta a cada uma das linhas que escrevi, por suas sugestões e correções, e por compartilhar de seu vasto vocabulário quando me faltaram as palavras no texto e nos desabafos.

Ao Uoshington, a quem também dedico este trabalho, companheiro de jornada, sustentáculo em muitos momentos, amigo e esposo que soube como poucos me apoiar com determinação férrea.

E, por fim, a Deus, porque sem seu Amor, não existiríamos, e sem sua Sabedoria e Justiça, não haveria uma jornada de aprendizagem infinita a percorrer. Agradeço a oportunidade de percorrer essa etapa e por todo crescimento que ela me proporcionou.

*Para que todos esses sonhos sejam possíveis,
precisamos governar a nós mesmos, ou
sucumbiremos porque não somos capazes de estar à
altura da civilização que fomos desenvolvendo.*

José “Pepe” Mujica, Assembleia Geral da
Organização das Nações Unidas, Nova York, 2013.

RESUMO

COSTA, Luiza Moreira da. **Um estudo sobre Alcibíades a partir do debate siciliano em Tucídides VI.9-23 – entre a *physis anthropon* e o governo de si**. 2014. 149 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Tucídides, ateniense, pensador político do quinto século antes de Cristo, narrou, em sua única obra, grande parte da história da Guerra do Peloponeso. Convicto de que *ela seria grande e mais importante que todas as anteriores* (TUCÍDIDES, I.1), o historiador antigo, seguindo o critério da própria razão, reuniu relatos, dados e informações gerais sobre a contenda e as nações envolvidas, selecionou personagens, acontecimentos e discursos para compor sua obra de criação (ROMILLY, 1998). O resultado disso é a impressão, por parte dos leitores, de que acompanharam a guerra, compreenderam suas motivações e entenderam o impacto das ações de seus personagens no desenrolar da contenda. Tal papel foi criteriosamente analisado por Tucídides, que buscou indicar ao longo de sua narrativa histórica a força da *physis anthropon* na condução da *polis*. Explorar a natureza humana como causadora da crise e da derrota de Atenas é a resposta de Tucídides para compreender o fim do Império Ateniense e marca o rompimento com a justificativa fantasiosa ou divina que constava, até então, nos registros do passado. Para mostrar isso, fizemos uso do personagem Alcibíades no contexto do debate siciliano (TUCÍDIDES, VI.9-23). Ambientado na assembleia que buscava definir os passos seguintes da Expedição à Sicília, esse debate se originou da negativa de Nícias, um dos comandantes da expedição, de os atenienses partirem em auxílio aos aliados, empregando as forças atenienses contra a Sicília; e se consumou com a resposta de Alcibíades, que ao subir à tribuna, fez a sua grande defesa diante da *ekklesia*. Deste debate depreende-se a figura de Alcibíades: a do orador que reúne as habilidades para conquistar a confiança de seus ouvintes e para convencê-los sobre o que é benéfico ou não à *polis*, incitando o medo e inflamando os ânimos dentro de uma lógica argumentativa que atravessou os impulsos e os desejos dos atenienses. As palavras que Tucídides selecionou para o discurso de Alcibíades formam a imagem de um homem intemperante, dominado pela *hybris*, que se propôs a governar os outros sem antes ter governado a si mesmo. Aliado a esta reflexão, tornou-se possível alargar o quadro proporcionado pelo historiador antigo, tendo em vista as conexões observadas ao longo da pesquisa entre a narrativa histórica tucídideana e as leis de Sólon e a formação do cidadão, proposta pelo Sócrates platônico. A preocupação de Sócrates é a mesma que Sólon explorou em seus versos e na elaboração das leis e é a mesma que Tucídides retratou em sua obra. Enquanto Sólon versou sobre as leis da comunidade social e política (JAEGER, 2010), Sócrates empreendeu uma missão de formar o verdadeiro cidadão para evitar que a mais justa forma de governo se degenerasse.

Palavras-chave: Filosofia da Educação, Antiguidade Clássica, Tucídides, *physis anthropon*, Alcibíades, *hybris*, debate siciliano, governo da *polis*.

ABSTRACT

COSTA, Luiza Moreira da. **A study on Alcibiades from the Sicilian debate in Thucydides VI.9 -23 – between *physis anthropon* and self-government.** 2014. 149 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Thucydides, an Athenian, political thinker of the fifth century before Christ, narrated, in his only work, much of *The Peloponnesian War* history. Convinced that it would be great and more important than all the previous ones (THUCYDIDES, I. 1), the ancient historian, according to the criteria of his own reason, collected reports, data and general information about the strife and the nations involved, selected characters, events and speeches to compose his work of creation (ROMILLY, 1998). The result of this is the impression on the part of the readers, who accompanied the war, understood its motivations and perceived the impact of the actions of his characters in the unfolding of the strife. This role has been carefully analyzed by Thucydides, who sought to demonstrate over the course of its historical narrative the strength of the *physis anthropon* leading the *polis*. Exploring the human nature as the cause of the crisis and Athens's defeat is the response from Thucydides to understand the end of the Athenian Empire, and marks a break with the unrealistic or divine justification that was, until then, in records of the past. To demonstrate this, we have made use of the character Alcibiades in the context of the Sicilian debate (THUCYDIDES, VI.9 -23). Set up in the assembly that sought setting the following steps to the Sicilian Expedition, this debate is originated from the negative of Nicias, a commander of the expedition, from the Athenians breaking in aid to allies, undertaking the Athenian forces against the Sicily; and was consummated with Alcibiades's answer, who climbing up the tribune, made his great defense before the *ekklesia*. This debate makes it clear that the figure of Alcibiades: the speaker that brings together the skills to win the trust and confidence of his listeners and to convince them of what is beneficial or not to the *polis*, inciting fear and by exaggerating within a logical argument that crossed the impulses and the desires of the Athenians. The words that Thucydides selected for the Alcibiades's speech constituted the image of an intemperate man, dominated by *hybris*, who proposed governing others without having governed himself first. Allied to this reflection, it has become possible to extend the framework provided by the ancient historian, having in mind the connections observed along the research between the Thucydides's historical narrative and the Solon's laws and the formation of the citizen, proposed by the platonic Socrates. Socrates's concern is the same that Solon explored in his lyrics and in the drafting of laws and it is the same as Thucydides portrayed in his work. While Solon focused on the community's laws and social policy (JAEGER, 2010), Socrates embarked on a mission to form the true citizen to prevent the most fair form of government of degenerating.

Keywords: Philosophy of Education, Classical Antiquity, Thucydides, *physis anthropon*, Alcibiades, *hybris*, debate Sicilian, government of the *polis*.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – *Alcibiades Being Taught by Socrates* – François-Andre Vincent..... 145
- Figura 2** – *Socrates seeking Alcibiades in the House of Aspasia* – Jean-Leon Gerome..... 147
- Figura 3** – *Sócrates afastando Alcebíades dos braços do vício* – Pedro Americo..... 149

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 TUCÍDIDES: O HISTORIADOR MORALISTA	27
1.1 O autor.....	27
1.1.1 Aproximações e distanciamentos entre Tucídides e seus antecessores	31
1.2 A obra	37
1.2.1 Objetivo da obra: a posteridade	37
1.2.2 Metodologias	41
1.3 Os discursos na obra tucidideana	46
1.3.1 A função dos discursos nas assembleias em Atenas – enquadramento histórico	49
1.3.2 Os discursos antitéticos	52
1.3.3 O debate entre Nícias e Alcibíades (TUCÍDIDES, VI.9-23)	54
1.3.4 O modelo que ilumina o presente e o futuro	56
2 A FIGURA DE ALCIBÍADES: ANÁLISE DO DEBATE SICILIANO	59
2.1 Os oradores do debate siciliano – uma primeira aproximação da figura de Alcibíades	62
2.2 Análise dos discursos antitéticos em VI.9-23	66
2.3 A figura de Alcibíades	80
3 A <i>HYBRIS</i>, O GOVERNO DA <i>POLIS</i> E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO	87
3.1 O governo da <i>polis</i> – aproximações entre Tucídides e Sólon.....	90
3.2 A formação do cidadão – aproximações entre Tucídides e Sócrates de Platão	99
3.3 Notas últimas: Tucídides, Sólon e o Sócrates platônico	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
APÊNDICE A	127
APÊNDICE B.....	139
ANEXO 1.....	145

INTRODUÇÃO

Tucídides viveu em Atenas no século V¹ e acompanhou os distintos períodos pelos quais a Cidade-Estado passou: do apogeu à ruína, e isto foi registrado em sua única obra, a *História da Guerra do Peloponeso*². No entanto, a referida obra não se deteve somente nos fatos ou acontecimentos do conflito. Como pensador político, Tucídides estabeleceu conexões no desenrolar da história (JAEGER, 2010), e sua obra não trata de “uma simples verificação dos fatos, mas sim de uma interpretação política da História” (JAEGER, 2010, p. 453).

[...] a narração histórica de Tucídides distingue-se da história política de seus sucessores pelo fato de o assunto vir constantemente acompanhado de uma elaboração intelectual que o explica, mas sem apresentar sob a forma de grandes argumentações: converte os fatos em acontecimentos espirituais e por meio de discursos torna-os patentes ao leitor. (JAEGER, 2010, p. 457)

Entende-se que as elaborações intelectuais ao longo da narrativa histórica são fruto de reflexões acumuladas pelo conhecimento da guerra ao longo dos anos. Tucídides elaborou as suas explicações para a origem da guerra e para o seu desfecho. Segundo as digressões desenvolvidas no Livro I, que procuraram aprofundar o entendimento das problemáticas políticas antecedentes à Guerra do Peloponeso, o crescimento do poderio de Atenas seria a razão para Esparta aliar-se a outras nações e declarar guerra contra os atenienses. A situação é apresentada de modo a mostrar que essa guerra era uma necessidade inevitável. Ao chegar aos últimos acontecimentos desta contenda de grandes proporções e que durou 27 anos, Tucídides “atingiu a amarga plenitude da sua experiência política” (JAEGER, 2010, p. 455) e disto resultou o aprofundamento de seu entendimento das coisas, inclusive sobre a problemática que levou Atenas ao seu trágico desfecho.

Foi a partir de um viés de sua elaboração intelectual que trabalhamos nessa pesquisa, no caso, a problemática humana que desencadeia a ruína da *polis* – o conceito de *physis anthropon*, ou a ideia de natureza humana e da *hybris*, ou desmedida. Entendemos que, como resultado da reflexão e maturidade do autor, a obra tucidideana sugere um tipo ideal de cidadão, e isso tem relação com dois elementos de seu tempo: as reformas de Sólon e a

¹ Todas as datas citadas referem-se ao período antes de Cristo.

² Ao longo do texto, a obra será citada de modo recorrente somente como *História*.

proposta socrática do governo de si mesmo. A *História*, portanto, seria um elo entre dois períodos da *polis*: a instauração da democracia, tal qual vigorou até o auge de Atenas, entre os séculos VI e V, e sua decadência, com a derrocada da Cidade-Estado e a morte de Sócrates – o que poderia indicar que os cidadãos não estavam sendo preparados de maneira coerente com a manutenção saudável dessa forma de governo.

Explorar a natureza humana como causadora da crise e da derrota de Atenas é a resposta de Tucídides para compreender o fim do Império Ateniense e marca o rompimento com o fantasioso ou divino que constava, até então, no registro do passado. Ao afastar-se dos deuses como responsáveis pelas vitórias e derrotas humanas, Tucídides criou personagens cujas palavras e ações levaram as cidades à vitória ou ao fracasso. Será a produção dos discursos de dois protagonistas o tema da análise, ou seja, o momento em que Tucídides reduz a velocidade dos acontecimentos da guerra, a fim de dedicar-lhes a importância que julga necessária – essa câmera que percorre o desenrolar da história, se fixa nos discursos de um ou outro protagonista para que o leitor possa acompanhar palavra por palavra aquilo que gerará impacto na economia da guerra e, portanto, na ascensão ou na queda de um império. É o momento do “lance a lance”, em que a escolha de palavras torna-se decisiva na conquista da assembleia, para tornar um partido vencedor do *ágon*³.

A escolha do debate antitético siciliano (VI.9-23) entre Alcibíades e Nícias, como base destes estudos, deu-se por duas razões. Primeiro interessou-nos estudar a figura de Alcibíades, que, dentre a diversidade de personagens retratados na Grécia Antiga, é aquele que melhor contribui para o entendimento das causas do desgoverno de Atenas do século V – tendo como base o estudo prévio de sua biografia⁴ e a relação paidêutica com Sócrates⁵. Se a primeira escolha foi Alcibíades como objeto, a segunda foi Tucídides como fonte, pois é na obra *História* que se relata a *akmé* de Alcibíades, ou o ponto máximo de sua vida. Afora isso, o personagem faz parte do grupo de políticos que se destacam na narrativa, e é por meio de Tucídides que foi captada parte importante da *physis* de Alcibíades⁶.

³ O sentido figurativo do desenrolar dos fatos com a ideia de “lance a lance” dos jogos é baseada nas comparações de Sahlins (2006).

⁴ A referida biografia não será tema desta dissertação; não obstante, vale dizer que as fontes para conhecer Alcibíades, nessa fase dos estudos, foram: Tucídides, Platão, Xenofonte, Plutarco, Lísias e Isócrates. Contudo, apesar de não referidas, não ignoramos a relevância de fontes como: *Vida dos Homens Ilustres* de Cornélio Nepote e o discurso *Contra Alcibíades*, de Andócines.

⁵ Temática abordada nas obras platônicas: *O Banquete*, *Primeiro Alcibíades*, *Górgias* e *Protágoras*.

⁶ Alcibíades, pela ótica tucidideana, é responsável pelos eventos que culminaram na ruína de Atenas, mas não é considerado o único. A sua *physis* aliada às outras é que formam o complexo entrelace de acontecimentos e decisões que resultaram na ruína da *polis*. Jaeger (2010, p. 463) comenta, por exemplo, que as disputas políticas

Ainda quanto ao personagem escolhido como tema do estudo, vale ressaltar sua relevância na Guerra do Peloponeso. Essa importância, reconhecida primeiro por Tucídides e por ele destacada, se deve ao impacto que a Expedição à Sicília causou na derrota de Atenas. É por ter ciência das consequências da expedição siciliana, que o historiador compreende o seu impacto na manutenção da civilização ateniense⁷. Nota-se também a relevância do evento devido ao considerável tempo dedicado ao assunto – Tucídides narrou a expedição e seus desdobramentos por dois livros; assim como o uso das digressões, antecedendo o debate siciliano, como um segundo prefácio da obra. Ao prefaciando a expedição, Tucídides espelha a narrativa do livro I que contou os primórdios da Guerra do Peloponeso, e, com esse recurso, o historiador marcou o início da narração da guerra, no primeiro livro, e o seu reinício no sexto livro.

A produção dos discursos é um ponto chave na obra. A disputa estabelecida na ocasião em que Atenas votava a decisão de seguir adiante com a Expedição Siciliana é um momento dramático na obra tucidideana (JAEGER, 2010). Essa manobra de cunho bélico teve como desdobramento a retomada do conflito aberto entre os atenienses e os peloponésios, após um frágil período de paz. Os dois oradores, cujos discursos foram produzidos por Tucídides para a ocasião, foram Alcibíades e Nícias – comandantes da Expedição, escolhidos pelo povo e com políticas de guerra opostas.

Ressaltamos que, de início, buscávamos comprovar que a proposta do historiador antigo foi a de opor Alcibíades e Nícias em assembleia, como uma maneira de retratar Nícias como o exemplo de cidadão, e Alcibíades, como o contra-exemplo; ou apresentar, ainda, uma oposição entre aquele que agia em favor da *polis* e o que agia em favor de si mesmo. Contudo, o estudo da obra tucidideana em conjunto com a crítica moderna mostrou que Nícias não somente não perfaz o modelo de bom cidadão, como também é responsável pelo declínio ateniense na guerra. Em síntese, o que foi constatado é que tanto a *physis* de Alcibíades,

internas em Atenas também contribuíram para o fracasso da expedição siciliana: “Era impossível levar a bom termo o plano de Alcibíades, se desde o início da campanha era desterrado aquele que o inspirava e dirigia”.

⁷ Não seria lícito justificar a derrocada de Atenas somente em consequência da Expedição à Sicília; uma análise apurada da situação política do Império Ateniense coloca em dúvida a permanência deste império em longo prazo. Como exemplo, Sahlins (2006) ressalta que a manutenção do império ateniense se dava por meio do pagamento de impostos, sem interferência no governo das cidades. Essa flexibilidade sugere uma dominação aparente, que poderia resultar, como se nota na narrativa tucidideana, no ato de rebelar-se deixando de pagar os impostos e declarando uma mudança política: trocando democracia pela oligarquia – tal qual o governo adotado em Esparta. Contudo, a responsabilidade do fracasso da expedição na ruína de Atenas é o que Tucídides apresenta em sua obra, não cabendo a este trabalho perscrutar as causas da derrota de Atenas.

quanto a de Nícias são prejudiciais a Atenas. Entretanto, é neste debate que se destaca um aspecto perigoso à manutenção do bom governo da *polis* – a *hybris*⁸ de Alcibíades.

Entre as aparições na *História* do personagem em questão, o debate sobre a expedição siciliana merece destaque, pois nessa ocasião Alcibíades alcança o auge de sua carreira política. Até então, o jovem aristocrata era conhecido pelas alianças políticas que formou ao percorrer o Peloponeso⁹ (419), pelos escândalos em sua vida privada¹⁰ e por suas vitórias nas Olimpíadas¹¹ (416). Segundo Claude Mossé (1982, p. 60), Alcibíades “logo compreendeu que sua glória carecia de uma grande empresa e que a política timorata de Nícias era um obstáculo que cumpria vencer”. O jovem também possuía uma excelência, manifestada pelo domínio de uma arte, a de produzir discursos convincentes (TANCREDI, 2013). Contudo, observa-se que sua destemperança catalisa seu potencial em ações desagregadoras, pois a própria ambição que a acompanha leva Alcibíades a pensar mais em si mesmo do que na *polis*.

Com base no relato de Tucídides, sabemos que após esse debate e o início da expedição à Sicília, Alcibíades torna-se motivo de ultraje na *polis*, devido à traição que comete ao se aliar aos espartanos e, em seguida, aos persas, contra Atenas. Vale ressaltar que, neste período, Alcibíades lançou mão de diversos recursos contra a Cidade-Estado, dentre eles, aconselhou a tomada da Decélia, um forte ateniense em território inimigo, o que resultou num primeiro grande golpe desferido contra sua pátria. Posteriormente, Alcibíades é aceito de volta à *polis*, mas a sua atuação será relevante no cenário político ateniense por pouco tempo, para, em seguida, exilar-se em uma vila na Frígia, onde é assassinado em 404¹².

⁸ A tradução do termo *hybris* neste estudo é “desmedida” – a sua oposição é a *sophrosyne*, ou moderação, temperança e controle de si.

⁹ A descrição detalhada deste período está Livro V, a partir do capítulo 52. Vale ressaltar que esta tarefa realizada por Alcibíades, ainda durante a Paz de Nícias, foi marcada por confrontos e objetivou a formação de alianças e conquista de territórios ao invés do estabelecimento de tréguas e concórdia.

¹⁰ “O povo, preocupado na época com a enormidade de sua depravação na vida diária e também com os seus desígnios, revelando em cada uma das muitas intrigas em que se envolvia, passou a hostilizá-lo [Alcibíades], considerando-o um aspirante à tirania” (TUCÍDIDES, VI.15.13-6).

¹¹ Nos Jogos Olímpicos, Alcibíades inscreveu sete carros de corrida, e ganhou o primeiro, o segundo e o quarto lugares.

¹² As causas de sua morte são controversas: poderia ter sido por vingança de um marido traído, ou a mando dos persas ou, ainda, como resultado de uma conspiração entre o comandante espartano Lisandro e Crítias, o oligarca, tio de Platão. Poderia ser resumido como um assassinato em circunstâncias pouco claras, mas Jaime Bruna (s/d, p.11) sintetiza melhor, tendo como pano de fundo as informações de Plutarco, brindando-nos com sua narrativa poetizada sobre o desfecho da vida de Alcibíades: “Sim, um pequenino drama; com poucas tintas mais, uma tragédia grega. A tragédia das mãos; das mãos carinhosas de Timandra, que adornam e amortalam; das mãos traiçoeiras do coro de assassinos, ateando fogo e disparando setas; da mão do herói, brandindo uma espada inútil; da mão do destino, guiando a um fim tão mesquinho quem teve, por tanto tempo, os destinos da Grécia nas mãos”.

*

* *

Na elaboração da *História*, Tucídides construiu personagens que se tornaram modelos, um trabalho que segundo Sahlins (2006, p. 116) partiu da eliminação do fabuloso para em seguida, “desvalorizar o cultural em favor do natural, em benefício do universal”. É justamente com o objeto da crítica de Sahlins (2006) que trabalharemos, pois acreditamos que Tucídides por intermédio de seus personagens, desenvolvidos, em especial, nos discursos que proferem, são os modelos que ilustram as razões da guerra: a ânsia de poder e conquista, e o medo de perder o que foi conquistado. É o que Sahlins (2006, p. 11) chama de “inevitável inclinação humana”, como, por exemplo, a cobiça. Essas inclinações abstraídas dos relatos de Tucídides ocupam o lugar do conteúdo divino tão comum naquele período histórico. O historiador antigo, distanciando-se de autores como Homero, Hesíodo e Heródoto, desvincula a sorte e o revés na guerra da intervenção dos deuses. Não mais o destino ou o fatalismo responderiam pela tomada de decisão ou por desdobramentos ao longo da contenda. A sua origem é individual ou coletivamente humana, tanto quanto as suas consequências. Assim, em lugar da fatalidade, Tucídides trabalha a causalidade: “faz cada acontecimento parecer resultado inevitável do anterior e a origem necessária do próximo” (SAHLINS, 2006, p. 26).

Ao longo deste trabalho o leitor encontra um estudo sobre Tucídides, como autor, e sua obra, seguido da análise dos discursos antitéticos proferidos por Alcibíades e Nícias na ocasião da expedição siciliana; e, por fim, uma reflexão acerca da instauração da democracia ateniense, entre o seu fracasso e sua salvação.

1 TUCÍDIDES: O HISTORIADOR MORALISTA

Neste primeiro capítulo, apresentaremos alguns aspectos da vida de Tucídides e da obra que elaborou: a *História da Guerra do Peloponeso*. Além disso, serão enfatizados os estudos sobre os discursos presentes na obra tucidideana, tendo em vista a análise e as reflexões desenvolvidas nos capítulos seguintes.

1.1 O autor

O ateniense Tucídides escreveu a história da guerra entre os peloponésios e os atenienses, começando desde os primeiros sinais, na expectativa de que ela seria grande e mais importante que todas as anteriores.

Tucídides, em *História da Guerra do Peloponeso*, I.1¹³.

Por ser cidadão ateniense e pertencer à aristocracia da *polis*, Tucídides (460 - 400) esteve em contato com uma cultura privilegiada ao circular entre figuras de sua época. Conviveu com personalidades da política, da sofística e da tragédia (KURY, 1982) – como Péricles, Protágoras, Górgias, Antifonte, Sófocles e Eurípides; além de ter recebido influência de Anaxágoras, Demócrito, Hipócrates e Leucipo¹⁴ (BONNARD, 2007). Devem-se às suas boas condições de vida as pesquisas que realizou para a escrita da *História*, que incluíram a reunião de informações sobre as condições passadas e atuais dos povos nela envolvidos, e proporcionaram ao autor a segurança necessária ao período de 20 anos em que, refugiado na Trácia, fora exilado de Atenas¹⁵. Ressalte-se que ao longo da escrita de sua única obra o estado da Hélade era o de ausência de paz, pois o mundo grego no século V travava diversas

¹³ Ao citarmos Tucídides como autor, nos remetemos à tradução de Mário da Gama Kury (1982) da *História da Guerra do Peloponeso*.

¹⁴ Para Bonnard (2007), Tucídides meditou sobre o pensamento de Leucipo: “Nada se produz ao acaso, antes todos os acontecimentos nascem pelo efeito de uma causa racional e sob o império da necessidade” (LEUCIPO *apud* BONNARD, 2007, p. 500).

¹⁵ Cf. TUCÍDIDES, V.26.2

lutas: pela libertação do domínio estrangeiro, pela defesa de seus territórios ou pela hegemonia (ROMILLY, 2008).

Motivado por seu amor à *polis* (ROBERT, 1987; ROMILLY, 2008), Tucídides declara que seu objetivo era de esclarecer os fatos que se passaram em Atenas e de prevenir as gerações vindouras quanto aos perigos que levam a cidade à ruína. Para tal fim, o autor não fez uso de um relato insípido da guerra, mas construiu uma viva história por intermédio de seus personagens, mostrando: “[...] as causas profundas da guerra e os seus efeitos devastadores nos homens e na vida social” (VÁRZEAS, 2004, p. 280). Em suas palavras, o historiador antigo escreve sobre os objetivos da obra:

[...] quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará. (TUCÍDIDES, I.22.19-22)

Ao fazer referência ao conteúdo humano como motriz dos eventos que se repetem historicamente, Tucídides apresenta o pano de fundo de sua narrativa e a razão primeira dessas recorrências: a natureza humana. A partir desta narrativa histórica, Tucídides busca alertar que a guerra, tais quais outros grandes eventos que ocorreram na história e futuramente se repetirão, é fruto do ímpeto e da força inerentes à natureza humana (ROMILLY, 2008). Esse elemento é a “causa mais profunda e verdadeira” (MAGALHÃES, 2001, p. 59) dos eventos humanos. Segundo Várzeas (2004), para alcançar este objetivo, Tucídides elabora uma relação entre o *logos* (palavra) e o *ergon* (ação), possibilitando ao leitor cruzar as informações da obra: é a “[...] investigação sobre a natureza humana na sua dupla manifestação: as ações e aquilo que lhes dá forma – os *logoi*, ao mesmo tempo os pensamentos, os projectos, e as palavras pelas quais eles nasceram”. (VÁRZEAS, 2004, p. 281). Tucídides não se apresenta como um simples “adorador da força” (ROBERT, 1987, p. 66), mas como autor interessado em escrever à posteridade sobre o comportamento humano e suas consequências.

Assim, o que é dito nos discursos tem relação com os fatos do passado e impacta nas ações futuras – cria-se uma relação entre o passado, o presente e o futuro. Neste jogo entre palavras e ações, o leitor é conduzido pela lógica da relação causa e efeito e disso obtém conclusões a respeito das consequências dos conteúdos da natureza humana.

Ao longo da obra, Tucídides faz uso de dois termos: *to anthropinon*, que se refere às coisas humanas; e a *physis anthropon*, que significa, literalmente, “natureza humana”. A segunda expressão é citada na narração da revolução da Córceira:

Dessa forma as revoluções trouxeram para as cidades numerosas e terríveis calamidades como têm acontecido e continuará a acontecer enquanto a natureza humana for a mesma; elas, porém, podem ser mais ou menos violentas e diferentes em suas manifestações, de acordo com as várias circunstâncias presentes em cada caso. (TUCÍDIDES, III.82.10-14)

O excerto aponta a lógica da qual Tucídides se utiliza para justificar as calamidades, a natureza humana – um elemento que nos iguala como humanos, independente do período histórico. Ao tomar os antigos gregos como modelos exclusivos e universais (SAHLINS, 2006), o historiador antigo também define as nuances das ações humanas nos tempos de paz e de guerra, conforme trecho a seguir:

Na paz e prosperidade as cidades e os indivíduos têm melhores sentimentos, porque não são forçados a enfrentar dificuldades extremas; a guerra, ao contrário, que priva os homens da satisfação até de suas necessidades cotidianas, é uma mestra violenta e desperta na maioria das pessoas paixões em consonância com as circunstâncias do momento. [...] [Na guerra] A audácia irracional passa a ser considerada lealdade corajosa em relação ao partido; a hesitação prudente se torna covardia dissimulada; a moderação passa a ser uma máscara para a fraqueza covarde, e agir inteligentemente equivale à inércia total. Os impulsos precipitados são vistos como uma virtude viril, mas a prudência no deliberar é um pretexto para a omissão. O homem irascível sempre merece confiança, e seu oposto se torna suspeito. (TUCÍDIDES, III.82.14-19;24-30)

Ainda quanto ao conceito da *physis anthropon*, Tucídides o opõe ao *nomos* – o que, de acordo com Sahlins (2006), se deve à influência excessiva da oposição sofista entre o costume e a natureza: “[...] às paixões e impulsos (*orgê*) que instituem e manifestam a natureza humana, Tucídides opõe os *nomoi*, as regras de conduta criadas pelo homem e que possibilitam a sua existência enquanto membro de uma *polis*”. (MAGALHÃES, 2001, p. 53).

Apesar de, em tempos de paz, o *nomos* possibilitar a coesão necessária à manutenção e permanência da Cidade-Estado, Tucídides indica que em tempos de guerra a natureza humana sobrevém às regras e aos costumes: “Em poucas palavras, é absurdo e seria a maior ingenuidade crer que a natureza humana, quando se engaja afoitamente em uma ação, possa ser contida pela força da lei ou por qualquer outra ameaça” (TUCÍDIDES, III.45.28-30). Ou seja, em tempos como esses, os indivíduos se engajam fortemente em suas ações, pois

é a defesa de sua cidade ou o ataque às outras que está em jogo, e é quando surge o medo de sua cidade sofrer uma invasão pelo inimigo ou quando a gana pela conquista de outra sobrevém. Esses são os dois dos aspectos explorados na obra: “[...] Tucídides concentrou-se no ganho e no poder [...] [e] das aversões humanas naturais, a principal em Tucídides foi o medo¹⁶” (SAHLINS, 2006, p. 115).

Ao longo da obra a ideia de natureza humana é referenciada, conforme destaques abaixo:

- No diálogo entre os habitantes de Melo e os atenienses:

Atenienses: [...] Dos deuses nós supomos e dos homens sabemos que, por uma imposição de sua própria natureza, sempre que podem eles mandam. Em nosso caso, portanto, não impusemos esta lei nem fomos os primeiros a aplicar os seus preceitos; encontramos-la vigente e ela vigorará para sempre depois de nós; pomo-la em prática, então, convencidos de que vós e os outros, se detentores da mesma força nossa, agiríeis da mesma forma. (TUCÍDIDES, V.105.4-10)

- Em uma das falas dos atenienses para os lacedemônios:

Nada há de extraordinário, portanto, ou de incompatível com a natureza humana no que fizemos, apenas por havermos aceito um império quando ele nos foi oferecido, e então, cedendo aos motivos mais fortes – honra, temor e interesse - não abrimos mão dele. Tampouco somos os primeiros a assumir este papel; sempre foi uma norma firmemente estabelecida que os mais fracos fossem governados pelos mais fortes. (TUCÍDIDES, I.76.7-13)

- Na narração dos acontecimentos na Córira:

Naquela crise, quando a cidade vivia na mais completa anarquia, a natureza humana, então triunfante sobre as leis e já acostumada a fazer mal mesmo a despeito das leis, comprazia-se em mostrar que suas paixões são ingovernáveis, mais fortes que a justiça e inimigas de toda superioridade; na verdade, se a inveja não possuísse uma força tão nociva não se teria preferido a vingança às regras consagradas de conduta, nem o proveito ao respeito pela justiça. (TUCÍDIDES, III.84.9-15)

Tomando por base os excertos acima, podemos concluir o que Tucídides entende como *physis antrophon*: algo inevitável, expresso por uma lei não humana cujo início e fim não são identificados, e que graças a essa natureza, é intrínseco às relações sociais que aqueles que detêm maior força controlem e subjuguem os mais fracos. É nessa relação que o homem deixa-se dominar pelos sentimentos de honra, medo e interesse, e não há leis humanas que

¹⁶ Cf. TUCÍDIDES, I.75.

possam contê-los, já que as paixões são ingovernáveis. Durante a guerra, para Tucídides (III.45.22), esses fatores invisíveis “mostram-se mais fortes que os perigos visíveis”.

1.1.1 Aproximações e distanciamentos entre Tucídides e seus antecessores

A *História* não foi a primeira obra a relatar os acontecimentos do passado do Mundo Grego e sua relação, na maioria das vezes, conflituosa, com os estrangeiros. Antes dela, há pelo menos duas referências distintas: a poesia épica, na qual os poetas narravam os grandes feitos dos heróis, e a obra *Histórias*, de Heródoto (485 - 430). A fim de compreender o trabalho do autor no cumprimento de seu objetivo, vale citar os pontos de convergência e de divergência entre Tucídides, os poetas e Heródoto.

Primeiro, quanto à poesia, vale ressaltar que no século V ela não era vista apenas como elemento estético, pois constituía o registro do passado: “[...] [a] garantia de conservação da memória colectiva, fonte dos mais variados saberes”¹⁷ (VÁRZEAS, 2004, p. 277). Neste período, o ambiente estava *impregnado de mitos* (FINLEY, 1989) que até então preenchiam as lacunas do passado – tornava-o “inteligível e compreensível selecionando e focalizando algumas partes dele, que, desse modo, adquiriram permanência, relevância e significado universal” (FINLEY, 1989, p.5). A poesia empenhou-se em narrar o passado, mas adaptando a realidade ao tráfegar pelo âmbito do irreal, devido aos estreitos laços com o divino¹⁸.

Contudo, o que quer que tenha sido, o épico *não era história*, e sim uma narrativa, detalhada e precisa, com descrições minuciosas de guerras, viagens marítimas, banquetes, funerais e sacrifícios, todos muito reais e vívidos; ele podia conter inclusive algumas sementes encobertas do fato histórico – mas não era história. Como todo mito, era atemporal. As datas e um escalonamento coerente de datas são tão essenciais para a história quanto a medição exata o é para a física. O mito também sugeria fatos concretos,

¹⁷ “[...] para os próprios gregos, a *Ilíada* [por exemplo] se revestia de tal interesse e autoridade pelo fato de ser considerada como relato histórico, sendo impossível, ainda hoje, lê-la inteligentemente ou apreciá-la artisticamente sem ter presente essa questão” (PAGE, 1977, p. 15).

¹⁸ Em Homero, por exemplo, que “escreve sobre um ambiente saturado de disputas por glória, honra e reconhecimento” (TANCREDI, 2013, p. 13), trata a origem das ações humanas e as causas da guerra como míticas: “A iniciativa dos eventos é devolvida aos deuses: Apolo manda a peste, Tétis roga a Zeus, e Zeus guia os destinos da guerra segundo a sua vontade [...] [os deuses são] a causa de todo agir e poder humano” (SNELL, 1955, p. 156).

mas estes eram completamente isolados: não tinham ligação nem com os acontecimentos anteriores nem com os posteriores. (FINLEY, 1989, p.6)

Nesta transição do *mythos* para o *logos* (FINLEY, 1989), Tucídides distancia-se da interpretação romaneada dos acontecimentos, característica da expressão poética (VÁRZEAS, 2004), e indica seu próprio dever de “[...] olhar os fatos como estabelecidos com precisão suficiente, à base de informações mais nítidas” (TUCÍDIDES, I.21.9-10). O historiador alerta seus leitores acostumados com as obras poéticas escritas com a preocupação quanto à forma e à sonoridade dos versos cantados pelos rapsodos. Quanto a este rompimento, escreve o historiador: “Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável aos ouvidos” (TUCÍDIDES, I.22.18). Opondo-se aos poetas, o autor afirma que “[...] ninguém erraria se mantivesse o ponto de vista de que os fatos na Antiguidade foram muito próximos de como descrevi, não dando muito crédito, de um lado às versões que os poetas cantaram, adornando e amplificando os seus temas” (TUCÍDIDES, I.21.1-4).

No entanto, ao escrever sobre a Guerra do Peloponeso, tornou-se imperioso para Tucídides retomar a história da Hélade anterior à guerra e, em consequência, era preciso a consulta às obras que mantinham a fusão dos mitos aos fatos. Isso mostra que Tucídides não chegou a mostrar-se cético por inteiro quanto ao “que um escritor moderno poderia chamar de ‘semente histórica do épico’, e certamente a rejeitaram por completo” (FINLEY, 1989, p. 7). Nota-se, no entanto, que o historiador antigo acentuou a dificuldade de trabalhar com esse recurso¹⁹ e incluiu expressões que distinguissem das demais informações, aquelas que não tinham base segura. Ilustra-se esse segundo ponto com o uso de expressões como *segundo dizem*²⁰.

O resultado desta demanda levou Tucídides a sujeitar as informações dos escritos de Homero, por exemplo, ao crivo racional:

Esta atitude é a de quem tem a clara noção de que a História e a Poesia são, antes de mais nada, dois tipos de discursos que se distinguem pelos fins em vista: o poético, visa o prazer dos ouvintes, caracteriza-se pelos aspectos ornamentais e pela amplificação e exagero; o histórico, porque pretende informar e ser útil, é o discurso do rigor e da objectividade. (VÁRZEAS, 2004, p. 280)

Este distanciamento apontado pela autora é também fruto da desconfiança de Tucídides a respeito de suas fontes e catalisador da recorrente submissão das informações

¹⁹ Cf. TUCÍDIDES, I.1;20.

²⁰ Cf. Exemplos em Tucídides, I.118 e I.132.

colhidas ao exame racional. O procedimento condiz com a crítica que autor desenvolve, ao censurar os homens que “aceitam uns dos outros os relatos de segunda mão dos eventos passados, negligenciando pô-los à prova, ainda que tais eventos se relacionem com a sua própria terra” (TUCÍDIDES, I. 20.3-5). Ao emitir o julgamento contra os homens avessos à pesquisa da verdade e com “[...] tão grande disposição para valer-se apenas do que está ao alcance da mão” (TUCÍDIDES, I.20.19-21) o autor da *História* valoriza o método que adotou em sua pesquisa.

Werner Jaeger (2010), contudo, afirma que Tucídides recorreu aos poetas também com a função de ressaltar o relato do presente, por intermédio do contraste com o passado. Assim, Tucídides alcança o efeito desejado: aumentar a proporção da Guerra do Peloponeso – dando-lhe a característica com que a descreve, como a “grande e mais importante [guerra] que todas as anteriores” (TUCIDIDES, I.1.3). O efeito deste recurso para Jaeger (2010, p. 446) é o leitor ter a “convicção de que se trata da maior exibição de força e da mais aguda crise de luta pelo poder que a história da Grécia jamais conheceu”.

Heródoto, como segundo ponto, foi a principal fonte em que se inspirou Tucídides (FINLEY, 1991)²¹ e também fez parte de uma sociedade na qual o “passado distante estava bastante vivo na consciência dos homens”²² (FINLEY, 1989, p. 5). Acredita-se que a partir da leitura das *Histórias* foram descobertos por Tucídides os potenciais de uma obra desta natureza:

[...] [a partir dela foi] possível analisar as grandes questões políticas e morais de uma época por meio do estudo detalhado dos acontecimentos, das experiências concretas do cotidiano da sociedade evitando, por um lado, a abstração do filósofo, e, por outro, os mitos dos poetas. (FINLEY, 1991, p. 58)

Tucídides deu um segundo passo no caminho inaugurado por Heródoto em uma produção escrita que podemos chamar de *narrativa histórica* (FINLEY, 1989). Essa nova concepção, segundo Snell (1955), distanciou a *História* da poesia épica quando o autor passa a descrever um passado livre dos aspectos lendários, sem recorrer à intervenção direta dos deuses nos acontecimentos terrenos. Soma-se a isso a linearidade da escrita, comprometida

²¹ Segundo Finley (1989), Tucídides estudou cuidadosamente a obra de Heródoto.

²² “O passado distante estava [...] mais vivo do que os séculos ou as gerações recentes: Édipo, Agamenon e Teseu eram mais reais para os atenienses do século V que qualquer figura histórica anterior a esse século salvo Sólon, e este foi elevado à categoria daqueles, aos ser transformado em figura mítica” (FINLEY, 1989, p. 5-6).

com o respeito à datação e à cronologia e, por fim, discutida dentro da temática do comportamento político.

Assim, Heródoto contribuiu para a conscientização da incompatibilidade entre o conteúdo veiculado pelos poetas e a verdade (VÁRZEAS, 2004). Os poemas épicos, enquanto registro de fatos reconhecidamente concretos (FINLEY, 1989) vinculados aos elementos irrealis e não comprováveis, haviam deixado de satisfazer a mentalidade alimentada por céuticos e racionalistas²³ – nesta época, “toda uma linhagem de filósofos já vinham questionando a estrutura mítica e desenvolvendo sistemas éticos e metafísicos novos e mais avançados, assentados em bases racionais” (FINLEY, 1991, p. 57). Tucídides, como “um realista dos mais duros” (ROBERT, 1987, p. 64), engrossa a fileira dos insatisfeitos com as tradições populares imprecisas que utilizam os “mitos e meias-verdades”²⁴ (FINLEY, 1991, p. 56). Ao afastar-se do fantástico, o autor fez uso da prosa “como discurso autônomo sobre a realidade, ou uma parte dela” (VÁRZEAS, 2004, p. 280).

O autor de *Histórias* também apresenta a compreensão do tempo como unitário e contínuo (SNELL, 1955), além de expressar as coisas referentes ao passado, presente e futuro por intermédio da prosa, em um texto construído com as digressões e os comentários do autor costurados ao longo da narrativa dos fatos. Esses aspectos da obra de Heródoto também inspiraram Tucídides. Essa forma de conceber o tempo, aliadas às já mencionadas caracterizações de Tucídides, oferecem margem para que o autor seja intitulado como um dos primeiros historiadores gregos, titulação esta, endossada pelo maior grau de complexidade de consciência quando comparado aos pensadores que o antecederam.

Ainda no que tange à comparação entre as produções de Heródoto e de Tucídides, é possível ressaltar alguns pontos divergentes. No objetivo das obras, por exemplo, se encontram as diferenças entre os autores: enquanto o autor de *Histórias* desejou “impedir que o que fizeram os homens, com o tempo, se apague da memória e para que as grandes e maravilhosas obras, produzidas tanto pelos bárbaros, quanto pelos gregos, não cessem de ser renomadas” (HERÓDOTO, I.1), Tucídides, apesar de também não desejar que determinados fatos caíssem no esquecimento pelas gerações seguintes, afastou-se da tradição que buscou a glorificação das ações humanas – o tom de suas conclusões acerca da natureza humana e, em consequência, da política, é pessimista (FINLEY, 1991).

²³ Essa mentalidade, segundo Finley (1989, p. 23) obteve condições de se desenvolver a partir dos jônios e seus sucessores – por seu “ceticismo sobre os mitos e sua noção de investigação”.

²⁴ Esses mitos tinham funções na comunidade: “davam aos gregos um sentido de continuidade, de nacionalidade e eram fontes de ensinamentos religiosos e morais” (FINLEY, 1991, p. 56).

Há que se observar também que Heródoto entende que o conflito é a raiz da guerra, origem essa que muitas vezes contou com as intervenções divinas; Tucídides, por sua vez, como pensador político descontente com esse entendimento, busca as causas do conflito (JAEGER, 2010) e, assim, aprofunda a reflexão iniciada por Heródoto. Ele busca apontar as razões da discórdia, ou a “verdadeira causa da guerra” (JAEGER, 2010, p. 451), “resultado de uma longa reflexão sobre o problema e [que] pertence à maturidade de Tucídides” (JAEGER, 2010, p. 452).

Por fim, enquanto o autor de *Histórias* oscila entre apresentar ora o homem como artífice do seu destino, ora submetido à interferência do sobrenatural, Tucídides não recorre ao operar divino (SNELL, 1955). Essa interferência do sobrenatural se manifesta de forma mais discreta do que a da epopeia. Heródoto, por não incluir o fator político em sua obra, não se aprofundou nas relações de causa e efeito como Tucídides, que viessem a explicar os acontecimentos humanos. Desse modo, o autor manteve como pano de fundo a presença do divino:

Se Heródoto, ao contrário de Homero, não mais faz intervir pessoalmente um deus a cada nova virada dos eventos, não lhe falta, todavia, a fé num operar divino na história, e está ele convencido, sobretudo, de que existe alguma coisa de divino preocupada em possibilitar que o grande vire pequeno e o pequeno, grande. (SNELL, 1955, p. 162).

Já para o autor da *História*, os atos humanos não são de origem divina, e por isso os homens não estariam sujeitos à vontade dos deuses. O segundo ponto impacta no entendimento da guerra e suas consequências, o sucesso e o fracasso tornam-se resultados exclusivos da ação humana²⁵. Em razão disso, é possível afirmar que o historiador antigo toma para a ciência humana o conceito de causa de Hipócrates, ou o termo que distingue a enfermidade do sintoma, “como deixa ver a palavra *πρόξαις*, que Tucídides emprega” (JAEGER, 2010, p. 451). Esse espírito transportado por Tucídides, das ciências físicas e médicas para o âmbito da história é o caráter original da obra tucidideana (BONNARD, 2007).

A extensão da notoriedade que a Guerra do Peloponeso alcançou não se deve à presença dos mitos e romances na obra em que foi narrada, nem sobreviveu “por causa de algum evento especial ou por causa da fama de seus participantes (com a discreta exceção de

²⁵ Dado esse aspecto, Snell (1955) aproxima Tucídides de Sócrates por este, assim como o seu contemporâneo, rejeitar os mitos e as fábulas, porquanto ambos almejam “[...] alcançar a verdade com os meios do conhecimento humano” (SNELL, 1955, p. 150).

Alcibíades), mas graças ao homem que escreveu a sua história” (FINLEY, 1991, p. 53). Abolindo a intervenção do sobrenatural, a obra tucídideana, neste aspecto, também está em consonância com os escritos hipocráticos (FINLEY, 1991), permanecendo no âmbito humano e, neste caso, se concentrando estritamente na guerra e na sua política²⁶.

*

* *

Com base nessas comparações, podemos concluir que Tucídides não apenas recorreu às obras datadas de um passado recente e longínquo de Atenas, como fontes de pesquisa, como também a partir delas pôde fazer algo diferente. Possivelmente, essa modificação na forma de registrar os fatos se deve ao crivo racional aplicado por Tucídides ao escrever a *História*.

Entretanto, se o autor somente tivesse reunido e acumulado dados sobre a Guerra do Peloponeso, o resultado disto seria uma obra mais voltada ao cunho descritivo do que ao histórico. Ou seja, o objetivo da obra seria tornar pública uma série de informações, números e descrições em vez de utilizar a informação como aporte teórico que, submetido à análise, apresenta uma concepção de história e da natureza humana – apesar de a interpretação quanto a esse espírito, segundo Jaeger (2010), dizer que isso se refere a uma consciência mais científica do que histórica. Tucídides transpôs uma atitude superficial do mero acúmulo de dados e avançou para o campo das análises, no qual o conhecimento o levou à compreensão das situações (FINLEY, 1991) e, a partir disso, ele pôde conceber os acontecimentos de modo relacionado.

No campo da história, a implicação lógica dessa crença era a necessidade de tentar chegar a ideias gerais acerca do comportamento humano, na guerra e na política, na revolução e no governo. O problema de Tucídides, em suma, era deslocar-se do particular ao universal, dos eventos concretos aos padrões de generalidades subjacentes. (FINLEY, 1991, p. 63)

De acordo com o autor supracitado, ao escrever sobre um demagogo como Cleón, Tucídides intencionou abranger a natureza dos demagogos em geral. Conforme acompanharemos adiante, o historiador antigo utilizou-se dos discursos para apresentar

²⁶ Bonnard (2007) também ressalta que a terminologia médica empregada na obra, e com maior frequência na descrição da peste em Atenas (II.48-54), é aplicada tendo em vista a influência da obra hipocrática na produção de Tucídides.

retratos humanos que poderiam ser úteis à posteridade. No presente estudo, o foco é o personagem Alcibíades no debate sobre a Expedição à Sicília.

1.2 A obra

A Guerra do Peloponeso estendeu-se por longo tempo e no seu curso a Hélade sofreu desastres como jamais houvera num lapso de tempo comparável.

Tucídides, em *História da Guerra do Peloponeso*, I.23.3-5.

Por volta de 430, Tucídides começa a redigir a obra *História da Guerra do Peloponeso* (HADOT, 2010), que, segundo a tradição, foi publicada por sua filha após a morte do pai. Na obra, Tucídides registra a guerra que se desdobrou por 27 anos, entre a potência marítima Atenas e a potência terrestre Esparta, com seus respectivos aliados, pela hegemonia na Grécia. Os registros da contenda começam desde os seus primórdios (431), com o surgimento dos primeiros indícios de instabilidade, até o 21.º ano da contenda (404). Apesar de ter acompanhado o desfecho da conflagração, Tucídides interrompeu o relato no ano 411²⁷. Há indícios de que o historiador não continuou narrando a guerra após seu desfecho, pois se dedicou a reelaborar partes precedentes – para Finley (1991), por exemplo, a escrita da Oração Fúnebre de Péricles (TUCÍDIDES, II.35-46) teria ocorrido 30 anos após o seu pronunciamento. A prova disto seria o fato de o conteúdo presente nela sugerir que tenha sido dito por alguém que conhecia os desdobramentos da guerra, em especial, a malfadada Expedição à Sicília (415): “são as visões do historiador a respeito do poder e das grandes possibilidades de Atenas no início da guerra, escritas à luz da derrota total e desnecessária da cidade” (FINLEY, 1991, p. 56).

1.2.1 Objetivo da obra: a posteridade

²⁷ “Tucídides voltou a Atenas depois de vinte anos, isto é, depois de 404, ano da rendição de Atenas aos espartanos [...] As diferentes versões sobre sua morte, tanto as que a apresentam como natural como as que falam de morte violenta, ou em Atenas ou na Trácia, não merecem fé e não passam de hipóteses levantadas para justificar a interrupção brusca da obra no Livro VIII” (ROMILLY, 2008, p. XI). O general Xenofonte nos Livros I e II da obra *Helênicas* escreve a continuação da narração de Tucídides do ponto em que foi interrompida.

Ao relatar a Guerra do Peloponeso sem a intervenção divina como elemento circunscrito aos acontecimentos da contenda, Tucídides objetiva indicar que a natureza humana é a causa dos êxitos e dos fracassos observados ao longo da história. A guerra, portanto, é um pretexto – e para Bonnard (2007, p. 502) a história que Tucídides contou é do “[...] nascimento, da formação, do crescimento de um império, o império de Atenas [...] e o seu desmoronamento”, fenômenos de origem humana²⁸.

O historiador antigo, ao interpretar a realidade adotando o crivo racional como condutor de sua escrita, afasta sua obra da busca pelas grandes competições nas quais estavam envolvidos os poetas, declarando: “Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio sempre útil, e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio” (TUCÍDIDES, I.22.22-25). Nesse excerto há o primeiro indício de que o objetivo da obra não se consome no presente, mas sim, como um legado, o seu foco é a posteridade. Magalhães (2001, p. 51) endossa este ponto de vista, acrescentando que a crença de Tucídides na racionalidade resultou numa obra cujas pretensões estão ancoradas na “capacidade reflexiva do homem” – ou seja, ao aplicar esse juízo na composição da obra, Tucídides apostou na capacidade dos homens em apreender o conteúdo nela presente e em utilizá-lo sob o crivo racional (BONNARD, 2007).

Para Bonnard (2007, p. 500), Tucídides também “está convencido de que há leis na história e de que essas leis nos são inteligíveis”, independente da época que são analisadas²⁹. Essa generalização da compreensão está pautada no uso da razão como elemento comum entre os homens e independente do tempo e espaço. No entanto, na avaliação do próprio autor, o quadro é de pessimismo: “Dessa forma as revoluções trouxeram para as cidades numerosas e terríveis calamidades, como tem acontecido e continuará a acontecer enquanto a natureza humana for a mesma” (TUCÍDIDES, III.82.10-2, grifo nosso). Isso significa que existem elementos causadores das calamidades que são inerentes ao homem, já que fazem parte de sua natureza: “[...] sendo tal força inerente e inseparável da espécie humana, continuará ela a se manifestar desde que persistam os homens em existir”

²⁸ Cabe ressaltar que este parece ser o objetivo final de Tucídides, não o primeiro. Pois que é fruto da reflexão do homem que acompanhou a guerra do início ao fim, e para narrá-la aplicou sua capacidade analítica e tirou conclusões sobre o “jogo das paixões humanas” (BONNARD, 2007, p. 501-502).

²⁹ Lembra-nos Jaeger (2010, p. 447) que esta concepção de repetição dos acontecimentos é contrária ao que se concebeu na modernidade: “para a consciência histórica, nada na História se repete. O acontecer histórico é absolutamente individual. E na vida individual não entra a repetição”.

(MAGALHÃES, 2001, P. 59). A *História*, por essa persistência, será um patrimônio a serviço das gerações vindouras.

O segundo indício de que a obra de Tucídides também se destina à posteridade é a orientação temporal apresentada na obra. Caso o autor tivesse destinado sua narrativa histórica somente aos seus contemporâneos, seriam dispensáveis as indicações do ano, das estações verão e inverno e das referências ao plantio do trigo – para o ateniense do final do século V compreender o período em questão, bastaria apenas a indicação do arcontado:

Nós dizemos que a Guerra do Peloponeso começou em 431 a.C.. Um ateniense teria de dizer que começou no arcontado de Pitodoro, que não teria qualquer significado para um não ateniense, ou mesmo para um ateniense após 20 ou 30 anos, a não ser que este possuísse uma lista dos arcontes (que ocupavam o cargo por apenas um ano) à sua frente. (FINLEY, 1991, p. 59-60)

Por esta razão, confirma-se que a escolha metodológica³⁰ de Tucídides por esta organização temporal também contribui com seu objetivo e reforça sua crença declarada sobre a natureza humana, pois ao generalizar a abrangência da obra, o historiador antigo reafirma sua esperança em escrever algo que contribua com a humanidade. Trafegando por temas imemoriais abordados por filósofos e poetas (FINLEY, 1991), Tucídides sustenta a finalidade da *História*, em especial por descrever tipos humanos como Alcibíades. Acredita-se que, ao generalizar o comportamento humano, o autor não apenas expressa seu conceito de humano, como também, num lampejo otimista, deposita nesta crença a possibilidade de seu público ampliado se identificar e encontrar referências em seus escritos, independente do contexto em que estão inseridos³¹.

Ainda quanto ao sistema de datação, nota-se que ao ordenar as informações didaticamente ou na ordem em que ocorreram (TUCÍDIDES, II.1.4-6), o autor criou o encadeamento lógico dos fatos, estabelecendo uma relação causal entre eles. Entendemos que a realidade narrada é mais complexa e menos encadeada logicamente como propõe Tucídides,

³⁰ “Deve-se contar o tempo de acordo com as divisões naturais do ano, e não pela lista dos nomes dos governantes em cada lugar, sejam eles arcontes ou outros que, em consequência do exercício de algum cargo, servem para fixar as datas de acontecimentos passados, no pressuposto de que tal método é mais confiável; na realidade ele não é preciso, pois um evento pode ocorrer no início de seu período de exercício do cargo, ou no meio, ou em qualquer outra fase do mesmo. A contagem do tempo por verões e invernos, adotada nesta História – desde que cada divisão corresponda à metade de um ano – indicará que houve dez verões e outros tantos invernos nesta primeira guerra” (TUCÍDIDES, V.20.3-12).

³¹ A ideia de personagens como retratos humanos passíveis de investigação será explorada e ampliada adiante (Cf. Item 1.3.4 e 2).

mas, da mesma forma, entendemos que a fragmentação e a ordenação das informações foram imperativas para a composição de uma obra desta natureza.

[...] a composição da narrativa exigiu uma grande habilidade para que ficasse evidente o encadeamento e o cruzamento das séries de acontecimentos que constituíram a guerra dos peloponésios e atenienses, e não apenas o conjunto dos fatos isolados ocorridos dentro de um limite de tempo num determinado espaço geográfico. (ROMILLY, 2008, p. XLVIII)

Verifica-se, portanto, que há ao menos duas razões para a escolha de Tucídides por esta forma de datação e ordenação dos fatos: (1) um não ateniense que tivesse contato com a obra em anos posteriores à sua escrita compreenderia o período no qual se desdobrou a guerra tão bem quanto um ateniense do final do século V, e, (2) em virtude, da alocação dos fatos em divisões temporais, o leitor encontraria a coerência originada da interpretação tucidideana dos fatos da guerra.

Esse segundo ponto também diz respeito à concepção histórica e política de Tucídides: ao apresentar os acontecimentos ligados a um curso total, ou seja, sem isolá-los, o autor antigo nos apresenta um “mundo regulado por peculiares leis imanes” (JAEGER, 2010, p. 449). Segundo Jaeger (2010, p.449), o que tornou Tucídides superior aos outros historiadores políticos foi a “profunda intuição da essência e das leis do acontecer político”. Entretanto, o que não é possível afirmar é se Tucídides intuiu, de fato, essas leis ou se elas foram regularizando a construção dessa história na medida em que o autor encadeou os fatos políticos e o acontecer da guerra e ao debruçar-se sobre ambos, obteve tais reflexões.

O terceiro e último indício de que a obra destina-se à posteridade, é o relato sobre a peste em Atenas. Ao relatar a epidemia que dizimou parte da população ateniense no início do segundo ano de contenda, o autor reafirma seu desejo de que a obra alcance a posteridade. Por se tratar de uma doença cuja origem e cura os médicos da época não souberam detectar, Tucídides faz um relato detalhado sobre o histórico da doença e seus sintomas; e a razão para tal procedimento é citada na introdução do relato:

[...] descreverei a maneira de ocorrência da doença, detalhando-lhe os sintomas, de tal modo que, estudando-os, alguém mais habilitado por seu conhecimento prévio não deixe de reconhecê-la se algum dia ela voltar a manifestar-se. (TUCÍDIDES, II.48.10-3)

De modo direto e por uma segunda vez, Tucídides expressa o desejo de evitar a repetição de fatos calamitosos. Da primeira vez, o autor mencionou os fatos da guerra, e neste excerto está em foco a epidemia que atingiu Atenas. Verifica-se aí que um desejo clarifica o

outro, pois tanto para a guerra quanto para essa epidemia Tucídides dedica-se a descrever os sintomas de forma detalhada e, em ambos os casos, tinha em vista a posteridade.

Por um lado, a crença nessa repetição dos fatos terríveis, como já pontuamos, é fruto do pessimismo do autor; por outro, o ato de registrar ambos os acontecimentos é uma ação otimista, uma vez que denota a esperança nas decisões das futuras gerações, que, uma vez imbuídas das informações da obra, poderão tomar decisões diferentes quanto à guerra e poderão avançar nos estudos quanto à peste.

Vale ressaltar que Tucídides não, necessariamente, propõe evitar a guerra – a questão moral que a envolve hoje em dia não faz parte do pensamento grego antigo. Naquele período, a guerra, não só era vista como necessária, como fazer mal aos inimigos estava correto, dentro dessa lógica e valores. Nesse caso, portanto, o que o autor buscava alertar é que as cidades não cometam os mesmos erros que levaram Atenas à ruína. E, por serem os equívocos frutos da natureza humana, seria lícito afirmar que os personagens de Tucídides são o meio pelo qual o autor transmite a sua mensagem.

1.2.2 Metodologias

É claro que não se deixará de exigir que o historiador se mostre honesto e escrupuloso, ainda assim será preciso que ele se decida. Mesmo que se lhe conceda na origem um certo domínio de interesses, sempre mais ou menos em função da época em que vive, no interior desse domínio ele deverá, aplicando todas as qualidades de seu espírito, escolher e organizar segundo o seu próprio pensamento. Para alcançar o seu objetivo realiza uma obra de criação.

Jacqueline de Romilly, *História e Razão em Tucídides*.

Tucídides inclui no Livro I três capítulos dedicados à explanação que a crítica moderna denominou como “arqueologia” e “metodologia”. Os dois primeiros capítulos (I.20-1) se detêm na explicação metodológica do estudo do passado da Hélade – material que compõe parte do Livro I e cujo foco é a relação entre Atenas e Esparta e o conflito com os persas, tendo esta tarefa recebido o nome de arqueologia. O terceiro capítulo (I.22), por sua

vez, dedica-se à explanação sobre o método utilizado nas construções das narrativas e dos discursos, tarefa a que foi dado o nome metodologia.

Quanto à arqueologia, entendemos que Tucídides, em uma tentativa de registrar parte da história da Hélade e de buscar as causas da Guerra do Peloponeso, reuniu informações referentes aos povos e regiões envolvidas na contenda e, como vimos, consultou os poemas épicos. Excluindo a possibilidade de a retomada aos poetas objetivar somente a ampliação da importância da guerra em questão³², entende-se que o registro do passado é o necessário aprofundamento para a reflexão das origens do conflito. Com esse método, Tucídides definiu as situações da guerra pela condição de vida de cada povo, suas posses e recursos militares (ROMILLY, 2008). Considerados como digressões do texto, os estudos da arqueologia apresentam a preocupação do autor com o entendimento ampliado da guerra.

As informações dessa natureza também são encontradas em momentos pontuais: nas introduções de capítulos, em momentos de decisão e antecedendo aos discursos. Ao longo da obra, essas breves digressões cumprem a função de suporte à compreensão dos desdobramentos da guerra de modo pleno (ROMILLY, 2008) e permitem o jogo com os discursos proferidos ao longo da obra. Este rol de informações subsidia o entendimento do leitor ao dar sentido às ações dos protagonistas da guerra. É neste jogo entre narrações e digressões de um lado, e discursos, de outro, que percebemos, por exemplo, o despreparo de um comandante ou quando este se utiliza da mentira³³.

*

* *

Por seu turno, os fatos da guerra, denominados aqui como “narrativas” para diferenciarem-se das digressões, são frutos de uma investigação rigorosa: “considerarei meu dever relatá-los, não como apurados através de algum informante casual nem como me parecia provável, mas somente após investigar cada detalhe com maior rigor possível” (TUCÍDIDES, I.22.10-2). Para tal empreitada, o autor buscou os limitados registros escritos (limitação esta resultante do predomínio da cultura oral nesta conjuntura), e recorreu aos registros não escritos; e para a manutenção da fidedignidade da obra, Tucídides confrontou os relatos que obteve: “[...] tudo – os debates na assembleia, as embaixadas, as manobras de

³² Cf. Item 1.1.1.

³³ É indicado apenas um exemplo, pois essa questão é aprofundada no capítulo 2, por intermédio da análise dos discursos no livro VI, entre os itens 9-23.

bastidores, as batalhas – precisava ser reconstruído a partir do que ele ouvira ou testemunhara” (FINLEY, 1991, p. 55). Quanto a isso, o historiador antigo escreve sobre as dificuldades de seu trabalho:

O empenho em apurar os fatos se constitui numa tarefa laboriosa, pois as testemunhas oculares de vários eventos nem sempre faziam os mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas variavam de acordo com suas simpatias por um lado ou pelo outro, ou de acordo com sua memória. (TUCÍDIDES, I.22.13-8)

Tendo em vista que Tucídides também se refere como testemunha ocular da Guerra do Peloponeso (TUCÍDIDES, I.22.3-4;12-13; V.26.21-22), suas ressalvas podem se estender a si próprio. Nesse caso, consideramos válida a sua intenção de manter-se neutro, evitando pender para uma observação tendenciosa, como exemplo do esforço para constituir um relato fiel. Por outro lado, há dois pontos que precisam ser considerados: primeiro, o registro da memória carrega suas fragilidades inerentes (ADOCK, 1963); e, segundo, por mais que Tucídides reafirme sua tentativa de compor uma obra fiel e exata dos acontecimentos, o que de fato o autor consegue é “ser um historiador mais imparcial, na medida em que o seu tempo, o seu caráter e a sua formação lho permitiram” (BONNARD, 2007, p. 495).

*

* *

Quanto aos “discursos”, observa-se que foram utilizadas fontes diversas para a sua escrita (TUCÍDIDES, I.22.4). As palavras e o tom apresentados em cada um foram escritos do modo como o orador deveria ter adotado (TUCÍDIDES, I.22.5-6), de acordo com os assuntos e os sentimentos mais pertinentes à ocasião em que foram pronunciados (TUCÍDIDES, I.22.8-9). Tucídides buscou aderir tanto quanto possível ao sentido geral do que foi dito (TUCÍDIDES, I.22.8-9), mantendo-se próximo daquilo que foi expresso nos discursos ao levar em conta o caráter do orador e as circunstâncias (ROBERT, 1987) – enquanto para Adock (1963) esta fórmula aproximou os discursos da realidade, para Sahlins (2006) o historiador antigo levou em conta apenas o “temperamento étnico” de cada comunidade.

No mesmo registro totalizado estavam as diversidades caracterológicas entre os ousados atenienses e os conservadores espartanos, o que supostamente explicava significativas diferenças em suas respectivas estratégias militares e hegemonias imperiais. Ainda assim, foi o sagaz Temístocles quem fez de

Atenas potência marítima, o ambicioso Alcibíades quem concebeu e montou a grandiosa expedição siciliana. (SAHLINS, 2006, p. 121)

Nota-se que há um esforço em manter-se fiel à comunidade que cada discurso representou, e mesmo com a presença da marca pessoal do autor (ROMILLY, 2008), há vozes diferenciadas em cada um deles. Ou seja, os rastros do autor constatados na “preferência [de Tucídides] pelo uso de palavras abstratas, [na] construção antitética do período, [na] concisão da linguagem” (ROMILLY, 2008, p. LI), não apagaram as características comuns de um povo – impressas nos discursos, por exemplo, dos atenienses, representados pela “[...] ousadia e vigor na argumentação lógica que renúncia aos disfarces e meias palavras” (ROMILLY, 2008, p. LI). Recriando, assim, o espírito do *logos* do orador, em acordo com ideias e convicções que cada partido ou personagem adotava, Tucídides retrata o *ethos* de seus personagens.

*

* *

Após as observações quanto à metodologia adotada por Tucídides, percebe-se que há diferenças entre o manejo das fontes das narrativas e das digressões, por um lado, e dos discursos, por outro. Para as primeiras, Tucídides “aplica toda a sua capacidade e disciplina na busca da precisão total”, ao passo que, nos discursos, o autor “expõe as questões e os conflitos centrais *como ele os via* – mas não necessariamente como eram vistos por quem os proferiu, e, sem dúvida, não da maneira exata como foram proferidos” (FINLEY, 1991, p. 62). Entendemos, como Várzeas (2004, p. 280), que “os discursos são os momentos em que, com maior nitidez, a ficção se instaura”³⁴.

Tentando ser fiel aos factos, a verdade é que a sua atitude [de Tucídides] é retórica – não apenas ao nível da expressão, mas também ao nível do arranjo dos elementos de que dispõe, e com cuja exposição pretende produzir um determinado efeito no leitor. (VÁRZEAS, 2004, p. 280)

O resultado deste procedimento pode ser associado ao encanto dos poetas, cujo trabalho também resultava em um impacto embriagante no ouvinte; todavia, o efeito da obra de Tucídides é outro, não é o ritmo que encanta, é o *logos* que convence. Essa arte é

³⁴ “Aqui está uma ficção muito coerente, que não se pode compreender a luz do rigor histórico, mas sim pela necessidade de penetrar até nas motivações últimas dos acontecimentos políticos” (JAEGER, 2010, p. 450).

influenciada pela eloquência judiciária (ROBERT, 1987), já que a época de Tucídides é a dos sofistas e a da retórica – para Romilly (1998, p. 117), o autor estaria ligado a uma forma específica de expressão: “debate oratório”.

*

* *

Como último ponto, observa-se que relatar a Guerra do Peloponeso se trata de ilustrar um objeto que extrapola os limites do retratável, pois a guerra é um evento de origem humana, complexo e amplo. Desse modo, o retratista necessita delimitar o que será ilustrado e o que não será. Disso, parte um segundo ponto: todo fato registrado sofre intervenção do autor, pois é submetido ao processo de seleção e organização das informações – entende-se que alguns acontecimentos serão contados, outros não. E por mais adequado que seja o refinamento utilizado como critério de escolha, está implícita no ato de decidir a exclusão. Soma-se a isso outra variante que impacta no registro: a forma como são contados os fatos; disso resulta uma construção na qual tudo “é proposital, cada palavra, cada desvio, cada silêncio, cada observação, contribui para destacar um significado distinguido e imposto por ele [Tucídides]” (ROMILLY, 1998, p. 15).

Assim, como historiador, Tucídides optou por relatar alguns acontecimentos e, inexoravelmente, deixar de lado outros – para Finley (1991, p. 61), Tucídides aplica um critério pessoal nessa escolha, e, seja de modo consciente ou não, o que o norteia são “suas ideias acerca da natureza política, do comportamento social, em suma, acerca da história”. Para Sahlins (2006, p. 126-7), “o contar história histórico é o recontar, desde o começo, de um resultado já conhecido, aquele conhecimento que guia a seleção (dos arquivos) dos sucessivos eventos da narrativa”. É deste modo que Tucídides também precisou escolher descrever os personagens por um viés e não por outro, deixando inclusive de abarcar sua complexidade como humano. Disto resultam personagens delimitados, quando não modelos a serviço de uma ação educativa.

1.3 Os discursos na obra tucidideana

Entre os gregos antigos, o uso da oratória e dos discursos fez parte de um modo de vida marcado pelo debate de uma maneira que nenhum outro povo conheceu (FINLEY, 1991). Essa forma de expressão era usual tanto entre os oradores diante das assembleias ou tribunais, quanto por comandantes na iminência das batalhas (ROBERT, 1987). Adiante, deparar-nos-emos com as variações dos discursos na obra tucidideana e seus objetivos.

*

* *

Na obra tucidideana encontram-se tipos diferentes de discursos com variações em relação ao contexto e objetivo que cumprem na economia da obra³⁵. Em razão de um levantamento realizado ao longo dos oito livros que compõem a *História*, foi possível constatar que a frequência maior do uso dos discursos são as exortações aos soldados e a proclamação das alianças e dos tratados de trégua; contudo, em termos de extensão, os discursos nas assembleias, especialmente os discursos antitéticos, ocupam a maior parte da obra. O resultado do uso em larga escala dos discursos é o autor antigo ter posto em primeiro plano o combate espiritual em detrimento do acontecimento militar (JAEGER, 2010).

Antes das falas que são produzidas na *História*, vale apontar uma das variações significativas dos discursos: a fala individual e a fala coletiva. Para Sahlins (2006, p. 121), Tucídides movimenta-se entre dois tipos de agentes históricos: “sujeitos coletivos, como os atenienses, os espartanos ou os coríntios, e indivíduos proeminentes, como Péricles, Brasidas ou Alcibiades”.

Eles são coletivos e anônimos, “os atenienses” ou “os melos”, por exemplo, quando se trata de relatar as políticas acolhidas pelas cidades que eles representam; ou, de novo, quando argumentam sobre a continuação de um certo *status quo* – por exemplo, os atenienses que tentaram convencer os espartanos a manter a paz em 432. Mas quando se trata de entrar em guerra ou decidir sobre uma estratégia crucial, os que falam são em geral identificados individualmente. (SAHLINS, 2006, p. 133)

³⁵ Apesar de os discursos serem um recurso explorado por Tucídides de modo recorrente na *História*, não foram escritos todos os discursos proferidos ao longo da guerra, pois o autor, em algumas situações, faz referência às demais pessoas que subiram à tribuna para discursar, sem, contudo citar o que foi dito – referenciamos como exemplos: Tucídides, III.36.20-22 e IV.88.1-2.

No caso dos agentes individuais, coincidem os supracitados exemplos de Sahlins (2006) com parte da lista de oradores que têm seus discursos escritos – denota-se, assim, a importância dos discursos como força motriz das ações nesse contexto³⁶ e, ainda, a necessidade de expor determinados personagens ao conhecimento do leitor, a fim de ressaltar o seu impacto no desdobrar da guerra. Este conhecimento advém não apenas da exposição do personagem quando este sobe à tribuna e discursa. Tucídides, ao destacar um indivíduo do coletivo, inclui observações biográficas do personagem, tece comentários a respeito de seu comportamento e faz pontuações que direcionam o julgamento do leitor, chamando a atenção para, por exemplo, o conflito entre o interesse pessoal do orador e as proposições presentes em sua fala.

*

* *

Após revisar todas as produções de falas na obra tucidideana e tendo em vista suas características distintas, pudemos agrupá-las da seguinte forma: há 5 falas individuais, ocupando 15 itens, que objetivam exortar, reconciliar, atacar ou defender pessoas, comunidades ou ideias (TUCÍDIDES, II.11; III.30; IV.59-64, 85-7; VI.89-92). Dentre elas, devido à sua extensão e conteúdo, destacam-se a Oração Fúnebre pronunciada por Péricles e seu discurso para reanimar os atenienses e conciliar-se com o povo (TUCÍDIDES, II.35-43; II.60-4). Há um subgrupo de 11 falas individuais, ao longo de 16 itens, que objetivam, em específico, exortar e animar soldados antes das batalhas, insuflando o ânimo dos exércitos e encorajá-los a batalhar (TUCÍDIDES, II.87, 89; IV.10, 92, 95, 126; V.9; VI.68; VII.61-4, 66-8, 77)

Encontramos também quatro mensagens, ocupando 13 itens (TUCÍDIDES, II.73.9-13; II.74.7-16; VII.11-5) utilizados nos pronunciamentos sobre as tomadas de decisão ou na comunicação de um povo a outro feita por emissários. Em comparação com o restante da obra, são as menores produções. Neste grupo, há uma subdivisão na qual constam as falas

³⁶ “W.D. Westlake (1968) e, mais recentemente, Simon Hornblower (1987; 145-6) sugerem algum tipo de razão, baseada na observação de que os indivíduos se destacam e são descritos mais detalhadamente nos últimos livros da *História* de Tucídides que nos primeiros. Eles acreditam que Tucídides foi-se tornando cada vez mais consciente do significado histórico dos indivíduos à medida que a guerra e seu relato avançavam” (SAHLINS, 2006, p. 121-2).

de representantes de um povo, apresentando um discurso sem individualizar o emissário (TUCÍDIDES, III.9-14).

Como documentos orais, há 10 discursos que celebram acordo entre povos. Eles são proferidos em nome das comunidades representadas na aliança ou na trégua e detalham as condições em que foram acertadas (TUCÍDIDES, IV.17-20, 118-9; V.18-9, 23-4, 47, 77, 79; VIII.18, 37, 58) – os 3 últimos referem-se aos tratados entre os persas e os peloponésios, sua aliança formada contra Atenas. Nota-se que, em cada versão, há acertos feitos em decorrência da própria dinâmica da batalha.

Há 2 diálogos escritos ao longo de 29 itens (TUCÍDIDES, III.113; V.85-113). Em cada um deles são apresentadas opiniões opostas, mas não se trata aqui dos característicos debates antitéticos das assembleias, que se formam pela oposição simétrica de dois discursos. O mais extenso e significativo deles, devido ao seu conteúdo e ao contexto, é o diálogo entre os atenienses e os habitantes da ilha de Melos. Neste momento, Tucídides escreveu aquilo que Finley (1989, p. 26) chamou de “tratado sofista sobre força e direito”. Esse diálogo entre mélios e atenienses é “uma das mais célebres peças de bravura da narração de Tucídides. Na boca dos atenienses, é também uma profissão de fé ‘imperialista’” (MOSSÉ, 1982, p. 61)³⁷.

Por fim, há 6 pares de discursos proclamados alternadamente, em forma de debate, que ocupam 58 itens na obra (II.71-2; III.37-48; III.53-67; VI.9-23; 33-41; 76-87). Esse grupo representa os chamados discursos antitéticos pronunciados em assembleia³⁸. Constituem as falas mais extensas, e cujos traços da arte oratória são mais pronunciados. Deste grupo destaca-se, em virtude de seu papel na economia da obra, o debate entre Alcibíades e Nícias na assembleia ateniense que decidiu sobre a Expedição à Sicília (VI.9-23). Esses discursos opositores são o instrumento que os cidadãos em assembleia utilizavam quando a *polis* estava em vias de desencadear a guerra ou quando já estava envolvida nela (TUCÍDIDES, I.22.1-2). Ou seja, trata-se de um recurso que se insere em “uma situação em que deviam ser tomadas decisões de interesse vital – a decisão sobre a guerra ou a paz e o início da aventura na Sicília” (ROMILLY, 2008, p. XLIX).

³⁷ Esse episódio da ilha de Melos pode ser considerado um prelúdio da expedição siciliana, pois “jamais o direito do mais forte, em que desde então se baseia o imperialismo ateniense, foi enunciado e denunciado com tanta energia” (ROMILLY, 1996, p. 80). Mais adiante (Item 2.1), o episódio será comentado.

³⁸ Cf. Item 1.3.2.

1.3.1 A função dos discursos nas assembleias em Atenas – enquadramento histórico

Antecedendo a análise dos discursos que compõem o debate entre Alcibíades e Nícias (TUCÍDIDES, VI.9-23), opositores políticos, sobre a questão da Expedição à Sicília, vale retomar o ambiente das assembleias em Atenas no século V. E para compreender a função dos discursos nas assembleias é importante resgatar as reformas de Sólon que culminaram na transformação deste organismo em uma ferramenta de gestão democrática.

Em 594, Sólon foi nomeado arconte com objetivo de reformar o Estado nos aspectos econômico, social e político e resgatar os atenienses mergulhados em crise interna, que pôs em conflito as classes mais abastadas e opressoras contras as classes sem posses e desfavorecidas – que se aliavam à recém-surgida classe média. A *polis* mergulhara nessa crise em razão da “ausência de uma justiça pública que garantisse os direitos individuais estabelecendo leis iguais para todos e à ideia de que alguns indivíduos, por herança de sangue, são melhores do que outros” (BARROS, 1999, P. 99). A balança social de Atenas estava em desequilíbrio, os direitos oligárquicos faziam pender um dos pratos, e disso resultava a opressão dos camponeses, que perdiam suas terras e, por dívidas, tornavam-se a si e às suas famílias, escravos.

Ao atingir um estado agudo de crise, marcado por conflitos armados, em que a ideia de ascensão de um governo tirano ganhava aderência, a população opta por escolher Sólon como arconte, uma vez que tanto nobres quanto as camadas mais baixas depositavam nele a sua confiança: “os pobres julgavam-no homem excelente e os ricos sabiam-no homem de recursos. Uns e outros esperavam que sua política lhes atendesse aos interesses” (BARROS, 1999, p. 101). Como resultado de suas medidas jurídicas, políticas e econômicas (MOSSÉ, 1982), a classe abastada sofreu o revés do engano: “Sólon não era um homem de sua casta: era um cidadão de Atenas” (BONNARD, 2007, p. 111), pois suas reformas não favoreceram um lado ou outro, mas sim o equilíbrio social da *polis*.

Pensando no que seria melhor para Atenas, a reforma na legislação feita pelo arconte, entre outros pontos, acabou com a escravidão por dívidas e ampliou o conceito de cidadão, retirando o seu vínculo com o nascimento e as posses, de modo a incluir as camadas mais pobres nas decisões políticas. Essas alterações significaram não apenas “uma profunda alteração na mentalidade, mas também a vontade de Sólon de substituir por novos critérios, os antigos costumes aristocráticos” (MOSSÉ, 1982, p. 15). Apenas a possibilidade de conquista de determinados cargos políticos ainda mantinha relação com a riqueza e segregava os

atenienses. Mas o quadro geral já estava modificado, entrava em vigor a instância política que igualava todos os cidadãos: as assembleias, como o “lugar privilegiado de decisão política” (PIRES, 1999, p. 341), uma vez que nelas os nobres e o povo tinham os mesmos direitos de votar e de tomar a palavra. Ao tornar democrática a ferramenta gestora da Cidade-Estado, aos poucos os menos abastados, por serem maioria, legislaram em seu próprio benefício, reduzindo, assim, a desigualdade entre as classes.

Com base na implantação deste conceito de cidadão aliada à forma de gestão democrática, Eurípedes, no verso 405 de *As suplicantes*, apresenta Atenas como uma *cidade livre*, ressaltando que no *deinós*, ricos e pobres possuem igualdade de direitos. Por meio da disputa do *logos* e da votação na *ekklesia* confirma-se que o *deinós* ao invés de ser governado, governa (FERREIRA, 1988). Com o passar do tempo, a assembleia se torna em Atenas o “órgão essencial da vida pública” (BONNARD, 2007, p. 114).

Neste contexto, os discursos recebem destaque nas decisões coletivas:

[...] nos princípios do século VI vemos prefigurar-se essa imagem do povo que, sob o impulso de seus oradores, discutia e decidia de tudo, dos tratados de paz, da construção do Patérnon e dos Propileus, e do resto – esse povo de quem Fénelon nos diz, num resumo eloquente: “Tudo na Grécia (deveria dizer-se: em Atenas) dependia do povo e o povo dependia da palavra”. (BONNARD, 2007, p. 115)

A importância cívica da palavra levou os gregos a inventarem a sua arte: a retórica³⁹. Uma vez que é dado a todo cidadão o direito de subir à tribuna para defender ou refutar as ações propostas, a retórica torna-se, nessa conjuntura, o requinte na arte de persuadir. É prova de que essa arte torna-se central pela seguinte consequência: a criação de uma formação voltada para a palavra (DUHOT, 2004) e sustentada pelas famílias mais abastadas⁴⁰.

Benjamin Constant (1985), em seu estudo sobre a liberdade dos antigos comparada à dos modernos, tangeu a temática da força da palavra na prática das assembleias:

³⁹ A definição adotada para o conceito “retórica” neste trabalho tem como base o estudo de Olivier Reboul (2004, p. XIV), que, por sua vez, recorreu à Antiguidade para propor uma definição. Segundo o autor, a retórica “é a arte de persuadir pelo discurso”, uma técnica aplicável somente em discursos que visam persuadir. O discurso, por sua vez, é qualquer produção verbal, escrita ou oral, composta por frases cuja sequência apresenta começo, meio e fim, além de unidade e sentido (REBOUL, 2004).

⁴⁰ Quanto a esta nova formação, a sofística, comenta Jaeger (2010, p. 540): ela “[...] surgira da necessidade de dar uma nova cultura superior à alta esfera governante, e da elevada valoração dos méritos da inteligência humana. A finalidade prática dos sofistas – formação de homens de Estado e dirigentes da vida pública – favorecera esta nova orientação numa época como aquela, fundamentalmente preocupada com o êxito”.

[...] como porção do corpo coletivo, ele [o cidadão] interroga, destitui, condena, despoja, exila, atinge mortamente seus magistrados ou seus superiores; como sujeito ao coletivo, ele pode, por sua vez, ser privado de sua posição, despojado de suas honrarias, banido, condenado, pela vontade arbitrária do todo ao qual pertence. (CONSTANT, 1985, p. 1-2)

Entende-se que o indivíduo é subordinado à supremacia do corpo social em Atenas (CONSTANT, 1985), poder este advindo também da capacidade retórica daquele que sobe à tribuna para defender ou acusar indivíduos, comunidades ou ideias. Em virtude disso, entre os cidadãos, os oradores receberam destaque na *polis*, uma vez que os mecanismos de funcionamento das assembleias dependiam da aderência do povo. Dover (1977, p. 86) ilustra essa situação pela figura do advogado moderno, como “se este se dirigisse a um júri, sem nenhum juiz e sem possibilidade de um interrogatório”. Assim, o cidadão que pretendesse ter apoio em suas proposições políticas não contava com outro meio senão o de derrotar seu opositor, conquistando a preferência popular: “[...] o orador empregava a invectiva, o ridículo, o exagero e todos os recursos para despertar a emoção do público e distrair-lhe a atenção de sequências de raciocínio que não fossem interessantes ao orador” (DOVER, 1977, p. 86).

A retórica, portanto, era necessária ferramenta de condução das massas nas assembleias, pois a partir de seu uso em um discurso o público era conquistado por uma proposição política ou outra. E, sob este aspecto, vale ressaltar os riscos a que a gestão democrática está sujeita. O primeiro deles é o comportamento de multidão, que deflagra a instabilidade, os conflitos e as inclinações partidárias ou pessoais, resultando em atitudes apaixonadas⁴¹. Dessa inconstância popular (BRUNA, s/d; FERREIRA, 1988), tomaram-se decisões que, por vezes, levaram a Atenas a duras consequências. Um segundo risco da utilização da retórica nos discursos durante deliberação em uma assembleia é o seu esvaziamento moral – isso fica patente quando os retores ganham a fama de transformar o argumento mais fraco no mais forte. O que significa dizer que o uso da retórica torna-se um malefício à *polis* na medida em que os oradores são motivados por interesses mesquinhos e não pelo bem-estar da coletividade, comovendo aqueles que votam as decisões que impactam no futuro de Atenas.

⁴¹ Sólon já previa este tipo de problemática nesta forma de gestão, e por isso, recomendou a formação do caráter do cidadão, a fim de coibir ações desmedidas e individualistas que prejudicariam a *polis* (BARROS, 1999). No item 3.1 são abordados outros pontos acerca dessa reflexão.

1.3.2 Os discursos antitéticos

Em sua obra, Tucídides optou por registrar os pontos principais de uma assembleia produzindo dois discursos opostos, os discursos antitéticos (*dissoi logoi*). Ao descrever uma assembleia, o autor procurou as falas que representassem posicionamentos diametralmente opostos, a fim de ilustrar as opiniões e ações em jogo (FINLEY, 1991) – a este recurso também se dá o nome “antilogia” (ROMILLY, 2008; 1998). Segundo Tucídides (III.40.1-2), os discursos antitéticos são caracterizados pelas “opiniões antagônicas e equipolentes”, refletindo o modo de vida do ateniense do século V, haja vista que as antilogias são peças fundamentais para a deliberação nas assembleias, uma vez que oferecem a possibilidade de análise e discernimento dos prós e contras de uma situação (ROMILLY, 1998).

Ocupando parte substancial da obra, devido à sua extensão, os discursos antitéticos estão presentes nos momentos cruciais da guerra “cujo exame exigia uma visão ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva dos acontecimentos para compreensão do presente” (ROMILLY, 2008, p. XLIX). Esses debates contrários são uma “recriação vívida do ambiente de autêntica logocracia que caracterizou Atenas nesta época” (VÁRZEA, 2004, p. 280). Nesta recriação, pela escrita direta, o historiador antigo propicia ao leitor um lugar privilegiado ao acompanhar o raciocínio do orador, reduzindo a distância entre o leitor e os acontecimentos narrados pelo autor (VÁRZEAS, 2004).

No entanto, para gerar esse efeito, a escrita tucidideana dos discursos apresenta a maior carga de interferência do autor⁴², pois, enquanto nas seções narrativas buscou-se assegurar a precisão, utilizando o tom impessoal e não tecendo julgamentos, os discursos proporcionam ao leitor subsídios para analisar e julgar os argumentos dos personagens e até tomar partido de um dos lados do debate (VÁRZEAS, 2004). Neste processo, o leitor não é apenas induzido a tornar-se parcial, como também, posteriormente, acompanha os resultados dessas decisões. Propondo uma relação de causalidade, Tucídides vai moldando os seus leitores ao seu modo de enxergar as ações e reações constituintes da dinâmica da guerra. Quanto a isso, Várzeas (2004, p. 281) reforça essa relação: pelos discursos, Tucídides “[...] permite-nos perceber o que estava verdadeiramente em causa nas opções que foram tomadas durante a guerra e que determinaram o seu andamento”.

⁴² Cf. Item 1.2.2.

Observa-se, portanto, que Tucídides ao reconstruir os raciocínios de seus personagens (ROMILLY, 1998) coloca “a nu o que há por trás da narrativa – as questões políticas e morais, os debates e os desacordos, quanto à ação política, as possibilidades, os enganos e os motivos” (FINLEY, 1991, p. 63-4). Neste ponto, a sua escrita é “mais literária que histórica” (VÁRZEAS, 2004, p. 281).

Esta interferência também é comprovada pelo rastro de artificialidade presente nesta forma de expressão. Pois a oposição entre os discursos não está limitada à conclusão oposta, ela se estende para os diversos pontos contrários ao longo das falas, o que resulta em “construções sistematicamente paralelas e inversas” (ROMILLY, 1998, p. 119), ou seja, construções rígidas:

Comparando um [discurso] com outro, opondo argumento a argumento, utilizando a favor de cada um todos os recursos de uma hábil dialética, sublinhando pela própria forma o que poderia haver em cada tese de incompleto e ambíguo, permitindo por meio de paralelos, ecos e retomadas, acompanhar passo a passo o progresso das refutações ou das inversões, ele facilitava ao máximo a tarefa desse árbitro que é o seu leitor. (ROMILLY, 1998, p.152)

Romilly (1998), no excerto, aborda dois pontos relevantes: a técnica empregada por Tucídides e o juízo por parte do leitor, sendo que o primeiro leva ao segundo. Quanto à técnica, é válido ampliar sua descrição, para melhor compreender os discursos que serão submetidos à análise. De início, compreendemos que as antilogias funcionam dentro da lógica dos discursos deliberativos e a partir de manobras discursivas que buscam “[...] recuperar o que foi possível do adversário, seus fatos, suas ideias, suas palavras e suas distinções” (ROMILLY, 1998, p. 129). As técnicas empregadas nesse âmbito objetivavam enfraquecer a argumentação do opositor e até desarmá-lo, deixando-o sem condições de rebater o que foi dito. Segundo Romilly (1998), pelas técnicas desenvolvidas nesse contexto, era possível invalidar o argumento do adversário, anulando-o pela refutação; inverter o argumento, fazendo-o voltar-se contra o opositor, pela inversão; e, pela retorsão, mostrar que a argumentação favorável à causa/*polis* é, na verdade, favorável aos inimigos.

Assim, acreditamos que os discursos opostos elaborados por Tucídides representam a arte do debate cujo propósito é convencer os ouvintes. O orador entra na disputa pela conquista do ouvinte para seu ponto de vista sobre um mesmo acontecimento (ROMILLY, 1998), buscando ao mesmo tempo em sua fala beneficiar a si próprio e prejudicar o adversário.

*
* *

Entendemos que o acréscimo dos discursos aos estudos da arqueologia e às narrações foi a resolução de Tucídides para atingir o objetivo de sua obra: trazer à luz a natureza humana, uma vez que os discursos asseguram a constituição dos modelos, ou seja, as generalizações⁴³, ao relacionar ideias individuais às ações coletivas:

Foi principalmente através dos discursos, expressão do pensamento que regia a execução dos atos, que Tucídides conseguiu completar o relato dos fatos com a análise do presente, com a reflexão sobre o passado e com os planos e prognósticos do futuro. Esse recurso de expressão que a história herdou da tradição épica deu-lhe possibilidade de, a partir do fato concreto e singular, dar a conhecer as ideias que nortearam as ações praticadas na guerra. (ROMILLY, 2008, p. XLIX, grifo nosso)

Neste exercício de construir discursos antagônicos sobre um mesmo tema utilizam-se algumas técnicas, conforme observado anteriormente, e o resultado disso é a possibilidade de serem expostos variados aspectos de uma questão. Ao ouvinte é subsidiada a análise da proposta apresentada, já que as condições para o exame são favoráveis: o “discurso isolado destaca ideias; os discursos antitéticos, ao opô-las, examinam-nas mais de perto” (ROMILLY, 1998, p. 117).

Robert (1987) e Romilly (2008) concordam que, apesar da interferência de Tucídides na escrita dos discursos antitéticos, o autor é impedido de exprimir suas próprias ideias e opiniões por esta forma de expressão. Isso porque, por serem antilogias, os discursos estão em oposição e não tendem a uma opinião ou outra. O julgamento do autor não estaria presente no “verso e no reverso” de uma questão (ROBERT, 1987), pois isso Tucídides guarda para alguns momentos, nos quais explicita, por exemplo: “causa da guerra: o medo que o progresso da Atenas despertava nos espartanos; influência de Péricles; caráter de Alcibíades” (ROBERT, 1987, p. 62).

1.3.3 O debate entre Nícias e Alcibíades (TUCÍDIDES, VI.9-23)

⁴³ Cf. Item 1.3.4.

Para Bonnard (2007), Tucídides produziu uma obra cuja economia é tal qual a da tragédia clássica: com poucos personagens de primeiro plano – entre quatro ou cinco, que “[...] elucidam inteiramente o sentido do drama” (BONNARD, 2007, p. 496). Segundo o helenista, os personagens são “[...] imagens simbólicas de homens políticos de todas as democracias ou pseudodemocracias” (BONNARD, 2007, p. 496). O personagem de primeiro plano é aquele que também pode se tornar “fazedor de história” (SAHLINS, 2006, p. 126), isso quando influencia em um evento histórico, invertendo o sentido dos acontecimentos em curso. O caso em estudo, o debate sobre a Expedição à Sicília, trata de um evento histórico que mudou o curso dos acontecimentos da Guerra do Peloponeso, e Alcibíades foi o personagem que a projetou e a defendeu diante da assembleia ateniense.

Até então, Atenas e Esparta, as duas potências da Hélade, alimentavam conflitos menores em cidades aliadas, violavam tratados, não cumpriam os acordos ao romper tréguas, mas não se atacavam diretamente. Esse período, que teve início do 10.º ano da guerra, ficou conhecido como Paz de Nícias: “Durante seis anos e dez meses cada lado de absteve de invadir o território um do outro; em outras regiões, porém, existia apenas uma trégua instável e eles continuaram causando-se reciprocamente os maiores danos possíveis” (TUCÍDIDES, V.25.8-11). Esse curso dos acontecimentos foi interrompido por Alcibíades, não somente por ele ter se tornado o idealizador da retomada da guerra, mas por ser quem assumiu esse papel:

O pretexto para a violação do tratado [de paz firmado entre Atenas e Esparta] foi a expedição ateniense à Sicília. Com efeito, em Atenas, muitos viam na paz apenas uma trégua provisória, imposta pelas circunstâncias, e própria para que a cidade pudesse reconstituir suas forças. (MOSSÉ, 1982, p. 59, grifo nosso)

As considerações de Mossé (1982) refutam a ideia de que o debate siciliano (415) seja somente o resultado da necessidade de tomar-se uma decisão sobre auxiliar ou não os aliados de Atenas e ir contra os siciliotas. A intenção, de fato, não era essa – conforme será tratado adiante, o discurso de Alcibíades revela o desejo de Atenas de, em razão de sua política imperialista, conquistar a Sicília e, com isso, ganhar poder na Hélade. Romilly (1996, p. 80) concorda que o que faltava a Atenas era um pretexto para retomar o conflito ostensivo, e que a expedição siciliana, essa “grande aventura do imperialismo ateniense” foi a retomada da guerra.

Os protagonistas do debate dessa assembleia foram Nícias e Alcibíades – o primeiro havia consolidado seu lugar na esfera política e, no contexto do debate, era o seu

desejo manter a imagem conquistada entre os atenienses, sobretudo, em razão da Paz de Nícias; Alcibíades, por outro lado, era também conhecido na *polis*, mas não somente por razões políticas – o jovem aristocrata havia se destacado nos jogos olímpicos ao ser emissário de Atenas e vencer em três colocações nos carros de corrida, além de possuir notória riqueza e envolver-se em os escândalos na vida privada⁴⁴. Os dois personagens tornam-se opositores políticos: Nícias, pois deseja manter a paz e a sua imagem, e Alcibíades, que almeja conquistar uma boa posição no meio político, por intermédio da oportunidade de destaque que a Expedição à Sicília ofereceria (SAHLINS, 2006).

A Cidade-Estado regida pela democracia é também composta por oradores que buscam, em seus conselhos à *polis*, apresentar seus próprios interesses como os da coletividade. Nícias e Alcibíades, protagonistas do debate escolhido para análise neste trabalho, ao atacar e defender a Expedição à Sicília, refletem essa constatação. Em ambos os pontos de vista, haverá uma mensagem nas entrelinhas: “o bem-estar e a própria vida do indivíduo são aniquilados na perda da cidade, ao passo que são favorecidos na sua prosperidade” (BONNARD, 2007, p. 503). No caso, para Nícias, não investir na expedição é garantir o equilíbrio da *polis*, enquanto para Alcibíades, a *polis* estará em risco se não expandir seu império. Conforme veremos adiante, contra as frágeis ponderações de Nícias, Alcibíades “desenvolve o seu emocionante e ambicioso plano de conquista da Sicília e de domínio da Grécia inteira” (JAEGER, 2010, p. 462). Por fim, o propósito de ambos, ao sustentarem ideias opostas, não era chegar a um acordo, mas sobrepor o interesse próprio ao do outro, conquistando, assim, a maioria dos votos da *ekklesia*.

1.3.4 O modelo que ilumina o presente e o futuro

A interferência de Tucídides ao longo da obra não é aparente (FINLEY, 1991), pois, na obra, a impressão do leitor é que estamos diante de uma reprodução, não de uma criação – o que resulta na transmissão de confiança e na sensação de que o relato é fidedigno. Há também uma força de convencimento devido à lógica pela qual o autor se orienta, proporcionando ao leitor outra sensação, a de compreensão dos acontecimentos da guerra:

⁴⁴ Cf. TUCÍDIDES, VI.15.13-9.

O leitor chega a ficar encantado; não só sente que viveu a Guerra do Peloponeso a partir de dentro, como também tem certeza que sabe exatamente quais eram os problemas principais, e porque os fatos aconteceram daquela maneira. Mais que isso, a compreensão parece advir dos próprios atores, e não do historiador. (FINLEY, 1991, p. 64)

Uma das razões deste encantamento e compreensão do leitor a partir dos personagens e não do historiador se deve ao trabalho de Tucídides ao elaborar personagens ou tipos humanos, cujas palavras, ações e motivações são exploradas pelo autor. Assim, para a construção desses tipos, as narrativas se enlaçam aos discursos: “[...] [nas narrativas] por seus atos e pela maneira como põem em prática seus planos, e, nos discursos, através do julgamento e das soluções que propõe” (ROMILLY, 2008, p. LI). Para Finley (1991, p. 65), o motivo da tessitura da *História* “[...] parece ser o seu desejo [de Tucídides] de chegar às verdades definitivas, o medo de que elas não emergissem da massa de detalhes se não fosse ampliadas e salientadas dessa maneira”. Para Romilly (2008), os pensamentos, as análises e os planos expressos nos discursos integram-se à narrativa dos atos praticados por estes mesmos oradores, viabilizando a compreensão do fenômeno da guerra. É, portanto, de modo complementar que se relacionam discursos e narrativas. O sucesso deste empreendimento é medido pelas imagens preservadas de alguns homens, como Péricles e Alcibíades: “[...] são imagens criadas por Tucídides por meio dos discursos que ele os fez proferir” (FINLEY, 1991, p. 65).

O historiador antigo compreendeu que a força do convencimento atingiria seu objetivo ao acionar a razão, e para isso era forçoso impregnar o relato de detalhes, como primeiro passo; e, devido à ineficácia formativa do mero acúmulo de informações, era preciso um elemento diferente da narrativa, um segundo passo: a combinação entre narração e discurso, fornecendo o elemento de permanência na obra, pois a um só tempo atingiu o particular e o universal (FINLEY, 1991). Assim, verifica-se que Tucídides procurou:

[...] os elementos para a conquista de uma visão geral da guerra, a qual pudesse interessar não só aos homens implicados diretamente naquele episódio, mas também aos homens de todos os tempos, indicando-lhes as leis do comportamento humano. (ROMILLY, 2008, p.LV)

Desse modo, Tucídides pode apresentar a *physis* de seus personagens. E as reflexões sobre os personagens se devem às próprias reflexões de Tucídides impregnados na obra. A consciência histórica do autor abrangeu o entendimento da origem e do impacto da ação humana, do tempo e do sentido dos acontecimentos, podendo assim dar significado ao

passado e relacionar as ações do passado e do presente com as consequências futuras. Por esta razão, na tentativa de iluminar o presente e o futuro por intermédio da reflexão sobre o passado, a obra de Tucídides pode ser considerada como a de um moralista (FINLEY, 1991).

2 A FIGURA DE ALCIBÍADES: ANÁLISE DO DEBATE SICILIANO

O debate antitético que subsidia a montagem da figura de Alcibíades é composto pelo discurso proclamado por Alcibíades em oposição à resposta de Nícias na assembleia ateniense que discutiu a Expedição à Sicília, no 17.º ano da guerra.

De início, vale mencionar que a decisão pela expedição siciliana foi motivada pelos egesteus que solicitavam ajuda aos atenienses⁴⁵, apelando para a aliança firmada na época do, até então, estrategista Laques (TUCÍDIDES, III.86). Tucídides opta por não escrever os discursos proferidos na assembleia na qual esse apoio foi solicitado, limitando-se a afirmar que tanto os egesteus quanto os atenienses apresentaram a situação da Sicília à *ekklesia*, acertaram a elevada quantia a ser paga a Atenas pelo envio das naus e, nesse ínterim, fizeram “afirmações sedutoras, mas não verdadeiras” (TUCÍDIDES, VI.8.6).

Segundo os termos firmados nessa ocasião, a expedição tinha três objetivos declarados: (I) Ajudar os egesteus contra os selinúntios; (II) Reconduzir os leontinos à sua cidade; (III) Estabelecer a ordem na Sicília da maneira que parecesse melhor aos atenienses. Contudo, Tucídides discorda dos objetivos que foram declarados nesta ocasião, e apresenta, em dois momentos distintos, o que considera a verdadeira razão da expedição:

- a. Durante o mesmo inverno os atenienses quiseram navegar novamente para a Sicília com uma frota maior que a levada por Laques e Eurímedon, e conquistá-la, se pudessem. (TUCÍDIDES, VI.1.1-3)
- b. [...] a explicação mais verossímil é que eles [os atenienses] pretendiam dominá-la [a Sicília] totalmente⁴⁶, mas ao mesmo tempo queriam ter o pretexto especioso de socorrer seus irmãos de raça e os aliados que já tinham lá. Acima de tudo, porém, eles estavam sendo instigados por enviados dos egesteus, então presentes em Atenas, que invocavam sua ajuda com insistência cada vez maior. (TUCÍDIDES, VI.6.3-7)

Pelos comentários de Tucídides, entende-se que a decisão por auxiliar os aliados egesteus foi um pretexto para Atenas atacar a Sicília e, em decorrência da decisão, uma segunda assembleia é realizada, cinco dias depois da primeira, com intuito de “deliberar sobre a maneira mais rápida de equipar as naus e, no caso de os comandantes necessitarem de

⁴⁵ Cf. TUCÍDIDES, VI.6.8-21.

⁴⁶ A expressão “dominá-la inteiramente” é a tradução de *tês páses árakai*, denotando que não há dúvidas quanto à intenção dos atenienses, pois as palavras são claras (ROMILLY, 1996).

quaisquer outras providências para partida da expedição, votá-las também” (TUCÍDIDES, VI.8.14-17). Crendo, entretanto, que a *ekklesia* não havia chegado a um bom termo, o ateniense Nícias⁴⁷ solicita a palavra a fim de dissuadir seus concidadãos da empreitada que estava por se concretizar. Dentre os três comandantes escolhidos para coordená-la, somente Nícias é eleito contra a sua vontade. Descontente com a decisão, avaliava que o desejo dos atenienses era “conquistar toda a Sicília sobre um pretexto leviano e especioso” (TUCÍDIDES, VI.8.19). A sua fala apela ao bom senso dos cidadãos quanto à revisão da decisão de ir à Sicília.

A resposta à fala de Nícias é o discurso de Alcibíades – conforme analisaremos adiante, este sobe à tribuna para refutar aquele. E, em uma última tentativa de mudar os rumos dos acontecimentos, Nícias discursa pela segunda vez, pontuando as possibilidades desfavoráveis da empreitada, mas, ao invés de dissuadir a assembleia, o efeito de sua fala é oposto: os atenienses sentem-se mais entusiasmados com a expedição. Convencidos por Alcibíades de que a expedição seria bem-sucedida, os atenienses passam a fazer uso das informações de Nícias, pensando assim estarem mais preparados para a empreitada e terem aumentada a chance de sucesso⁴⁸.

Como introito, podemos sintetizar o debate siciliano como: a busca de cada orador por persuadir os atenienses de que a Expedição à Sicília será prejudicial à *polis*, no caso de Nícias, ou o oposto, no caso de Alcibíades, que apontou os perigos em não empreendê-la. As ideias dos oradores quanto ao que é nocivo à cidade são opostas, e o confronto se estabelece entre a defesa e o ataque das ideias de inatividade e atividade na Cidade-Estado. O gênero dos discursos desse debate, conforme a classificação aristotélica⁴⁹, é o ‘deliberativo’, pois consiste

⁴⁷ Nícias que participara da Guerra do Peloponeso desde o seu quinto ano de curso, era o principal ateniense responsável pelo acordo de trégua entre Atenas e Esparta que resultou no período conhecido como “Paz de Nícias”.

⁴⁸ Como o foco da análise são os dois primeiros discursos, vale observar neste momento que o fracasso na segunda tentativa de Nícias é também em razão de ser um discurso que faz uso recorrente das construções condicionais – segundo Steyn (2007), a aplicação dos termos *εἰ* e *ἀν* (“se”) é prova de que a fala de Nícias está preenchida de suas próprias opiniões, seus medos e hipóteses sobre a empreitada ateniense. Considerando que este tipo de construção denota, entre outras coisas, a insegurança do orador, conclui-se que o discurso de Alcibíades foi simetricamente oposto, em virtude de o jovem ateniense esbanjar autoconfiança – e isto, em termos de conquista da *ekklesia*, valeu mais do que argumentos fundamentados (STEYN, 2007). Mais adiante, apresentaremos a capacidade de Alcibíades em conquistar os ouvintes.

⁴⁹ Segundo Aristóteles, na obra *Retórica*, os discursos podem ser divididos em três gêneros, de acordo com os três tipos de auditório (REBOUL, 2004). Os gêneros se diferenciam em razão da necessidade do orador em adaptar-se aos seus ouvintes: “O discurso judiciário tem como auditório o tribunal; o deliberativo, a assembleia (Senado); e o epidíctico, espectadores, todos os que assistem a discursos de aparato, como panegíricos, orações fúnebres ou outros” (REBOUL, 2004).

em dois oradores que objetivam aconselhar os ouvintes durante a assembleia quanto a um empreendimento futuro.

Ainda, de acordo com as categorizações de Aristóteles, o que serve de norma para os discursos deliberativos é o que é útil ou não às cidades – e isto independe da discussão sobre a ação ser justa ou não (REBOUL, 2004). Assim, entende-se que o orador que sobe à tribuna para aconselhar a *polis* quanto à continuidade da guerra ou estabelecer um acordo de paz não está preocupado em debater a natureza justa ou injusta da causa, mas somente indicar se ela acarretará benefícios ou malefícios à cidade.

*

* *

Segundo Mossé (1982), no período em que o debate sobre expedição siciliana opôs politicamente Alcibíades e Nícias, a assembleia era composta por dois grupos distintos: de um lado, a massa numerosa de pessoas vindas do campo, refugiadas há dez anos na cidade, “a quem se tornava muito custoso não só abandonar as casas e os campos ao inimigo, como assistir, do interior das muralhas, ao espetáculo da destruição periódica de suas terras” (LEÃO, 2004, p. 207). Este segmento da população estava pronto para seguir os “homens que pregam esta política de paz, como o filho de Niquerato, o rico Nícias” (MOSSÉ, 1982, p. 60). Do outro lado, havia a população urbana, atuante nos negócios de Atenas, um grupo insatisfeito com o período de paz que não lhe trazia as mesmas vantagens que aos proprietários rurais: “a guerra significava para eles um soldo regular e vantagens materiais. Se se lhes acenasse com uma expedição fácil, estariam prontos a seguir o autor da proposição” (MOSSÉ, 1982, p. 60). Esse segundo grupo, apesar de menor, era mais ativo na *polis*, e encontraria em Alcibíades o seu representante.

Entende-se que as palavras de Nícias, no início de seu discurso, apresentam o estado de espírito geral dos atenienses. Este trecho também confirma que o comandante, naquele momento, se dirigia à população urbana ou, ainda, ao grupo de atenienses que estava desinteressado em manter o período de paz:

Contra temperamentos como o vosso, meu discurso seria inócuo se eu vos exortasse a preservar o que já tendes e a não arriscar os bens presentes por coisas vagas e futuras; mostrar-vos-ei, todavia, que nem vossa pressa é oportuna, nem será fácil atingir o objetivo que desejais. (TUCÍDIDES, VI.9.14-6)

O “duelo de oratória” (MOSSÉ, 1982, p. 61), que se instalou a partir da fala de Nícias e da resposta de Alcibíades, trouxe para essa discussão a lógica de uma época: se uma cidade tende ao império, seu objetivo é durar e, para isso, é necessário possuir e conquistar. Tucídides não discorda dessa lógica, ele não é opositor da manutenção do império ateniense. A sua observação, no entanto, é para a necessidade de haver, nessa dinâmica política, um regulador dos anseios e dos desejos. O autor da *História* buscou alertar sobre as consequências da falta de domínio dos aspectos da *antrophon physis*, aquilo que leva o homem a entregar-se aos seus impulsos sem dar-se conta de que está levando a *polis* à ruína. Dos personagens de Tucídides, Péricles, como “figura arquetípica do chefe e do verdadeiro homem de Estado” (JAEGER, 2010, p. 466), teria sido o único líder capaz de utilizar sua inteligência a serviço do império, sem deixar-se dominar por seus próprios impulsos⁵⁰.

2.1 Os oradores do debate siciliano – uma primeira aproximação da figura de Alcibíades

Vale ressaltar neste momento que Alcibíades não se opõe de modo simétrico a Nícias, em uma dualidade entre o bom e o mau cidadão. O que se identifica é o contraste em termos de ideia, características e conduta, porém o fracasso da Expedição e a consequente ruína da *polis* têm raiz na ação de ambos⁵¹. É válido mencionar isso, pois é com facilidade que adotamos um pensamento dualista ao ler a obra tucidideana. A *História*, contudo, não é composta por vilões que prejudicam a *polis* e heróis que a salvam; a história narrada por Tucídides é sobre a ruína de uma cidade em razão de sua má condução por seus líderes ao longo da Guerra do Peloponeso. Para o historiador antigo, não houve salvadores que fracassaram em sua missão de conduzir Atenas, mas homens que cederam a si mesmos, como Alcibíades, em razão de sua *antrophon physis*, no caso, de sua *hybris*.

⁵⁰ Cf. Item 3.1.

⁵¹ Para compreender melhor essa responsabilidade de Nícias, conferir Adkins (1975) e Westlake (1941).

Tucídides, pela lógica da causa e efeito, conduz o leitor ao entendimento de que Nícias também é responsável pela ruína de Atenas – mesmo que isso seja menos evidente do que a responsabilização de Alcibíades⁵²:

Nícias desejava, enquanto invicto e desfrutando da estima geral, preservar a sua boa sorte até o fim, e não somente descansar desde aquele momento das fadigas da guerra e dar descanso a seus concidadãos, mas também deixar para a posteridade a fama de ter passado a vida sem prejudicar a sua cidade; pensava que um homem só poderia atingir tal objetivo evitando os riscos e expondo-se o mínimo possível aos caprichos da sorte, e que somente a paz é isenta de perigos. (TUCÍDIDES, V.16.8-14)

Nícias prejudica a Atenas na medida em que suas ações buscam somente assegurar motivações pessoais, como a manutenção de sua imagem e o gosto pelas honrarias (TUCÍDIDES, V.16.8-14). Ao ser favorável à expedição, como comandante Nícias teria sua reputação colocada à prova, diferente do contexto proporcionado pela manutenção (mesmo que superficial) da paz. Ao buscar preservar sua reputação e honra, Nícias remete-se aos discursos de Péricles, alegando que objetiva de manter o bem-estar da *polis*, quando, de fato, busca o bem-estar pessoal. O comandante não deixa de apresentar patriotismo, apesar de confundir em demasia a salvação da Cidade-Estado com a salvação de sua imagem (BONNARD, 2007). O risco de perder sua reputação conquistada no período de trégua era grande quando uma expedição como a siciliana está no horizonte dos atenienses.

*

* *

Desfeita a possibilidade de encarar um dualismo entre Alcibíades e Nícias, seguem as considerações específicas sobre o personagem em questão. Antes mesmo de Tucídides introduzir Alcibíades em sua narrativa histórica, sua família é citada, uma vez que seus componentes costuram a história da Guerra do Peloponeso: seu irmão mais velho, colega de Péricles⁵³, também comandou as naus atenienses e tornou-se responsável por trazer vitórias a Atenas⁵⁴; nessa guerra, também se envolveram o seu pai e o seu irmão mais novo. A terceira

⁵² O caso de Alcibíades será abordado posteriormente (Cf. Item 2.2), mas quanto a Nícias concordamos com Westlake (1941, p. 64), que em seu artigo afirma que: “Não há nenhuma razão para acreditar que ele [Tucídides] salvou Nícias do estigma de ser responsabilizado pelo final do império ateniense”.

⁵³ Cf. TUCÍDIDES, II.58.

⁵⁴ Cf. TUCÍDIDES, II.26.

e última referência é a mais relevante, que é Péricles, o seu tio e tutor – considerado por Tucídides um grande líder que conduziu a *polis* por caminhos seguros durante a Guerra do Peloponeso.

Alcibíades é citado pela primeira vez no livro V da *História* na ocasião em que se proclama partidário da denúncia contra os lacedemônios (421) e defensor da aliança entre os atenienses e os argivos⁵⁵. O personagem é apresentado, nesse momento da narrativa, como “um homem que, pela idade, em qualquer outra cidade teria sido considerado excessivamente jovem, mas que em Atenas gozava de muito prestígio por causa do renome de seus antepassados” (TUCÍDIDES, V.43.4-6). O historiador antigo busca apresentar o que há por detrás das intenções de Alcibíades ao atacar os espartanos e defender a aliança argiva:

Parecia-lhe melhor aproximar-se dos argivos; além disto, ele [Alcibíades] se opunha ao tratado porque ficou ferido em seu orgulho pela circunstância de os lacedemônios o terem negociado por intermédio de Nícias e Laques, ignorando-o em consequência de sua juventude, e não lhe mostrando o respeito devido em face de antiga relação de proxenia. (TUCÍDIDES, V.43.6-11).

Neste mesmo período, o jovem diplomata atuou no fortalecimento das alianças atenienses, percorrendo o território do Peloponeso, assegurando o poderio de Atenas e fortalecendo os laços políticos. Sob outro ponto de vista, Alcibíades buscou manter sobre controle os povos subjugados pela *polis*⁵⁶ e ampliou a extensão dos braços do império.

Antes de acompanharmos o momento mais relevante da vida política de Alcibíades, há um episódio que requisita menção, considerando a intenção de adentrarmos no contexto ateniense neste período: trata-se do diálogo entre os atenienses e os mélios. Em 416, Atenas buscou exibir sua força ao retaliar a ilha de Melos, que se posicionava de maneira neutra no conflito entre Atenas e Esparta. Esse episódio, segundo Romilly (1996), é um marco na forma como Atenas buscava a expansão de seu poder na Grécia, sendo um prelúdio da Expedição à Sicília; o episódio manifesta uma forma de imperialismo que será expandido por Alcibíades em sua empreitada siciliana.

No Livro III, Tucídides narra os desdobramentos da primeira expedição à ilha de Melos, porém, será somente no Livro V que encontramos a narrativa do desenrolar da segunda expedição a Melos e seus desdobramentos que antecederam o rompimento da Paz de

⁵⁵ Nesse período, Nícias já era seu opositor – tendo em vista que este demonstrou “o maior empenho no sentido da paz” (TUCÍDIDES, V.16.7-8), especialmente, com relação a Esparta; na tentativa de sustentar a “Paz de Nícias”, foi celebrado um acordo que se mostrou frágil desde a sua criação.

⁵⁶ Cf. TUCÍDIDES, V.69.

Nícias. Não há confirmação da participação direta de Alcibíades neste episódio. Contudo, o jovem ateniense se atarefava com a manutenção das alianças nesta época, e o seu desempenho na Guerra do Peloponeso sugere que ele poderia ter preconizado o controle rigoroso da ilha e sua população e ter se sentido satisfeito com esta política audaz (ROMILLY, 1996). O episódio também é simbólico uma vez que representa o grau de injustiça que Atenas atingiu, tendo inclusive declarado guerra contra um inimigo cujo poder não lhe era equivalente (JAEGER, 2010).

Sob o pretexto de negar o direito à neutralidade, Atenas discorda da recusa dos mélios em aderirem à sua aliança e manterem-se neutros no conflito entre Esparta e Atenas. Não dobrando os interlocutores por meio de palavras duras e ameaças, os atenienses recorrem à violência, e isso soa como fora de propósito: “os atenienses mataram todos os mélios em idade militar que capturaram, e reduziram as crianças e mulheres à escravidão; eles mesmos se estabeleceram em Melos e mandaram vir de Atenas quinhentos colonos” (TUCÍDIDES, V.116.11-14).

Tucídides (V.89.1-5), de certa forma, inclui Alcibíades neste episódio: “Alcibíades navegou para Argos [...] capturou os argivos que ainda lhe pareciam suspeitos e favoráveis aos lacedemônios [...] Realizaram também uma expedição contra a ilha de Melos”. O jovem poderia não ter sido aquele que propôs “a dureza da repressão [que] veio a somar-se à gratuidade do empreendimento” (ROMILLY, 1996, p. 80), mas, estas ações condizem com seus objetivos apresentados por Tucídides, e com o desejo sem freios de aumentar o poderio de Atenas, em termos de riqueza, território e escravos.

Já no ano de 415, quando Nícias é derrotado no debate siciliano, um estopim é causado sob a liderança de Alcibíades, reacendendo os conflitos ostensivos entre Atenas e Esparta. Posteriormente, a *polis* sofre um grande revés por intermédio do jovem comandante, que, sendo acusado de impiedade (*asebeia*)⁵⁷, é convocado a voltar a Atenas para o julgamento quando a expedição ainda estava em seu início, e sua reação é fugir para

⁵⁷ A *asebeia* é a “expressão de um comportamento reprovável à luz da moral divina e social, por constituir uma afronta em domínios que são determinantes para assegurarem estabilidade na existência humana e na vida da comunidade: a protecção dos deuses, a hierarquia familiar (bem como a sua memória), a consciência de uma identidade política solidária” (LEÃO, 2004, p. 203). Vale ressaltar que Alcibíades foi denunciado, junto com outras pessoas, de profanar as hermas uma noite antes da partida da expedição siciliana. Esse ato de impiedade, a mutilação das figuras representativas de Hermes, foi um direto desrespeito ao deus (LEÃO, 2004); isso trouxe a sensação de mau agouro para os atenienses quanto à expedição siciliana e resultou em uma acusação que não foi levada ao tribunal enquanto Alcibíades estava na cidade, mesmo contando com a cooperação do comandante. Segundo Tucídides, os inimigos políticos de Alcibíades se acercaram da certeza de condenarem o jovem através da possibilidade de caluniá-lo ainda mais em sua ausência (TUCÍDIDES, VI.28-29).

Esparta⁵⁸. O jovem estrategista, que carregava um histórico de ofensas aos seus concidadãos, ao fugir da provável condenação e execução em Atenas, deixa o comando da expedição por ele mesmo idealizada. Refugiando-se em Esparta passa a trabalhar contra os atenienses, estimulando os lacedemônios a oferecer auxílio aos sicilianos. Isso, aliado ao comando fraco de Nícias, torna eminente o fracasso de Atenas: a esquadra e o exército atenienses são derrotados, seus comandantes são mortos e os soldados reduzidos à escravidão. A penúria moral em que se encontrava Atenas fez ressurgir a força geradora do golpe que desarticulou por alguns anos a democracia. A assunção oligárquica na *polis* recebeu ajuda de Esparta, e durou pouco tempo. O fracasso da Expedição à Sicília contribuiu para o quadro final de Atenas, que resume Mossé (1990, p. 23), da seguinte forma: “privada de seu império, de suas colônias, do tributo dos aliados, Atenas não era somente uma Cidade-Estado vencida, era também uma Cidade-Estado arruinada e assassinada por um quarto de século de guerra”.

Os desdobramentos desse acontecimento pode se resumir no fracasso completo da tentativa de dominar a Sicília. Tucídides não infere que isso seja fruto do cálculo de um personagem, mas nos transmite a impressão de que uma série de decisões culminou nas fragilidades de Atenas que poderiam ter sido evitadas a partir de um líder que pudesse realizar a tarefa de conter o destempero de um povo.

2.2 Análise dos discursos antitéticos em VI.9-23

Faz-se necessário compreender, de antemão, que o objetivo precípua do debate siciliano é saber se se deve ou não entrar em guerra novamente; e ter a ciência de que a guerra tem “objetivos e motivos mais fortes que o gosto pelo combate” (TANCREDI, 2013); segundo Heráclito de Éfeso: “a guerra é a origem de todas as coisas e de todas elas é soberana, e a uns ela apresenta-os como deuses, a outros, como homens; de uns ela faz escravo, de outros, homens livres” (Fr.3, *Hipólito*, Ref. IX, 9,4 in TANCREDI, 2013, p. 125).

*

* *

⁵⁸ Para informações a respeito de Alcibíades, nesse contexto, conferir o Apêndice A – “Alcibíades após a partida da expedição siciliana”.

O primeiro discurso do debate siciliano é o de Nícias; nele, observa-se o objetivo de defender a desistência da expedição e, ao mesmo tempo, de atacar Alcibíades, o grande defensor da empreitada⁵⁹. É certo que a escolha por atacar Alcibíades é em razão de o jovem ateniense ter se destacado entre os apoiadores de uma expedição que Nícias desaprovava⁶⁰, o que teria contribuído, inclusive, para a eleição do jovem ateniense como comandante daquela expedição. Deste primeiro discurso destacamos aquilo que se mostrou relevante na composição do personagem Alcibíades:

- (I) O discurso de Nícias apresenta uma série de pontuações sobre a prudência e a cautela que os atenienses necessitam adotar – uma postura que opõe ao comportamento de Alcibíades, pois, segundo Nícias, o jovem comandante está “eufórico por haver sido escolhido para o comando” (TUCÍDIDES, VI.12.8-9) e exorta constantemente os atenienses a embarcar (TUCÍDIDES, VI.12.9);
- (II) Nícias, como um homem mais velho, pode opor-se a Alcibíades criticando sua juventude (TUCÍDIDES, VI.12.10); ele aponta esse fator como um dos responsáveis pelo apoio à expedição, e argumenta que Alcibíades é muito jovem para comandar e, ainda, que nos assuntos de guerra não deveria ser permitido que jovens decidam e as conduzam (TUCÍDIDES, VI.12.14-6);
- (III) Como último ataque direto à figura de Alcibíades, Nícias apresenta os interesses daquele quanto à expedição siciliana: “[...] somente o seu próprio interesse e o desejo de ser admirado por sua criação de cavalos (e, por esta ser muito dispendiosa, pensando na maneira de tirar algum proveito de seu comando)” (TUCÍDIDES, VI.12.9-13).

Nícias aproxima o estado de espírito de Alcibíades com o dos atenienses; por duas vezes ele afirma que os cidadãos estão ansiosos por empreender a expedição (TUCÍDIDES, VI.10). Entende-se que a constante exortação de Alcibíades para os atenienses embarcarem acrescenta um forte estímulo a favor da empreitada. Quanto à juventude de Alcibíades, vale lembrar que Tucídides já havia comentado a respeito ao considerá-lo *excessivamente jovem*; na mesma ocasião, ressalta que, mesmo sendo jovem, desfrutava de grande prestígio devido aos seus antepassados (TUCÍDIDES, V.43) – como Péricles. Em seu terceiro ataque direto a Alcibíades, Nícias o acusa de colocar os seus interesses pessoais como maior motivação para

⁵⁹ Ressaltamos que Nícias não faz referência direta a Alcibíades, apenas reúne acusações que pela lógica deduzimos serem contra Alcibíades; contudo, para não haver dúvidas, Tucídides garante que Alcibíades, no início de seu discurso justifique sua primeira argumentação da seguinte forma: “tenho de começar por este ponto, pois Nícias me atacou” (TUCÍDIDES, VI.16.2).

⁶⁰ Cf. TUCÍDIDES, VI.15.4-5.

a realização da empreitada. Neste momento, o comandante reforça o interesse de Alcibíades na guerra: de ser admirado e de conquistar recursos. Quanto à segunda observação, vale ressaltar, primeiro, que foi prometido pelos egesteus o pagamento de uma alta quantia em troca do apoio ateniense e, segundo, que na guerra, apesar de ser um empreendimento oneroso, a conquista da vitória acarreta o recebimento de bens valiosos e terras, ou seja, é a conquista dos chamados despojos de guerra. Isso tudo, aliado aos ganhos financeiros que Atenas conquistaria com a submissão da Sicília ao seu império.

O alerta do discurso de Nícias também se apoia em alguns pontos principais: que os atenienses não deem a Alcibíades, à custa da *polis*, a “oportunidade de fazer sua exibição pessoal” (TUCÍDIDES, VI.12.12-3) e que compreendam que “tais homens prejudicam os interesses gerais enquanto esbanjam seus próprios bens” (TUCÍDIDES, VI.12.13-4) e que “poucos sucessos são obtidos por paixão, mas muitos por ponderação” (TUCÍDIDES, VI.13.6-7). Marcado por críticas aos atenienses e a Alcibíades, o discurso de Nícias também apresenta uma série de argumentos contrários à expedição. Ressalta-se dessa argumentação um conselho que, inclusive, rememora as indicações de Péricles em seu primeiro discurso escrito por Tucídides⁶¹: “[...] não expor a cidade a novos perigos enquanto ela ainda se debate em meio à tempestade e não sair em busca de outro império antes de havermos consolidado o que já temos” (TUCÍDIDES, VI.10.20-2). Neste caso, Nícias está considerando o fato de Atenas não ter se recuperado completamente da guerra em curso, em termos de homens e recursos financeiros, além de pontuar, em sua fala, que há povos ainda não dominados por inteiro, cujas revoltas ainda ofendem os atenienses.

Por fim, o comandante dirige-se ao cidadão responsável pela sessão, o magistrado, para que ele cumpra com o seu dever de zelar pelo bem da cidade, mostrando-se um bom cidadão e propondo uma nova votação sobre a expedição siciliana (TUCÍDIDES, VI.14).

*

* *

Entre o discurso de Nícias e a resposta de Alcibíades, Tucídides descreve o estado de espírito da *ekklesia*: dividida entre a inquietação e a mobilização dos apoiadores e os opositores da Expedição à Sicília. Desta descrição, o historiador destaca a figura de Alcibíades ao demorar-se em comentários sobre o defensor da empreitada siciliana.

⁶¹ Cf. TUCÍDIDES, I.144.

Alcibíades é descrito como “defensor mais veemente da expedição” (TUCÍDIDES, VI.15.4) e como aquele que “sempre ansiou por ser nomeado comandante” (TUCÍDIDES, VI.15.6-7) por duas razões: para subjugar a Sicília e Cartago e, ao mesmo tempo, atender aos interesses pessoais em termos de riqueza e glória.

Como meio de manter a decisão em favor da expedição, Alcibíades fez uso daquilo com que Tucídides caracterizou o jovem: seu grande prestígio e influência em Atenas. A influência de Alcibíades é motivo de comentário de Tucídides devido à forma como o historiador a avalia, tendo em vista as consequências da ação de Alcibíades neste período: “não foi pequena a influência desses desmandos na ruína de Atenas” (TUCÍDIDES, VI.15.12-3). A partir destes comentários, Tucídides endossa os argumentos do discurso de Nícias que desqualificam Alcibíades.

Entendemos que o historiador reforçou a acusação de que Alcibíades buscou, na expedição siciliana, uma forma de enriquecimento quando teceu este comentário: “[Alcibíades] sempre cuidou de satisfazer os seus próprios caprichos muito além do que lhe permitiam as suas posses, tanto na criação de cavalos quanto em outros gastos” (TUCÍDIDES, VI.15.10-2). A expedição seria, portanto, uma forma de utilizar o empreendimento público com fins privados⁶². Sobre os aspectos público e privado da vida de Alcibíades, Tucídides escreve:

[...] embora na vida pública ele tratasse dos assuntos relativos à guerra da melhor maneira possível, na vida privada ele ofendia todos os cidadãos com a sua conduta, levando-os a confiar a cidade a outras mãos e a arruiná-la por isto ao fim de não muito tempo. (TUCÍDIDES, VI.15.16-9)

Nesse excerto, Tucídides diferenciou a conduta de Alcibíades na vida pública e na privada, contudo, na continuidade da obra é observado que há mais relação entre elas e que não há possibilidade de separá-las por completo.

*

* *

⁶² Quanto a esta deturpação na política, comenta Sahlins (2006, p. 134): “A oposição entre o homem e a cidade já está lá, em Tucídides, na forma explícita de conflito entre interesses pessoais e a *polis*. Também está presente a fundamentação de interesses numa natureza humana movida por inexoráveis desejos de poder e ganho”.

O discurso de Alcibíades, em resposta ao de Nícias, divide-se em três seções⁶³: resposta às acusações (VI.16-17), refutação dos argumentos de Nícias contra a expedição (VI.17) e apelo às emoções dos atenienses para engajarem-se à expedição (VI.18).

De início, vale mencionar que, ao longo do discurso, nota-se a presença de traços retóricos. Primeiro por se tratar de uma fala na qual o orador começa por defender a própria imagem, alegando que defender a si mesmo em primeiro lugar é necessário em razão do ataque pessoal feito por seu opositor. Com essa estratégia retórica o orador intenta captar a benevolência dos seus ouvintes e, com isso, resgatar a sua credibilidade – um bom orador sabe que não há razão de apresentar os melhores argumentos em um discurso sem, de antemão, ter conquistado a confiança da *ekklesia* (REBOUL, 2004).

O jovem Alcibíades alega a necessidade de defender-se na assembleia por se considerar digno de receber o comando da expedição mais do que qualquer outro (TUCÍDIDES, VI.16.1-2); essa defesa toma por base sua origem aristocrática e sua opinião a respeito de suas qualidades pessoais. Ao pretender colocar-se como superior, Alcibíades causa um duplo efeito entre seus ouvintes, o de valorizar a sua participação na expedição ao mesmo tempo que relega Nícias a segundo plano – dessa maneira sutil, o jovem comandante descredita, uma primeira vez, os argumentos de seu opositor (STEYN, 2007).

Uma segunda maneira de descreditar Nícias foi retorcer suas críticas: aquilo que foi alvo de censura, na verdade, é benéfico para a *polis*: segundo Alcibíades, as causas de glória e honra para sua família, oferecem vantagens à pátria, apesar de provocar malevolência para si mesmo (TUCÍDIDES, VI.16.3) e inveja em seus concidadãos (TUCÍDIDES, VI.16.14). Com esta sutil calúnia, o jovem reduz os argumentos de Nícias que o atacam, sem necessitar citar o nome de seu opositor: “Nicias foi classificado como apenas mais uma pessoa sem importância cujas declarações poderiam ser desconsideradas, porque foram motivadas por ciúmes”⁶⁴ (STEYN, 2007, p. 102)

Adiante, têm-se os argumentos explorados por Alcibíades e que se dividirão em três eixos principais:

Eixo 1: Alcibíades: - Os helenos, que consideravam a nossa cidade esgotada pela guerra, passaram a fazer uma ideia de sua grandeza muito além de seu poder real, diante da magnificência de minha exibição como emissário

⁶³ A divisão proposta é meramente didática, pois esses três pontos principais, por vezes, estão presentes em outras seções; não se trata, portanto, de uma estrutura rígida.

⁶⁴ Tradução livre do seguinte excerto: “[...] Nicias was classed as just another lesser person whose statements could be disregarded because they were motivated by jealousy”.

sagrado a Olímpia, pois entraram na pista hípica sete carros meus – mais que de qualquer outro concorrente individual até aquela época – e ganhei o primeiro, o segundo e o quarto prêmios, além de ter-me apresentado em tudo mais num estilo digno de minhas vitórias. De acordo com as tradições isto é uma honra, e pelos feitos se deduz o poder. (TUCÍDIDES, VI.16.5-12)

Alcibíades: - Embora os meus serviços à cidade, custeando coros ou de outra forma qualquer, tenham naturalmente provocado inveja entre meus concidadãos, aos olhos dos estrangeiros essas exibições dão uma impressão de força; não é uma loucura vã o fato de um cidadão, à sua própria custa, ser útil não somente a si mesmo, mas também à cidade. (TUCÍDIDES, VI.16.12-7)

Por meio de exemplos, outro recurso retórico comum⁶⁵, Alcibíades enfatiza as suas ações públicas como um desvio à crítica aberta de Nícias à sua vida privada. Eis como se resume e pode ser analisado o primeiro eixo: Aparentar que a *polis* não está esgotada pela guerra é mais importante, no jogo político e militar, do que a cidade, de fato estar recuperada da contenda e da peste⁶⁶. O jovem comandante recorre a isso, como se buscasse convencer a *ekklesia* da própria situação de Atenas, buscando anular as observações de Nícias que se referem à cidade como ainda não recuperada por completo e necessitada de refazer seus recursos e homens (TUCÍDIDES, VI.12). Neste excerto, Tucídides permite ao leitor compreender que Atenas estava sim esgotada pela guerra, uma vez que Alcibíades defende-se alegando que mostrou aos inimigos que a Cidade-Estado estava recuperada, já que transmitiu às demais nações a impressão *de força*. Este é um ponto importante da argumentação do jovem comandante, pois chega a ser contrário ao discurso que Tucídides desenvolveu para Péricles (TUCÍDIDES, I.144), quando o estadista aconselhou os atenienses a não buscarem ampliar o império durante a guerra.

Ainda nesse primeiro eixo, Alcibíades apresentou a necessidade de justificar sua exibição como sagrado emissário em Olímpia, o que se deve, em parte, ao ataque de Nícias quando, na ocasião, o acusa de buscar somente seus próprios interesses e por desejar ser admirado por sua criação de cavalos. Por sua argumentação, Alcibíades retira a motivação de suas ações do âmbito privado e lança para o público – buscando denotar, assim, que suas ações são motivadas pela preocupação com Atenas, não pelo desejo de ser admirado ou

⁶⁵ Segundo Aristóteles, os exemplos, assim como os entimemas ou silogismos, compõem o grupo de argumento da ordem racional (REBOUL, 2004).

⁶⁶ Vale lembrar que a peste atingiu a *polis* ateniense no segundo ano da Guerra do Peloponeso e dizimou centenas de pessoas, tanto da população urbana, a partir do Pireu, quanto da população rural, deslocada dos campos para a cidade em razão da contenda. Tucídides fez uma descrição completa deste ocorrido em II.48-54. Segundo historiador antigo, Atenas também sofrera com o longo período de guerra, a cidade estava recuperando suas forças militares e havia um dinheiro acumulado em razão da trégua (TUCÍDIDES, VI.26).

exibir-se (TUCÍDIDES, VI.12). Com este golpe, Alcibíades não apenas se defendeu das acusações de Nícias, como o atacou, ao deixar implícito que seu opositor havia criticado ações benéficas à *polis*. Para arrematar a sua argumentação, Alcibíades retoma as tradições e utiliza uma premissa provável para tanto: *De acordo com as tradições isto é uma honra, e pelos feitos se deduz o poder*.

Como último ponto deste primeiro eixo, há uma defesa mais sutil, a do ataque ao possível interesse de Alcibíades na guerra para o aumento de suas riquezas. A resposta às acusações dessa natureza está nas referências feitas pelo jovem comandante, quando cita sua entrada na hípica com sete carros e quando comenta que presta serviços à cidade, assim como custeia os coros. Todos são sinais evidentes, para a época, de tratar-se de uma pessoa com posses. Sem, contudo, aprofundar-se nessa argumentação, Alcibíades limita-se a dizer que as calúnias surgem de maneira natural como resultado da inveja por parte de seus concidadãos.

Eixo 2: Alcibíades: - Sendo estas as minhas ambições e estes os motivos pelos quais sou recriminado em relação à minha vida privada, olhai para os meus atos na vida pública e vede se os pratico de maneira pior que os outros. (TUCÍDIDES, VI.16.28-30)

Alcibíades: - Eu reuni as forças mais importantes do Peloponeso sem grande risco ou gastos para vós, e forcei os lacedemônios a arriscarem tudo em um único dia em Mantinéia; em consequência disto, embora vitoriosos em combate eles até agora não readquiriram plena confiança em si mesmos. (TUCÍDIDES, VI.17.31-5)

Alcibíades busca diminuir o impacto de suas ações na vida privada, apresentando exemplos de contribuições na vida pública. Isso é um indício de que a *ekklesia* não fazia essa distinção. Somando com as contribuições para com a *polis* já citadas, a dizer, seu papel como emissário em Olímpia e a manutenção dos coros, o jovem comandante elenca suas contribuições militares: as alianças que firmou e a incursão na Mantinéia, que para ele resultou na perda da confiança por parte dos lacedemônios. Este consiste no segundo eixo argumentativo.

Quanto a este momento argumentativo, vale dizer que, selecionando de quais acusações iria se defender, Alcibíades não tece comentário sobre uma acusação maior, aquilo que era de opinião geral, conforme Tucídides elucida ao leitor. Segundo o historiador antigo: “o povo, preocupado na época com a enormidade de sua depravação na vida diária e também com seus desígnios, revelados em cada uma das muitas intrigas em que se envolvia, passou a hostilizá-lo, considerando-o um aspirante à tirania” (TUCÍDIDES, VI.15.13-6).

Eixo 3: Alcibíades: - Não é injusto, tampouco, que alguém, tendo-se a si mesmo em alto conceito, se recuse a ficar em pé de igualdade com os demais, pois os fracassados não encontram quem queira participar de seu infortúnio em igualdade de condições. Ao contrário, da mesma forma que na desgraça não se é sequer cumprimentado, não se deve considerar maldade o fato de os homens prósperos desprezarem alguém (quem quiser reciprocidade iguale-se a nós). Sei que os homens desta espécie e todos os outros que de algum modo se distinguiram por suas qualidades excepcionais, na realidade desgostam os demais ao longo de suas vidas, principalmente os seus rivais, mas mesmo assim os pósteros pretendem, às vezes sem fundamento, ser seus descendentes, e sua pátria os reivindica, não como estrangeiros ou malfeitores, mas como seus filhos e autores de grandes feitos. (TUCÍDIDES, VI.16.17-28)

Por último, antes de fazer uma exposição sobre a situação na Sicília, Alcibíades ataca mais uma vez Nícias, ainda objetivando ganhar o crédito da audiência. Ao estabelecer esse paralelo, entende-se que Alcibíades buscou destacar-se dos demais, uma vez que defende a posição daquele que, tendo a si próprio em alto conceito, não deve sofrer a injustiça por recusar-se a colocar-se no mesmo nível dos demais.

Não bastando que essa defesa diga por si própria que Alcibíades coloca-se acima da maioria, ele arremata: *quem quiser reciprocidade iguale-se a nós*. Esse é o terceiro eixo, que é reforçado quando o jovem comandante estimula os atenienses a que não se deixem intimidar por suas qualidades (TUCÍDIDES, VI.17.3-4), reforçando a existência de uma superioridade e, por consequência, relegando Nícias a uma posição inferior. Num movimento argumentativo audaz, Alcibíades apoia a participação de Nícias na empreitada siciliana: “[...] estou no apogeu da minha juventude e Nícias mantém a reputação de ter boa sorte, tirai o máximo de proveito de cada um de nós” (TUCÍDIDES, VI.17.4-6). Com essa manobra, o jovem comandante não se opõe abertamente a Nícias, indicando não ter se desconcertado com a fala do seu opositor, como se até não lhe desse crédito suficiente para levá-lo a sério.

Vale mencionar que a qualidade de Nícias citada nesse trecho, a sua *boa sorte*, não é deveras um elogio, uma vez que sorte não é algo propriamente do homem, como uma virtude ou habilidade; com isso, ao atribuir à sorte as vitórias de Nícias, Alcibíades diminui o valor pessoal de seu opositor. Consciente da impressão que sua postura iria causar (STEYN, 2007), o jovem comandante adotou uma estratégia diferente da de Nícias para descreditar a imagem do adversário – não o atacou diretamente e minou sua credibilidade de maneira sutil. Por sua análise e resultado, entendemos que a estratégia de Alcibíades foi mais eficaz.

Seguramente, Alcibíades não se defendeu de todas as acusações à sua vida privada, e o assunto não abordado de modo direto em sua evasão foram os possíveis ganhos como comandante. Para Steyn (2007), a estratégia utilizada pelo jovem ateniense foi a de

defender-se em somente um alguns pontos da acusação, ignorando o restante com a esperança de que os ouvintes não mais recordassem o que foi dito pelo orador anterior – e essa proposta, no relato de Tucídides, funciona de tal modo, que nem Nícias retoma a questão em sua tréplica.

*
* *

Tecendo a defesa de si mesmo, Alcibíades apresentou o *ethos* que desejava a fim de ter a atenção e a docilidade dos ouvintes para o momento do discurso que viria a seguir. Nesta etapa, a argumentação que transitou entre a ordem do afetivo e do racional preparou o terreno para a segunda investida do orador: a argumentação inteiramente racional sobre o tema em discussão. Nesse momento, Alcibíades dedicou-se ao exame da situação na Sicília sem negar o contexto apresentado por Nícias, mas explorando-o sob uma perspectiva favorável à sua tese, conforme a síntese abaixo:

- Argumento I: Apesar das cidades na Sicília serem populosas, é positivo o fato de que são habitadas por massas heterogêneas em constante mudança. Para Alcibíades, resulta desse contexto que aqueles povos não alimentam um sentimento patriótico de defesa e de cuidado com a terra. Essa ausência do patriotismo também resultaria na incapacidade daquela população de agir com um propósito comum (TUCÍDIDES, VI.17.8-17);
- Argumento II: Os helenos superestimam a quantidade de hoplitas na Sicília (VI.17.19-23);
- Argumento III: Há numerosos bárbaros que não hesitariam aliar-se a Atenas, em razão do ódio que nutrem pelos siracusanos (TUCÍDIDES, VI.17.24-5)

Quanto ao primeiro item, entende-se que Alcibíades não ignora a observação de Nícias sobre a Sicília, de que, caso Atenas saísse vitoriosa da expedição, seria difícil governar os siciliotas porque eram numerosos e estavam distantes (TUCÍDIDES, VI.11). Em relação a isso, Alcibíades contrapõe a existência de massas heterogêneas, e deste indício simples deduz que há ausência de sentimentos e interesses em comum, o que os mantém desunidos. Segundo Jaeger (2010), Tucídides aproveita deste momento para abordar uma temática relevante quanto à política, a questão da união nacional. Alcibíades alega que a situação é favorável na Sicília devido às razões citadas, porém lhe escapa, ou deixa escapar, a possibilidade das

massas heterogêneas unirem-se em razão de um perigo em comum – o que, de acordo com a narrativa histórica tucídideana, é o que de fato ocorre.

Na argumentação seguinte, Alcibíades alega que os atenienses estão superestimando os hoplitas sicilianos, atacando, assim, a observação de Nícias de que há forças consideráveis na Sicília (TUCÍDIDES, VI.10.7). Contudo, este recurso argumentativo é tão vazio quanto o que ele rebate, ou seja, nem Alcibíades, nem Nícias foram capazes de oferecer indícios seguros a respeito das forças reunidas na Sicília.

Agora, sobre os dois primeiros argumentos, vale mencionar a digressão que Tucídides fez no início do Livro VI (2), que descortinou a situação na Sicília a respeito dos povos que a habitam. Nela, encontra-se um detalhado histórico dos povos que habitaram a Sicília até o momento em que se encontravam. Fazendo uso inclusive das informações advindas dos poetas, Tucídides relata as colonizações, lutas, invasões e expulsões que se sucederam tanto entre os helenos quanto entre os bárbaros. Ao concluir esse histórico, comenta: “[...] e era contra uma ilha dessa magnitude que os atenienses ansiavam por empreender uma expedição” (TUCÍDIDES, VI.6.1-2). Trata-se aqui da ignorância dos atenienses sobre uma decisão que estavam prestes a confirmar e a que o autor faz referência antes de narrar os discursos antitéticos (TUCÍDIDES, VI.1.3-6).

No terceiro item, o jovem comandante também faz uso da dedução por intermédio de um indício simples: os bárbaros nutrem um ódio pelos siracusanos; logo, eles se unirão aos atenienses para atacá-los. O assunto, no entanto, carece de maior detalhamento, pois toca num ponto caro aos atenienses: a sua relação com os estrangeiros ou bárbaros. E não somente por isso, mas também pelo uso argumentativo dessa relação, por parte de Nícias. O discurso que Tucídides escreve para Nícias reúne parte da opinião dos atenienses quanto aos bárbaros:

- “[...] perguntando-nos se é realmente melhor mandar as naus, ou se devemos abster-nos de engajar-nos, por uma decisão precipitada acerca de assuntos de suma importância e instigados por estrangeiros, numa guerra que não nos diz respeito” (TUCÍDIDES, VI.9.4-7);
- “[...] o ponto crucial para nós, se formos prudentes, não é o destino dos egesteus, um povo bárbaro da Sicília, mas nos protegermos adequadamente contra as emboscadas de uma cidade oligárquica.” (TUCÍDIDES, VI.11.30-2);
- “[...] Devemos lembrar-nos de que só recentemente nos recuperamos até certo ponto de uma peste e uma guerra terríveis, para refazer nossos recursos em dinheiro e homens; é apenas justo usá-los em nosso benefício aqui, e não com estes fugitivos em busca de nossa ajuda, cujo interesse é mentir para ser agradáveis, deixando os perigos para os outros, pois contribuem apenas com

palavras, e que em caso de sucesso não mostrarão a devida gratidão, mas na hipótese de fracasso arrastarão os amigos em sua ruína” (TUCÍDIDES, VI.12.1-8).

Com intuito de desacreditar a empreitada, Nícias se remete aos estrangeiros que a instigaram: deveria Atenas lutar por uma causa que não é a própria, expondo-se ao perigo em nome de um povo bárbaro? E quem são estes *bárbaros*? Fugitivos que buscam a ajuda dos atenienses, que mentem para ser agradáveis e colocam os aliados em perigo em troca de ingratidão?

Diante desse posicionamento que Nícias defende na assembleia, Alcibíades apresenta duas oposições: (I) os numerosos bárbaros presentes na Sicília irão tornar-se aliados de Atenas, já que nutrem um ódio pelos siracusanos (TUCÍDIDES, VI.17.24-5); (II) não existe um império, como o de Atenas, que venha a ser constituído e/ou mantido sem o apoio de outros povos, “bárbaros ou helenos” (TUCÍDIDES, VI.18.8-9). Neste momento, sua defesa se alonga, pois o contexto exige o confronto com a mentalidade que renega a relação amistosa com os não-atenienses:

Na realidade, recebemo-los [os estrangeiros] em nossa aliança não para nos ajudarem aqui, mas para que, molestando nossos inimigos lá, pudessem impedi-los de vir contra nós aqui. Assim adquirimos o nosso império – nós e todos aqueles que alguma vez tiveram o seu, indo socorrer imediatamente os povos, bárbaros ou helenos, que em qualquer tempo nos dirigiram o seu apelo. Se nos mantivéssemos quietos e discriminássemos, por questões de raça, entre os que deveríamos ajudar, pouco teríamos acrescentado ao nosso império e, ao contrário, teríamos corrido o risco de perdê-lo. (TUCÍDIDES, VI.18.5-12)

Nesse momento, o grande ataque de Alcibíades é aos velhos conceitos de Atenas, uma vez que Nícias havia feito diversos apelos dirigidos para esta mentalidade. Por essa razão, o jovem comandante recorre ao passado, jogando nova luz sobre a construção do império ateniense de então – o fato é que ele não foi construído sem o apoio de outros povos como os bárbaros. O discurso deveria ter sido inspirador para a mentalidade da juventude, disposta a defender uma nova relação com os bárbaros.

A narrativa da expedição, contudo, comprovou que Alcibíades julgou mal as motivações dos estrangeiros; de acordo com Tucídides, no início da expedição, quando esta ainda contava como o comando de Alcibíades, somente Naxos recebeu os atenienses. A maioria das cidades ao longo da costa da Itália fechou seus mercados e portos – algumas somente forneciam água e ancoragem aos atenienses, mas as cidades como Taras e Lócris

nem isso concederam. Os régios, por exemplo, diante da proposta de aliar-se aos atenienses, declaram-se neutros ou fariam o que os demais italiotas decidissem. Outras cidades também recusaram estabelecer uma aliança com Atenas, como Messene e Catana (TUCÍDIDES, VI.44-52).

*

* *

Concluída a coletânea de argumentações racionais composta por simples indícios e uma porção de deduções, Alcibíades parte para o terceiro movimento de seu discurso: os argumentos de ordem afetiva. Essa é última parte de seu discurso e se resume em um apelo emocional à assembleia. Começando pela alternância entre exortação ao povo ateniense e a infusão do medo: “nunca foram menores as esperanças dos peloponésios contra nós, e se o imaginarmos suficientemente fortes, poderão, mesmo se não realizarmos a expedição, invadir novamente nosso território” (TUCÍDIDES, VI.17.30-3).

Primeiro, seguem os argumentos de Nícias, abaixo listados, dos quais Alcibíades retira suas objeções:

- (I) “[...] se, porém, sofrermos uma derrota com forças consideráveis na Sicília, nossos inimigos nos atacarão imediatamente aqui”. (TUCÍDIDES, VI.10.6-8);
- (II) “[...] parece-me que os siciliotas, ao menos na conjuntura atual, ser-nos-iam menos perigosos se caíssem sob o domínio dos siracusanos” (TUCÍDIDES, VI.11.5-7);
- (III) “[...] Se experimentarmos qualquer fracasso, eles imediatamente nos olharão com desdém e se juntarão aos helenos daqui para atacar-nos” (TUCÍDIDES, VI.11.18-20);
- (IV) “[...] o ponto crucial para nós, se formos prudentes, [...] [é] nos protegermos adequadamente contra as emboscadas de uma cidade oligárquica” (TUCÍDIDES, VI.11.30-2);
- (V) “[...] em nome de nossa pátria, agora diante do maior perigo que já correu, levantai vossas mãos em oposição” (TUCÍDIDES, VI.13.7-8);

Incutindo um temor ainda maior nos ouvintes, Alcibíades rebate a argumentação de seu opositor:

- (I) “[...] é necessário às vezes urdir ameaças, às vezes não ceder, pois em caso contrário correremos o perigo de cair, nós mesmos, sob o império de outros, se não exercermos continuamente o domínio sobre os povos já submissos” (TUCÍDIDES, VI.18.17-9);
- (II) “[...] não devemos defender-nos dos mais fortes apenas quando eles vêm contra nós, mas devemos até precaver-nos para que não nos ataque” (TUCÍDIDES, VI.18.12-4);
- (III) “[...] a cidade, permanecendo inativa, desgastar-se-á por si mesma, como tudo mais, e todas as suas qualidades entrarão em declínio” (TUCÍDIDES, VI.18.39-40);

Em cada ameaça feita por Alcibíades, em resposta a Nícias, os atenienses sentem-se aterrorizados pelos seguintes quadros: há o medo de serem atacados ou invadidos, em outras palavras, de cair sob o império de outros povos e se tornarem escravos, do declínio da *polis* e de sua ruína. Com essa estratégia, Alcibíades convenceria aquela população rural presente em Atenas e favorável à paz de que seria menos perigoso sair em uma expedição como a proposta do que, em virtude da inação, ser dominado pelos inimigos. É possível que, por estarem longe de suas casas, acomodados como podiam na cidade, essas pessoas do campo já sofressem uma cota de penúria; entretanto, isso não se igualaria ao sofrimento de perder sua liberdade ao se tornar cativa de outros povos.

Apesar de ser o elemento de maior destaque do discurso, Alcibíades não apenas infunde medo, o orador busca anular os possíveis efeitos do discurso de Nícias ao apelar para os valores da honra aos compromissos: “temos que ajudá-los [os egeus e os leontinos], especialmente por haveremos jurado que agiríamos dessa forma” (TUCÍDIDES, VI.18.2-4). Com essa invocação, Alcibíades busca anular dois argumentos de Nícias sobre os egeus e os leontinos: o primeiro, de que os atenienses estariam sendo instigados a entrar em uma guerra que não lhes diz respeito (TUCÍDIDES, VI.9); e o segundo, que eram comunidades que buscavam ser agradáveis aos atenienses, mas estavam colocando a cidade em perigo, contribuindo só com palavras e que, se a empreitada tivesse sucesso, não mostrariam a gratidão devida e, no caso de fracassarem, teriam arrastado os amigos à ruína (TUCÍDIDES, VI.12).

Parece-nos que não é mesmo o caso de negar que o pedido, no fundo, não interessava à *polis* ou a colocava em risco, contudo, para que Alcibíades pudesse levar a cabo a expedição siciliana, em vez de refutar Nícias, invalida seu argumento apelando para a honra dos atenienses ao firmarem um compromisso com suas alianças. Alcibíades deixa de trazer um aspecto favorável a si mesmo no que se refere à honra – tendo em vista que o próprio

Nícias não deixou esse ponto de lado, ao alegar que se sentia honrado em ser eleito comandante (TUCÍDIDES, VI.10). No entanto, Alcibíades propõe que os atenienses também se sintam honrados em virtude do cumprimento dos acordos firmados em aliança⁶⁷.

Por último, Alcibíades se dirige à população urbana que já se mostrava inclinada à guerra, procurando retomar os lucros pessoais, ao instigar os desejos atenienses de que Atenas crescia como potência, ampliando seu domínio e império na Hélade:

Alcibíades: [...] poderemos até aumentar nossa força se formos à Sicília, realizemos a expedição para abater o orgulho dos peloponésios, o que certamente faremos se, desprezando nossa tranquilidade atual, navegarmos para lá, e mostrarmos que somos capazes de, ao mesmo tempo, exercer o império sobre toda a Hélade. (TUCÍDIDES, VI.18.22-6)

Para tanto, convoca a união entre jovens e velhos, entre homens simples e geniais, e incita o esforço dos atenienses para manterem a *polis* na vanguarda:

Alcibíades: Não deixeis a política de inação, proposta por Nícias, ou a confrontação que ele tenta provocar entre os jovens e os mais idosos, desviar-nos de nossos propósitos; da mesma forma que, dentro da boa ordem tradicional entre nós, com os jovens ouvindo os conselhos dos mais velhos, nossos pais elevaram o nosso poder à culminância presente. (TUCÍDIDES, VI.18.31-5)

A estratégia observada neste excerto é a retomada da história de Atenas, a lembrança da glória que a *polis* atingiu, inclusive, quando Péricles a conduziu. Vale ressaltar que esse retorno à memória dos pais também foi um recurso utilizado por Péricles: “Não vos mostreis, então, duplamente inferiores a vossos pais, que por seus esforços, e não por herança, não somente adquiriram, mas também preservaram este império que vos legaram” (TUCÍDIDES, II.62.23-26).

No trecho final de seu discurso, Alcibíades lista os ganhos de Atenas com essa expedição: o aumento das forças militares e o abatimento do orgulho dos peloponésios; mostrando que os atenienses são *capazes de exercer o império sobre toda a Hélade*, prejudicando os siracusanos em benefício de Atenas e de seus aliados ao desprezar sua tranquilidade atual. O jovem tece o sonho ateniense, e segue exaltando a excelência das naus

⁶⁷ A manutenção da honra é uma postura cara aos antigos gregos, por essa razão é que ambos os oradores recorrem ao tema. Trata-se de uma sociedade que valoriza a honra e se utiliza da vergonha “que a desonra traz consigo” (TANCREDI, 2013 p. 17), como desestímulo a determinadas condutas. Entende-se que a honra tratada por Alcibíades é a honra da *polis*, do coletivo, num período em que a sua manutenção se dá pela superioridade militar sobre as demais *poleis* (TANCREDI, 2013).

de Atenas, indicando o futuro próximo no qual estes cidadãos serão os senhores dos mares. Do sonho parte para a crítica, incentivando o povo a não adotar a política de inação proposta por Nícias:

Alcibíades: [...] considerar que a juventude e a maturidade nada valem separadas, e que os homens simples, os medianos e os realmente geniais, todos juntos, terão a máxima força, e que a cidade, permanecendo inativa, desgastar-se-á por si mesma, como tudo mais, e todas as suas qualidades entrarão em declínio; se, ao contrário, ela estiver sempre em luta, aumentará constantemente a sua experiência, e fortalecerá cada vez mais o hábito de defender-se, não em palavras, mas em atos. (TUCÍDIDES, VI.18.22-47)

Essa exaltação antecede o desfecho desse terceiro momento argumentativo do discurso; após ela, Alcibíades recorre ao passado para conjecturar o futuro: “[...] uma cidade nunca antes inativa se arruinará rapidamente passando à inatividade, e que vivem mais seguros os povos cuja ação política se afasta o mínimo possível dos hábitos e instituições vigentes” (TUCÍDIDES, VI.18.47-50). Com está última manobra, os atenienses envolvidos pela argumentação emocional concluiriam que é mais seguro enfrentar os inimigos do que não agir e permanecer em uma situação apenas temporariamente segura. E mais, havia a segurança sobre os ganhos desta empreitada – os atenienses iriam conquistar a hegemonia, o que significa assegurar suas riquezas, territórios e liberdade. Segundo Nícias, o impacto na fala de Alcibíades na assembleia foi este: os atenienses estavam “ardentemente desejosos de empreender a expedição” (TUCÍDIDES, VI.20.1-2) – o termos utilizado por Nícias se referem a um desejo irracional, como se os atenienses se perdessem na irrealidade (STEYN, 2007).

2.3 A figura de Alcibíades

A assembleia que debateu a expedição siciliana é um exemplo de degeneração moral (STEYN, 2007), pois nela Alcibíades aplica seus dotes de liderança e inteligência brilhante a favor dos próprios interesses ao invés de servir à *polis*. As emoções que o jovem comandante suscita no debate embotam a razão dos cidadãos, e o *ágon* entre ele e Nícias se delimita a disputar o controle sobre o público, ou seja, a adesão da maioria a uma proposta política. O entrave é de ideias contrárias sobre políticas externas, mas o apelo de ambos é em termos emocionais, resultando em uma discussão pouco fundamentada (STEYN, 2007).

Segundo Duhot (2004, p. 35), na democracia ateniense e, em especial, nas assembleias, “o apelo à emoção era uma deriva inevitável, por ser a maneira mais eficaz de arrebatar uma decisão por ocasião de voto popular”.

Alcibíades, contudo, dentre os dois oradores do debate siciliano, foi quem melhor trabalhou com essas ferramentas do discurso, além de ter sido quem soube encarnar os valores comuns de Atenas; trata-se da honra, do destemor, do desejo de conquista e da expansão do império ateniense, que, na fala do jovem comandante, assume o sinônimo de progresso (ROMILLY, 1996). Nícias, por sua vez, precisou acentuar os perigos que Atenas corria com a expedição e atacar pessoalmente seu opositor (COGAN, 1981). Observa-se que Alcibíades utilizou-se da retórica tanto para captar a benevolência de seus ouvintes, quanto na alternância de construções argumentativas pautadas no *logos* e no *pathos*. Pela aplicação dessas técnicas discursivas de persuasão, Alcibíades levaria o povo à guerra. O jovem comandante sancionou o desejo ateniense e manteve a decisão pela expedição.

Quanto à defesa contra o ataque pessoal que sofreu, Alcibíades não recorre à estratégia utilizada pelo próprio Nícias, ele “[...] não deixou de replicar, vigorosamente, ao porta-voz dos pacifistas. Sua juventude e sua fortuna não eram argumentos que se lhe poderiam opor” (MOSSÉ, 1982, p. 62). Ele empenhou-se para desacreditar Nícias, o que está presente em todas as partes de seu discurso, mas é feito de forma sutil, não conflituosa e sem ser claramente hostil (STEYN, 2007).

Já para a análise da situação na Sicília, Alcibíades fez uso de argumentos de compensação (ROMILLY, 1998) que anularam o ponto de vista de Nícias que desfavorecia a expedição siciliana e buscava intimidar os atenienses. Ao invés de apresentar um argumento forte, tornou fraco o ponto de vista de Nícias: “Quanto à essência da questão, a própria expedição era plenamente justificada, dada a situação que existia na Sicília” (MOSSÉ, 1982, p. 62). O jovem comandante conservou os termos de seu opositor, e deles tirou a força necessária para seu discurso ser convincente, para, em seguida, desvincular o ponto de vista que Nícias defendeu e arruinar sua construção: “sem que nada nos fatos houvesse mudado, todo o sistema de explicação [de Nícias] é invertido” (ROMILLY, 1998, p. 138).

No entanto, vale ressaltar que os argumentos que Alcibíades utiliza para defender a expedição siciliana⁶⁸ podem ser considerados senão falaciosos, aos menos, verossimilhantes, por não apresentarem um conjunto de informações baseadas em construções que ilustrem ou provem seu ponto de vista por meio de episódios da experiência. O jovem comandante

⁶⁸ Cf. TUCÍDIDES, VI.17.

utilizou-se de um enganoso otimismo a fim de que os atenienses acreditassem que a conquista da Sicília seria fácil (STEYN, 2007). Enquanto Nícias exagerou na listagem dos perigos na Sicília, a fim de manter os cidadãos em Atenas, Alcibíades também distorceu a realidade ao falar sobre os siciliotas e os lacedemônios.

O debate siciliano e seu pano de fundo são definidos por uma ausência de verdade. O debate é construído em torno de um núcleo de mentiras, enganos, segundas intenções, pretextos, falsas percepções, ignorância e ilusão. A ausência de fatos e informações confiáveis dão margem a um “pensamento desejante” (“wishful thinking”) e impulsos temerários por parte do demos, assim como à manipulação e deturpação por parte dos oradores⁶⁹. (STEYN, 2007, p.78)

No caso da Expedição à Sicília, Tucídides nos permite compreender que o *deinós* ignorava as circunstâncias que enfrentariam, assim como o próprio Alcibíades, defensor da causa. É possível concluir isso a partir das considerações de Tucídides no início do Livro VI: “[...] ignorando muitos deles a grande extensão da ilha e o número de seus habitantes, tanto helenos quanto bárbaros, sem perceber que estavam se engajando numa guerra não muito menor que aquela contra os peloponésios” (TUCÍDIDES, VI.1.3-6). Górgias, no *Elogio de Helena* (apud REBOUL, 2004, p. 6), define, ao seu modo, a situação da grande massa que constitui a *ekklesia*: “Quando as pessoas não tem memória do passado, visão do presente nem adivinhação do futuro, o discurso enganoso tem todas as facilidades”. Se for essa a condição geral daqueles que decidem os passos seguintes da cidade, é necessário, contudo, um líder comprometido com a vida pública, e não um líder cujo desejo de conquista e destaque o leva a extrapolar os fatos, descompromissando-se com a verdade. Assim como visto no Livro I, Tucídides, também no Livro VI, inicia a narrativa histórica com a apresentação da arqueologia da Sicília⁷⁰. Isso sugere que o historiador antigo buscou traçar um paralelo entre os dois relatos (STEYN, 2007), enfatizando, assim, a magnitude da empreitada siciliana, comparando-a com o início da Guerra do Peloponeso. Tal proposição sugere também a comparação entre os comandantes de Atenas nas duas épocas: no primeiro período, a empreitada ateniense foi conduzida por Péricles, no segundo, Alcibíades e Nícias foram os responsáveis – com a ressalva de que Alcibíades a concebeu, mas não a conduziu em sua

⁶⁹ Tradução livre do seguinte excerto: “The Sicilian Debate and its background are defined by an absence of truth. The debate is built around a core of lies, deception, ulterior motives, pretexts, false perceptions, ignorance and illusion. The absence of hard facts and reliable information gives scope to wishful thinking and rash impulses on the part of the demos, and to manipulation and misrepresentation by the orators”.

⁷⁰ Cf. TUCÍDIDES, VI.2-6.

maior parte, ao passo que Nícias foi aquele que não a aprovou e quem assumiu sua execução após a fuga de Alcibíades⁷¹.

O discurso, como momento em que a prova é pelo convencimento por intermédio do raciocínio e das emoções, tem o intuito de comover o público pelo exagero e pela distorção que passam despercebidos pelo *demos*, uma vez que estão sendo conduzidos por suas emoções (STEYN, 2007). “Não há homem de ação que, em Tucídides, para agir sobre as multidões, para fazer funcionar as molas secretas do coração, não acabe por pronunciar palavras como interesse ou seus sinônimos – utilidade, ganho, vantagens, etc” (BONNARD, 2007, p. 503).

O discurso de Alcibíades, objetivando persuadir pela comoção do ouvinte, apela para o desejo e para a esperança, assim como para o medo de tornar-se um povo subjugado. O jovem comandante mostrando, desse modo, o quanto conhecia os anseios dos atenienses e era capaz de explorá-los a seu favor. Tucídides nos apresenta um jovem que conhece a assembleia para a qual se dirige⁷². Como um estrategista não só militar, mas também das palavras, recorre à arguição, ao apelo, à provocação do medo, à cobrança pela manutenção da honra ateniense, defende a si mesmo e ataca os inimigos políticos e os lacedemônios e, por fim, fascina. Ao pintar um quadro original do futuro de Atenas (ROMILLY, 1996), com as cores favoritas dos cidadãos, Alcibíades discursa sobre *abater o orgulho dos peloponésios, aumentar a força militar ateniense* e mostrar que são *capazes de exercer o império sobre toda a Hélade*. Um discurso que embriaga pela paixão a inteligência, e convence os ouvintes de que o custo da expedição valerá a pena, que o ganho compensa os riscos e o perigo (MAGALHÃES, 2001).

A Expedição à Sicília é a nova irrupção da guerra entre atenienses espartanos e, em sua origem, para Tucídides, estão os “instintos da natureza humana” (MAGALHÃES, 2001, p. 51). É notável que só é possível formar uma imagem de Alcibíades tomando como base os discursos opositores, por ser essa a intenção de Tucídides – seu objetivo era “dar aos homens políticos o conhecimento das leis que fazem agir, no plano da história, os indivíduos e os povos” (BONNARD, 2007, p.500). Tais leis, originadas a partir da *anthrópeia physis*,

⁷¹ Vale lembrara que, navegando pela Expedição à Sicília, Alcibíades é convocado a retornar a Atenas para ser julgado por ter sido acusado de profanação, por intermédio de uma assembleia que ocorreu, estrategicamente, sem sua presença. Tendo ciência de sua condenação eminente, uma vez que colecionava inimigos políticos, Alcibíades deserta para Esparta e é condenado, pelos atenienses, à morte por revelia e tem seus bens confiscados. A partir de então, passa a trabalhar contra os atenienses, fornecendo informações de guerra e sugerindo medidas contra a *polis* com a justificativa de querer salvar Atenas dos riscos políticos.

⁷² Este ponto de vista é confirmado adiante na obra *História*, quando Alcibíades dirige-se aos espartanos e busca justificar a escolha de sua família pela democracia (TUCÍDIDES, VI.89.14-31), denotando assim a intenção de Tucídides em apresentar Alcibíades como um hábil orador que altera seu discurso de acordo com a assembleia a quem se dirige.

conduzem as ações de Alcibíades e, em razão disso, podemos delinear o seu caráter e seus anseios, formando assim um retrato do personagem. Ao longo da narrativa histórica é também possível acompanhar o seguinte desdobramento: em relação ao que Alcibíades diz em público, Tucídides escancara o que há escondido nas palavras, contrapõe o que é dito ao que é feito e, ao apresentar esse conjunto, transmite ao leitor uma ideia do *ethos* do personagem.

Entendemos, ainda quanto a esse *ethos*, que há uma consonância entre o caráter de Alcibíades e o caráter dos atenienses. Segundo Jaeger (2010, p. 463), Alcibíades “encarna de modo genial estas qualidades da raça toda” – e por essas qualidades o autor entende como o “infatigável e audacioso espírito de iniciativa”. Romilly (1996, p. 92) reforça esse ponto de vista, afirmando que “como indivíduo, [Alcibíades] é a encarnação de Atenas”.

Assim, será na descrição de Tucídides (I.70.6-12) a observação da capacidade de Alcibíades de impregnar suas palavras do espírito ateniense: “eles são ávidos de inovações e rápidos para fazer planos e executar as suas decisões, [...] eles são ousados muito além de suas forças, aventureiros muito além de sua capacidade de reflexão, confiantes em face dos perigos”.

Contrário à ideia de *a polis não buscar outro império enquanto não consolida o que tem*, Alcibíades defende que a expansão imperial é própria do processo de consolidação de Atenas como império. Para Alcibíades, qualquer recuo ou estagnação representa um perigo de ruína.

Quem não pensará em Alcibíades, tão bem caracterizado no debate sobre a campanha da Sicília, o qual ele travou com o seu circunspecto e incorruptível adversário Nícias! [...] Alcibíades superava-o [Nícias] amplamente em qualidades inerentes a um chefe propriamente dito, embora conduzisse o povo por caminhos perigosos e não fizesse nada sem pensar em si próprio. Mas era o homem capaz de “ter o povo na mão”, como Tucídides diz em ocasião posterior, ao fazer o maior elogio de Alcibíades, num momento em que a guerra civil era ameaça⁷³. (JAEGER, 2010, p. 465)

A ambição esteve “sempre presente na alma dos atenienses” (ROMILLY, 1996, p. 83), e essa empreitada era para Alcibíades uma oportunidade, “entusiasmou-se com a ideia de uma expedição a terras distantes, de uma expedição enorme, que oferecia à dominação ateniense um campo novo, longínquo e infinitamente promissor” (ROMILLY, 1996, p. 86). Jaeger (2010) aponta que Alcibíades é aquele que encarna as qualidades da raça toda, o que justifica, inclusive, o seu poder de sugestão das massas; no entanto, parece-nos que o jovem

⁷³ Cf. TUCÍDIDES, VIII.86.

comandante reúne as mesmas pulsões que a *polis*, sendo que ambos, Atenas e Alcibíades, ávidos de glória, serviriam de instrumento um ao outro para buscar esse triunfo em uma ação grandiosa⁷⁴.

O que todos esses pontos nos falam sobre a *physis* de Alcibíades é que o seu apoio à Expedição à Sicília foi motivado por ambição pessoal e pela *insaciedade* por recursos financeiros. Trata-se de um empreendimento público motivado por questões pessoais. No caso de Alcibíades, a *hybris* que orientou os escândalos em sua vida privada⁷⁵ também comprometeu suas ações na vida pública, começando pelo engajamento em convencer os atenienses da expedição siciliana, para, no fim, ser parte significativa na ruína de Atenas, quando o jovem une-se aos lacedemônios e, em seguida, aos persas, contra a *polis*. É relevante notar, nesse ponto, que, ao conduzir a atenção da assembleia para os atos de sua vida pública (TUCÍDIDES, VI.17.30-31), Tucídides faz com que Alcibíades confirme os escândalos de sua vida privada – pois é a chance perdida de se defender das acusações de Nícias.

*

* *

A reflexão sobre o debate siciliano oferece indícios sobre a ineficácia do governo democrático em Atenas no controle das pulsões humanas. O problema não é a forma de governo (haja vista seu oposto, a tirania, que é o requinte do exercício da desmedida), pois a adoção da democracia não garante o governo equilibrado da *polis* enquanto não se resolver uma problemática anterior: a formação do cidadão. E Tucídides é defensor desse ponto de

⁷⁴ É possível que o sonho da conquista da Sicília não fosse apenas um devaneio, considerando, em especial, as forças reunidas por Atenas quando conduzidas pela inteligência e audácia de Alcibíades, aliadas à sua arte de persuasão. Seria possível imaginar os impactos na história advindos de “uma unificação da Grécia, sob o domínio de Atenas, uma unificação do Mediterrâneo, convertido em mar grego” (ROMILLY, 1996, p. 99). Adiante, no discurso de Alcibíades aos lacedemônios, veremos que os propósitos de Alcibíades com a Expedição à Sicília seria apenas o primeiro passo para a realização de uma ambição maior: a subjugação de Esparta, do Peloponeso e dos persas, a fim de Atenas conquistar a Hélade. Há, em Tucídides, pelo menos duas constatações a respeito deste plano de Alcibíades; seu discurso aos lacedemônios ao tornar-se exilado de Atenas (TUCÍDIDES, VI.90) e seu discurso aos atenienses, na ocasião da assembleia, em defesa pela Expedição à Sicília: “[somos] capazes de exercer o império sobre toda a Hélade” (TUCÍDIDES, III.25-26). Por ora, vale ressaltar que, para com os concidadãos, a personagem de Tucídides não é explícita, de modo diverso, quando se dirige a Esparta. Por fim, sobre o caminhar de seus desejos, Romilly (1996, p. 89) observa, “ao contrário das bonecas russas que cada vez que se abrem mostram bonequinhos menores em seu interior, a ambição de Alcibíades adquire contornos cada vez maiores”.

⁷⁵ Cf. TUCÍDIDES, VI.15.

vista, considerando a preocupação presente em sua obra de mostrar os impactos das ações individuais no destino de Atenas.

As palavras que Tucídides seleciona para o discurso de Alcibíades formam para o leitor a imagem de um homem apaixonado pela causa que defende. Como aquele que dirige a *ekklesia*, é o intemperante que se propôs a governar os outros sem ter governado a si mesmo antes. Desse modo, Tucídides apresenta uma faceta mais complexa da natureza humana, desviando-se de modelos didáticos e aprofundando-se na concepção humana menos idealizada.

Entende-se, assim, por intermédio de Tucídides, que oradores e ouvintes foram descuidados em suas funções de cidadão na ocasião da assembleia que decidiu a expedição siciliana. É preciso levar em conta o caráter do povo em ação nesta forma de governo: “[...] sozinho, o ateniense é um *Ulisses*; no tumulto da assembleia, torna-se um tolo, deixando-se enganar pelo discurso de um político astuto”⁷⁶ (BARROS, 1999, p. 70). Em razão da dimensão do empreendimento dentro do próprio mecanismo de governo, no qual as decisões de um povo, sejam elas feitas com prudência ou não, são sentidas pelo próprio povo – que é chamado a “manter pelos atos o que por palavras haviam proposto” (TANCREDI, 2013, p. 346).

⁷⁶ Nota-se que Barros (1999) toma como base os versos de Sólon em sua descrição: “Cada um de vós [atenienses], sozinho, anda sobre as pegadas da raposa, mas em conjunto, tendes o espírito vazio; olhais a língua e as palavras de um homem enganoso e nunca observais os atos em seu realizar” (Fr. 8, v. 5-8).

3 A *HYBRIS*, O GOVERNO DA *POLIS* E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO

Do debate siciliano relatado por Tucídides depreendemos a figura de Alcibíades: a do comandante que, como orador reúne as habilidades para conquistar a confiança de seus ouvintes e para convencê-los de que a expedição siciliana é benéfica à Atenas; o jovem incita o medo e inflama os ânimos, dentro de um discurso cuja lógica argumentativa atravessa os impulsos e os desejos dos atenienses. Transmitindo segurança sobre aquilo que propõe, a Expedição à Sicília é acatada sob a alegação de auxiliar os aliados da *polis*, quando entende-se que, no fundo, a proposta de Alcibíades é mais ambiciosa. A sua ânsia é por expandir o poderio da Cidade-Estado, subjugando a Hélade e adquirindo para si uma posição de destaque na *polis*, ansiando o aumento de sua riqueza e prestígio. Por ter essa motivação é que se considera Alcibíades um líder político que age segundo interesses particulares, e que nessa busca por vantagens pessoais “relega ao segundo plano a preocupação com o bem público” (ROMILLY, 1996, p. 119). Entende-se que o personagem de Tucídides representa o cidadão que ameaça a democracia, não em virtude dos ideais que carrega, mas pelas suas motivações que direcionam o modo como as coisas são conduzidas. A liderança de Alcibíades é marcada pela condução desmedida, por um anseio de conquista a todo custo. Em razão disso, o jovem comandante é caracterizado como o homem da *hybris*. Pelo caráter e a conduta que apresentou no debate siciliano, colocou em risco a cidade, uma vez que a *hybris* é um “enorme perigo para a sobrevivência da *polis*”⁷⁷ (TANCREDI, 2013, p. 219).

A *hybris* é mais um dos termos gregos intraduzíveis para as línguas modernas e cujo significado sofreu alteração conforme variou o entendimento dos antigos sobre o tema. Sabe-se que o conceito originou-se na Grécia Arcaica, e atravessou diversos gêneros ao longo do tempo. Quanto a sua gênese, remontam-se aos mitos, ou ao “grande mestre dos gregos” (FINLEY, 1989, p. 6), que além de registro do passado, abarcava as questões do espírito: “com ele, [os gregos] aprendiam moralidade e conduta; as virtudes da nobreza e o inestimável significado ou ameaça da *hybris*” (FINLEY, 1989, p. 6).

Na Épica, por sua vez, constituiu o caráter do herói que, por ser detentor de natureza excepcional e ambígua, possuía uma vida marcada por triunfos, mas também de perdas, e tem na *hybris* a motivação e a razão de sua queda cuja consequência, não raro, é

⁷⁷ Segundo Jaeger (2010) a *hybris* é somente um perigo para a *polis* quando é mal dirigida. Para o autor, é possível ela “inspirar o otimista espírito de iniciativa das grandes massas” (*Ibidem*, p. 463) e a força disto gerada, em si mesma, não é um mal, o perigo está na má condução efetivada por aqueles que assumem o comando.

trágica (BRANDÃO, 2009). A obra *Odisseia*, alçada no fantasioso característico dos poetas, apresenta a *hybris* como uma força que se origina do orgulho de si mesmo, da paixão ou da desmesura e resulta em atos de descontrolada violência. Em essência é tida como uma ofensa aos deuses, pois poderia o “homem mortal esquecer-se de suas limitações e procurar adquirir os atributos dos deuses ou até mesmo com estes competir” (TANCREDI, 2013, p. 326). Os males advindos da *hybris* eram então considerados uma punição divina, uma vingança (*némesis*) dos deuses pela ousadia dos homens (BARROS, 1999):

Da visão grega da vida sempre fez parte a ideia de que o homem não deve ultrapassar os limites de sua própria dimensão e que a ruptura desse princípio pode desencadear a cólera dos deuses. Já na epopeia não poucos conselhos e advertências foram propostos nesse sentido. (BARROS, 1999, p. 46)

Nas obras posteriores às líricas encontram-se outras interpretações para esta ideia. A *hybris* passa a ser, essencialmente, “[...] o grave ataque à honra de outrem, que muito provavelmente causará vergonha, levando à raiva e às tentativas de vingança” (FISHER, 1992, p. 1 *apud* TANCREDI, 2013, p. 328). Essa conceituação é pautada na definição que Aristóteles concebeu sobre o termo, tornando-o um sinônimo de “insolência”: “Aristóteles enfaticamente situa a *hybris* dentro de um grupo de conceitos relacionados à honra do indivíduo, descrevendo-a como uma forma de desprezar alguém” (TANCREDI, 2013, p.332). Nesse caso, aquele que sofre em consequência de um ato desmedido de outrem, ou uma injustiça, busca, em razão da raiva, reparar a sua honra pela vingança.

Para este estudo, nos valeremos de uma definição mais assertiva com nossas observações a respeito da obra tucidideana, pois toma como base o período do historiador antigo, não mais se remetendo ao passado concebido somente pelos mitos, nem adiantando os estudos aristotélicos. A *hybris* de Alcibíades é, portanto, entendida como todo ato que viola a *norma da medida* – ou seja, os limites que o homem tem o dever de encontrar em suas relações com os outros homens, com a divindade e com a ordem das coisas (ABBAGNANO, 2000). A *hybris*, portanto, não é uma ação primária. Fischer (1992), que demonstrou a influência da desmedida na história da Grécia Antiga, concluiu que na relação entre esse conceito e a história da Atenas Clássica, Alcibíades foi aquele que apresentou uma longa lista de atos com todos os tipos de *hybris*. Para o autor moderno, suas ações não foram apenas decisivas para sua própria carreira, mas afetaram o curso da história grega⁷⁸.

⁷⁸ Segundo Fischer (1992, p. 148), “One individual has made more appearances in this chapter than any other, and his claim to be the most hybriatic Athenian we hear of is matched, perhaps, only by Meidias, who dominated

Platão, participando do século V tal qual Tucídides, defende que há *hybris* em toda ação em que é superada a “medida do justo” (PLATÃO, *Fedro*, 238a). Quanto ao governo da *polis*, entende-se que: “[...] todo indivíduo participa do caráter de sua cidade e é por isso que ele tem de zelar por ela, lutar para que o espírito de *dike* não se degenere em *hybris*” (RODRIGUES, 1988, p. 88).

A Atenas do século V, a Atenas de Platão, de Sócrates, dos Sofistas e de Alcibíades comporta o pensamento de que a *hybris* se opõe à *sophrosyne*, ou temperança ou moderação. A sua origem, nesse período, está no próprio homem: são os seus atos desmedidos os causadores dos males cidade, não são mais obras dos deuses. E por esta razão, como cidadão ateniense, Alcibíades é fonte de preocupação.

*

* *

Partindo da última definição do conceito da *hybris*, como aquela que melhor se ajusta ao período estudado e que representa o traço da personalidade de Alcibíades, seguiremos por dois paralelos que tomam por base a relação que Tucídides apresentou da natureza humana com a política. É possível traçar paralelos entre a obra do historiador e outras duas de autores antigos, uma vez que partimos da tese de que essas produções, dados os variados modos de expressões e objetivos, envolvem-se com as mesmas preocupações fundamentais. Sendo uma delas a relação entre o governo e o comportamento humano, especialmente no que se refere à ação desmedida *versus* a ação moderada, e a outra, da reflexão acerca da formação do cidadão e do governo de si. Diante disto, seguem os diálogos entre Tucídides e Sólon e entre Tucídides e o Sócrates de Platão – autores imersos num caldo cultural comum, e que são considerados por Jaeger (2010) monumentos clássicos da cultura política grega.

the last chapter. The long list of Alcibiades' acts of *hybris* display nearly all the various elements of the ideal type we have been elucidating, and it can be argued that they had a decisive effect not only on his own career but also on the course of Greek history. Starting with his contemptuous abuses of his boyhood friends and his lovers, he continued to treat with contumely his fellow-citizens (painters, fellow-liturgical performers, etc) and in general their democratic and traditional values and beliefs. His *hybris* was often displayed in violence, in sexual abuses, at *symposia* and drunken *komois*, and like his career as a whole, it relied on the bases of his inherited birth, family traditions and wealth. It led him to gratuitous acts of contemptuous impiety directed at those rites of which the Athenian *polis* was most proud”. Vale ressaltar, em razão dos atos listados pelo autor, que Fisher recorreu a outros autores antigos para formar sua ideia sobre Alcibíades, como Platão e Plutarco, e não apenas Tucídides.

3.1 O governo da *polis* – aproximações entre Tucídides e Sólon

Sólon viveu entre fins do século VII e a primeira metade do século VI. Os fragmentos de sua obra poética que chegaram até nós retratam uma “luta ferrenha entre oligarcas extremados e o povo insatisfeito; [e] releva-nos o esforço louvável [de Sólon] por restabelecer na pátria a unidade espiritual ameaçada” (BARROS, 1999, p. 59). A legislação que constituiu para Atenas “foi a coluna fundamental do edifício da formação ática [...] seus versos imprimiam-se na alma da juventude e eram evocados [...] como expressão clássica do espírito da cidadania ática” (JAEGER, 2010, p. 173).

Encontramos nos apontamentos do poeta-legislador a respeito do governo da *polis* uma proximidade com o conteúdo presente na obra tucidideana. A legislação de Sólon, que visou à “formação do novo homem político” (JAEGER, 2010, p. 175), instiga a reflexão sobre o debate siciliano, uma vez que acompanhamos, na obra de Tucídides, a narrativa sobre os homens agindo no contexto político.

Antes de adentrarmos, de fato, nesse paralelo, é imperioso discutir a respeito da comparação entre os dois autores, tendo em vista o próprio esforço já despendido neste trabalho em demarcar a distância entre a produção tucidideana e a poética. De início, reafirmamos que a *História* é uma obra distinta, em termos de forma e objetivo, das produções dos poetas; mas acrescentemos que a obra de Sólon também apresentou discrepâncias em relação à poesia, pelo menos no que concerne à poesia Épica. Trata-se do movimento da Lírica, uma produção posterior aos escritos de Hesíodo e Homero, com a qual Sólon se envolveu. O laço com a ordem mítica das coisas, característico da Epopeia, por exemplo, vai desfazendo-se na Lírica – nessa produção, constata-se a entrada da ordem natural na história das ideias na Grécia (JAEGER, 2010).

Ressalva-se, entretanto, que esse rompimento não é por completo: em fragmentos dos poemas de Sólon, nota-se tanto o entendimento da condição humana quanto o do imponderável, representado pelas pontuais recorrências ao divino, como, por exemplo, as punições de Zeus aos homens⁷⁹. Diante de tal razão, entende-se que esse momento comportou uma *tensão espiritual* (BARROS, 1999), uma vez que esteve em operação um processo de transição do pensamento, fruto da ruptura de esquemas tradicionais. É característica dessa

⁷⁹ Cf. Sugestão de Barros (1999) Fragmentos 1, v. 63-64; 1, v. 67-70; 1, v. 7 et seqs.

ruptura a preocupação com o passado transferir-se para o presente – os poetas líricos não se ocupam em contar o passado, dedicam-se ao presente (BARROS, 1999).

Compondo outra parte do rol das discrepâncias entre os dois movimentos, ressaltamos que “o heroico, pensando até então a serviço da glória pessoal⁸⁰, é repensado agora em função da cidade-estado” (BARROS, 1999, p. 26). O aspecto individual é substituído pelo coletivo, como se nota na Lírica desenvolvida em Esparta: “[...] desde os tempos de Tirteu⁸¹ os espartanos aprenderam a sacrificar os louros pessoais para que a *polis* brilhasse em todo seu esplendor” (BARROS, 1999, p. 29); assim, o sentimento heroico deve ser colocado a serviço da Cidade-Estado, uma vez que a glória que se almeja é a de *polis*, e não a do indivíduo.

O arauto buscou despertar a consciência dos cidadãos quanto à vinculação entre a criação espiritual individual e a comunidade (JAEGER, 2010). Entende-se, por este movimento, que o ateniense não perde a sua individualidade em prol do coletivo, mas que a ação individual no governo deve sobrepor o interesse coletivo às necessidades de cada um. Esse novo espírito ático, que tem em Sólon o seu autêntico representante (JAEGER, 2010, p. 174-5), se traduziu em “poderoso sentido das exigências da vida comunitária [que] subordinasse todas as outras da vida espiritual e, não obstante, pudesse vinculá-las a própria intimidade”.

Neste processo de transição entre os dois movimentos da poética, houve também elementos da Epopeia a que a Lírica deu continuidade, como a própria preocupação a respeito da *hybris*. Hesíodo considerava-a como uma maldição, e o poeta “foi o primeiro a apelar para a divina proteção da Dike, na sua luta contra a cobiça do irmão” (JAEGER, 2010, p. 178). Essa ideia de justiça apresentada por Hesíodo é desenvolvida por Sólon – o poeta legislador “fundamenta a sua crença política na força de Dike” (JAEGER, 2010, p. 178). Partindo do pressuposto de que há uma ordem divina no mundo, Sólon “não se cansa de proclamar que é impossível passar por cima do direito, porque este sempre acaba por triunfar. Assim que a *hybris* humana ultrapassa os seus limites, sobrevêm, cedo ou tarde, o castigo e a necessária compensação” (JAEGER, 2010, p. 178). Nota-se nos poemas épicos conselhos a respeito das ações desmedidas, e, nos líricos, essas advertências vêm “[...] de todas as partes, ecoa, insistente, a parênese à mediana” (BARROS, 1999, p. 46). Além de estar presente na

⁸⁰ “A épica ensinava que a glória era o mais certo caminho para a imortalidade, que ao heroísmo demonstrado na luta a memória das gerações reservava m canto eterno” (BARROS, 1999, p. 33).

⁸¹ Tirteu foi poeta e líder espiritual em Esparta, quando a *polis* passava por um grande perigo. Ele antecedeu, na Lírica, o trabalho de Sólon.

fundamentação da legislação de Sólon, a ideia da *hybris* se apresenta de modo indireto, como observa Barros (1999), pelo uso dos verbos *katakhéin* (conter) e *kosmeín* (moderar).

Há, porém, uma diferença fundante. A injustiça que se segue à *hybris*, entendida como um castigo, para Sólon é algo diverso do que concebe Hesíodo, uma vez que este se apoia, por inteiro, na base religiosa. Para o poeta-legislador, o castigo se realiza “de modo imanente pela desordem que toda violação do direito gera no organismo social” (JAEGER, 2010, p. 179). Desse modo, é estabelecida e mostrada em seus poemas a relação causal entre a ação do indivíduo e a reação disso na vida do coletivo, sem a mediação da vontade dos deuses. Entendendo que, os princípios e valores da democracia fundada por Sólon⁸², estavam presentes na mentalidade dos atenienses do séc. V⁸³, nota-se como Tucídides acabou por apresentar essas ideias em suas obras. Adiante, as devidas considerações a este respeito serão tecidas.

*
* *

Solón, entendido pelos escritos de Aristóteles como um político “moderado e imbuído de espírito público” (TANCREDI, 2013), como “mestre político de seu povo” (JAEGER, 2010, p. 175), não fez uso das ações da vida pública para fins privados. E tanto agiu dessa forma que não demonstrou preocupação em manter sua estima entre os cidadãos. Isso porque, conforme visto anteriormente⁸⁴, legislou para dois grupos com interesses distintos, e não pôde fazer o que acreditou ser justo sem ferir ora um grupo, ora outro. Não cedendo às pressões das duas facções que segregavam a *polis*, Sólon, cuja consciência ética apresenta-se elevada (JAEGER, 2010), aceitou sua impopularidade: “Em assuntos importantes é difícil agradar a todos” (Fr. 5.10)⁸⁵. Assim, sob o prisma dos antigos gregos,

⁸² Vale mencionar que a democracia em vigor na Atenas do século V não é resultado unicamente da ação de Sólon. “De fato, superando o estreito e abusivo espírito oligárquico que originalmente a conduzia, Atenas pode colocar-se, por sucessivas campanhas reformadoras ligadas ao nome de Sólon, Pisístrato, Clístenes e Efialtes, no caminho da legalidade e da democracia. Foi Sólon, não obstante seu compromisso com a velha ética, quem deu o primeiro passo nesse sentido” (BARROS, 1999, p. 52); e, mais, Sólon “estabeleceu as bases do que seria o futuro governo democrático na Atenas do século VI a.C., podendo ser proclamado como verdadeiro fundador do Estado ateniense” (REALE STARZYNSKI in BARROS, 1999, p. 13).

⁸³ Cf. Nota de rodapé 22.

⁸⁴ Cf. Item 1.3.1.

⁸⁵ Ao citarmos Sólon como autor, remetemos-nos à tradução de Gilda Naécia Maciel de Barros (1999).

Sólon teria sido um homem *kalós*, um bom homem, um cidadão que age de modo correto para com a cidade.

Como legislador, Sólon lançou os “fundamentos da sólida consciência política” (JAEGER, 2010, p. 442), permitindo as experiências e o amadurecimento do pensamento político com as gerações que se sucederam (JAEGER, 2010). Por meio da poesia, relatou sua forma de governo:

Ao povo dei tantos privilégios quanto lhe bastam,
à sua honra nada tirei nem acrescentei;
mas os que tinham poder e eram admirados pelas riquezas,
também neles pensei, que nada tivessem de infante;
de pé, antepondo sólido escudo entre uma e outra facção,
a nenhuma delas permiti vencer injustamente (Fr. 5, v. 5)

As reformas políticas de Sólon, que marcaram a transição da saída do divino e a entrada da cidadania, é fruto da descoberta de “[...] uma íntima conexão entre a ordem social e a conduta de cada membro da comunidade. Toda a sua teoria política se estrutura em função de uma ideia básica: a desmedida da política pode refletir na vida pública e trazer ruína à cidade” (BARROS, 1999, p. 60). É por esta razão que a preocupação na instauração da democracia recai na conduta do cidadão, pois disto, para Sólon, e depois para Tucídides, depende a manutenção da ordem social: “longe de se contentar com uma explicação econômica para os conflitos Sólon busca a motivação psicológica capaz de promover os atos que conduzem a sociedade a um estado conturbado” (TANCREDI, 2013, p. 317).

Esse é o primeiro paralelo entre o pensamento presente na obra de Tucídides e nos poemas de Sólon, a noção de que o caráter é gerador de condutas que impactam na condução da *polis*. Ambos, ao apresentarem a política como uma atividade humana, abordam o tema “comportamento humano” – é a proposta de Tucídides com a observância da *physis antrophon*. Distanciados das crenças míticas, ambos se aprofundam na observação do impacto do próprio homem no governo da *polis*. O historiador antigo combateu o que Sólon também fez em seus poemas, ao escrever sobre o bom funcionamento da democracia em Atenas.

Um segundo paralelo entre os pensamentos de Sólon e Tucídides é o entendimento quanto à riqueza: Nícias acusa Alcibíades de incentivar a Expedição à Sicília com propósito de aumentar seu prestígio e riqueza. E sabe-se que Alcibíades é detentor de grande riqueza, pois inscreveu um número incomum de cavalos para correr, além de financiar os coros em Atenas. Se um dos dois mais importantes motivos para instigar os cidadãos a tomarem as embarcações para à Sicília é financeiro e pessoal, é preciso ponderar sobre isso.

Para Sólon, a riqueza tem o “papel de gatilho capaz de desencadear a *hybris* quando combinado com uma mente despreparada” (TANCREDI, 2013, p. 38).

Assim o povo poderia seguir melhor com os seus chefes,
nem livre em excesso nem oprimido;
a fartura gera o orgulho, quando muita prosperidade segue
os homens que não têm espírito sadio. (Fr. 5.5-10)

Sólon, ocupando-se com a presente situação em Atenas, alertou seus concidadãos quanto ao perigo da riqueza e da desmedida, a partir do contexto específico em que vivia e sobre o qual sabemos que a oligarquia buscava de modo desenfreado aumentar seus ganhos enquanto escravizava os próprios atenienses que não pagassem suas dívidas. Ressaltamos, porém, que Sólon não somente é um nobre como também não deixou de ocultar o seu amor à riqueza, mas, em contrapartida, mostrou-se “côncio dos perigos da ambição desmedida” (BARROS, 1999, p. 52). O arauto tinha também a ciência de que sua tarefa era conter a população: “Da riqueza não há nenhum limite seguro para os homens; uns de nós que agora têm vida farta, duplamente labutam. Quem a todos poderia saciar?” (fr. 71-73). Por sua prática como Mediador⁸⁶ em Atenas, Sólon indica que é necessário para o bem-estar da *polis*, “sujeitar seus interesses particulares e das partes em conflito, a um valor mais alto, a consecução do que lhe parecia melhor para a *polis*” (BARROS, 1999, p. 61). Transportando isso para o contexto estudado, estamos falando de outras ações desmedidas em prol da própria riqueza; no caso, Alcibíades tirando proveito para si das ações públicas, não vencendo seus impulsos – espelhando os da comunidade, ao invés de combatê-los.

Tanto a motivação de Sólon para as medidas políticas que foram adotadas, quanto a baixa popularidade que as seguiu, soam opostas ao que fez o personagem de Tucídides, Alcibíades. Em razão das observações que têm sido elencadas até aqui, poderíamos considerar que o jovem ateniense é um exemplar de anticiência. Em contrapartida aos apontamentos de Sólon quanto ao governo democrático, Alcibíades fez de sua atuação política a realização de motivações individuais, indo, também, ao encontro dos desejos e anseios desmedidos de parte da *ekklesia*, haja vista que parte da população na assembleia que discutiu a expedição siciliana – a fatia urbana de Atenas – estava desejosa pelo reinício da guerra a fim de movimentar seus ganhos⁸⁷.

⁸⁶ Cf. BARROS, 1999, p.61.

⁸⁷ Cf. Item 2.

Os poemas de Sólon alertam sobre a ambição da riqueza e a cupidez entre os atenienses. Para o arauto, as desgraças advém disso e recaem sobre a cidade quando os líderes políticos são injustos (BARROS, 1999). O quadro que disso se origina é a *Disnomia*⁸⁸, o estado desequilibrado da *polis*, um mal que afeta a todos – fruto da *hybris* aliada à *adikía*. Lembra-nos Jaeger (2010, p. 183) que Sólon “modera o desejo natural de riquezas, exigindo que sejam adquiridas de modo justo [...] [os bens] angariados pela injustiça e pela violência servem apenas para alimentar a Áte, que não se faz esperar”.

Alcibíades, além de sua própria ambição a ser satisfeita com a empreitada siciliana, pareceu ter ciência de que parte da população – a urbana – à qual se dirigia na assembleia também estava interessada nos ganhos possíveis da Expedição. Soma-se a isso a retribuição prometida pelos egesteus, que garantiram um pagamento elevado em troca do apoio ateniense. O jovem comandante, ao invés de exercer o controle sobre os impulsos dos cidadãos, a fim de agir de modo mais equilibrado para a *polis*, insuflou os ânimos para a conquista de mais riquezas – “[...] a ambição das massas [...] não tem medidas: ela não se satisfaz com os ganhos que elas mesmas almejam, antes quer sempre mais” (PIRES, 1999, p. 349).

Assim, sem o líder que controlasse suas próprias ambições, a fim de impedir as ações desmedidas votadas em assembleia, Atenas sofreu as “vicissitudes da irracionalidade das paixões populares” (PIRES, 1999, p. 369). Neste ponto, é válido desviarmos da figura tucidideana em estudo, com intuito de arrematar o paralelo entre as obras de Tucídides e Sólon. No caso, se Alcibíades é o personagem da *História* que representa o anticidadão, o historiador antigo não deixou de apresentar, se considerarmos as referências lançadas por Sólon, o modelo cidadão: Péricles.

Uma leitura da *História* confirma que o bom governante, para Tucídides, foi Péricles – que como primeiro cidadão colocou o interesse público acima do individual, e agindo em favor de Atenas, fez bom uso do raciocínio claro e caráter incorruptível (TUCÍDIDES, II.65.8-10). Sobre o seu governo o historiador antigo relata:

[...] enquanto Péricles esteve à testa da cidade em tempo de paz, seguiu uma política moderada e a manteve segura, e foi sob seu governo que Atenas atingiu o auge de sua grandeza; depois, quando começou a guerra, parece que ele estimou realisticamente a magnitude da força da cidade. (TUCÍDIDES, II.65.16-20)

⁸⁸ A *Disnomia*, em Hesíodo, é filha da *Eris* e irmã da *Áte*. A aplicação do termo entre os antigos costuma relacioná-la à *hybris* (BARROS, 1999).

Segundo Steyn (2007), é possível relacionar os discursos e as ações descritos na obra tucidideana de Alcibíades, Nícias e Péricles do seguinte modo: assim como Péricles, Alcibíades tinha visão política, eloquência e capacidade de conduzir o povo; contudo, diferente de seu tutor, faltava a Alcibíades a honestidade, a prudência e o patriotismo; já a Nícias, apesar de ter aderido aos princípios de Péricles no que se refere à guerra, faltou honestidade e poderes coercivos tais quais Péricles possuiu.

Segundo Tucídides (II.66.1-17):

A razão do prestígio de Péricles era o fato de sua autoridade resultar da consideração de que gozava e de suas qualidades de espírito, além de uma admirável integridade moral; ele podia conter a multidão sem lhe ameaçar a liberdade, e conduzi-la ao invés de ser conduzido por ela, pois não recorria à adulação com o intuito de obter a força por meios menos dignos; ao contrário, baseado no poder que lhe dava a sua alta reputação, era capaz de enfrentar até a cólera popular.

A própria relação entre Péricles e os atenienses se assemelha da de Sólon e os homens de sua época. Em ambos os casos, houve momentos de intensa impopularidade por parte dos líderes, conforme Péricles retrata em um de seus discursos:

Ser odiado e detestado em certos momentos foi sempre o quinhão dos que decidiram dominar; quem aceita esse ônus, visando os mais altos fins, opta acertadamente, pois o ódio não dura muito, mas o esplendor do momento e a glória póstera ficam como lembrança eterna. (TUCÍDIDES, II.64.23-6)

Tucídides, que tira proveito dos discursos para expor suas próprias concepções políticas⁸⁹, deixa transparecer neste excerto que compartilha das ideias propagadas por Sólon. Primeiro, quanto à possibilidade da impopularidade do líder justo, e disto, entende-se que o povo, tendo seus impulsos contidos, não reconhecerá como benéfica aquela liderança, apenas as gerações seguintes assim o farão. Disto parte a concepção já trazida por Sólon sobre o heroísmo. Essa “nova” proposta de conquista da honra é baseada no cumprimento do dever do cidadão, que é sobrepor aos seus sofrimentos individuais e se devotar à salvação coletiva (TUCÍDIDES, II.61). Por fim, o excerto confirma o repúdio à tirania, pois ele não trata daqueles que apenas *decidem dominar*, mas aqueles que, aliados a esse propósito, visam *aos mais altos fins*.

⁸⁹ “São particularmente característicos do seu estilo os numerosos discursos que se intercalam na exposição e que são, acima de tudo, porta-vozes do Tucídides político” (JAEGER, 2010, p. 449).

Péricles foi o líder político imbuído de espírito público (*philopolis*), “Atenas sob a liderança pericleana ou comando da razão, tempo de grandeza da *pólis*, e Atenas sob a liderança de seus sucessores ou o império das paixões, tempo de ruína da *pólis*” (PIRES, 1999, p. 342)⁹⁰. Se o ideal de político para Tucídides é Péricles, o bom governo para o historiador é aquele “univocamente conformado com a ação que se dá contra as disposições das paixões populares, que as enfrenta, dobra e abala” (PIRES, 1999, p. 346)⁹¹. Desse modo, entende-se que sua ação na política é o exemplo da ação do bom governante, conforme as necessidades de mudança na conduta do governo prescritas por Sólon.

O personagem tucidideano Péricles demonstrou compreender que o querer coletivo poderia perder-se no ímpeto das paixões quando esta toma o lugar da consciência que racionaliza sobre as decisões políticas em momentos críticos como as assembleias – tendo em vista ser o lugar próprio da acalorada agonística. Sólon, ciente de que “a ordem social é uma tarefa humana” (BARROS, 1999, p. 60), defende que a *diké* e a *sophrosyne* do líder político são a origem do estado de equilíbrio da Cidade-Estado – a esta condição, o poeta legislador nomeia como *Eunomia*⁹², que se verifica quando o organismo político “se mostra com saúde” (BARROS, 1999, p. 65).

Conforme análise do discurso de Alcibíades, Atenas conseguiu aparentar estar fortalecida no ano em que o jovem exibiu-se como emissário sagrado e ainda quando a *polis* estava seriamente abalada pela peste e pela guerra. Conforme aconselha Péricles, em um momento delicado como esse, os atenienses não poderiam empenhar-se em grandes empreendimentos, nem tentar ampliar o império durante a guerra. Com relação a estes conselhos, comenta Jaeger (2010, p.465):

Foi exatamente o contrário que os seus sucessores fizeram. Por ambição pessoal e ânsia de riquezas traçaram grandes planos que nada tinham a ver com a guerra e que, se resultassem, lhes dariam glória, mas, em caso de fracasso, enfraqueceriam o Estado diante do inimigo.

⁹⁰ “No tempo de Péricles, a política estava em vias de se converter num domínio dos ambiciosos e dos improvisadores, seduzidos pela busca da força e do êxito. Era precisamente isto que, segundo Tucídides, formava a grandeza de Péricles e o punha acima de Cléon e até de Alcibíades: tinha dentro de si um ideal do Estado e do Homem, cuja realização dava um sentido à sua luta” (JAEGER, 2010, p.468).

⁹¹ Essa observação condiz com a passagem da *História* na qual o historiador faz o único elogio concedido a Alcibíades. Naquele momento, o jovem comandante impediu a turba ateniense em Samos de atacar a própria cidade, e levar Atenas à guerra civil (TUCÍDIDES, VIII.86).

⁹² No canto XVII da *Odisseia*, a *Eunomia* é oposta à *Hybris* (BARROS, 1999). Na *Teogonia*, de Hesíodo, a *Eunomia* e a *Dike* são divindades irmãs – a primeira se manifesta na “paz e na harmonia dos cosmos social” (JAEGER, 2010, p. 180).

Péricles, como portador da probidade ou resistência ao dinheiro (*chremáton kreisson*), não colecionou ações em proveito próprio, diferente de Alcibíades, que não se defendeu de maneira explícita da acusação de desejar conquistar mais riquezas com a expedição siciliana. O primeiro torna-se superior ao segundo em razão de seu “caráter incorruptível pelo dinheiro, o que lhe dava autoridade para dizer a verdade ao povo e nunca lhe falar com palavras enganadoras” (JAEGER, 2010, p. 465).

Ao comparar as formas de governo de Péricles e Sólon, nota-se que o governo estava restrito às suas decisões, e essa observação implica um entendimento quanto à prática democrática. Se levarmos em conta que se trata do governo da maioria, especialmente no caso de Péricles, no qual as assembleias estavam em pleno vigor, conclui-se que o governo tanto de Sólon quanto o de Péricles foram executados para a maioria e não pela maioria (PIRES, 1999). Para Jaeger (2010), trata-se do líder que influencia as massas sem adulá-las ou entregar-se às suas paixões.

Da nuvem vem a fúria da neve e do granizo
e o trovão nasce do raio fulgurante;
por causa de homens poderosos a cidade perece
e o povo em sua ignorância cai na escravidão de um só governante.
(Fr. 10, v.1-4)

O arauto, ao concluir sua obra legislativa partiu em uma viagem, demonstrou estar acima da vontade do poder (JAEGER, 2010). Do mesmo modo, pôde comprovar essa sua qualidade de governante quando demonstrou, ao longo de seus versos, que não tirou proveito da situação de liderança que se encontrava para “[...] enriquecer-se ou tornar-se um tirano, como em seu lugar teria feito a maioria” (JAEGER, 2010, p. 186).

*

* *

Pelo paralelo explorado entre as obras de Sólon e Tucídides, entende-se que o bom líder é aquele que nutre um profundo sentimento de responsabilidade pela comunidade. O arauto buscou despertar aquilo de que a democracia ateniense do século V se ressentiu após a morte de Péricles: a “consciência da responsabilidade na ação” (JAEGER, 2010). Vale lembrar que as conjunturas sociais nas quais atuou Sólon e discursou Alcibíades são diferentes. O século V não comportou a cega luta de interesses (JAEGER, 2010) entre os atenienses, e que beirou a guerra civil, descrita pelo arauto. O que tornava cegos os atenienses

contemporâneos a Alcibíades é desejo de conquista, alimentado pela ideia de expansão do império, que traria mais poder e riquezas para Atenas.

Por ser o próprio modelo de bom líder que sua pessoa concebeu, ressaltamos que a força de Sólon como líder não tomou por base a condução das massas, tal como indica o discurso de Alcibíades. A força do arauto “reside unicamente na intocável autoridade moral da sua personalidade reta e desinteressada” (JAEGER, 2010, p. 185). O autor moderno também cita mais duas qualidades de Sólon como líder, ser detentor de uma “sensibilidade fraterna” e “piedade” (JAEGER, 2010, p. 186): “Ele [Sólon] procurou unir os atenienses pelo espírito de solidariedade, querendo ensiná-los a não prejudicar a vida pública em proveito das razões pessoais” (BARROS, 1999, p. 71).

3.2 A formação do cidadão – aproximações entre Tucídides e Sócrates de Platão

Qual é o lugar do filósofo na cidade? É o de escultor de homem.
Simplicio (in Pierre Hadot, *O que é a filosofia antiga?*, 2010)

A fim de que não haja embaraços no paralelo entre a obra tucidideana e o Sócrates platônico, vale fazer uma consideração inicial. Platão e Tucídides também habitam em mundos literários distintos e adotam objetivos e formas de escrita que se desassemelham. Tucídides deixou seu legado por escrito, sua contribuição é sua obra, o conjunto da narrativa com os discursos e a constituição dos modelos que pretendem iluminar o futuro, no âmbito da política. Platão, que no ano 387 fundara a sua Academia e, muito antes, iniciara suas atividades literárias e pedagógicas, por suas obras buscava manter viva a memória de Sócrates⁹³ (NUNES, 2007a). Sócrates não deixou nada escrito, e o seu entendimento em relação à palavra é diverso da do historiador antigo. Sócrates não a utiliza como registro, mas sim com o intuito de construir, junto ao seu interlocutor, um movimento dialético ascensional que utiliza:

⁹³ Vale ressaltar que não nos deteremos na discussão a respeito do Sócrates histórico. Para este trabalho, basta fixar o seu modo de vida – determinado por um conjunto de premissas, e figurado por Platão em seus diálogos, no caso deste trabalho, isso foi explorado através da *Apologia de Sócrates* e do *Primeiro Alcibíades*.

[...] por definição, a palavra, mas o que se trata de atingir é uma saber indizível; e essa busca no mais profundo de si requer a presença ativa do outro, que, no entanto nada transmite. A palavra é o instrumento da descoberta do indizível, o outro é necessário para a descoberta de si, e o divino encontra-se no questionamento sobre esse Si. (DUHOT, 2004, p. 127)

Em razão disso, o legado socrático é da ordem da experiência – o filósofo viveu a tarefa dada pelo *daimon*: “Devo viver filosofando e inspecionando a mim mesmo e aos outros” (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 28e). Na *Apologia*, a missão de Sócrates é definida:

Sócrates: – Eu que me entreguei à procura de cada um de vós em particular, a fim de proporcionar-lhe o que declaro o maior dos benefícios, tentando persuadir cada um de vós a cuidar menos do que é seu que de si próprio para vir a ser quanto melhor e mais sensato, menos dos interesses do povo que do próprio povo, adotado o mesmo princípio nos demais lugares. (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 36c-d)

O uso da palavra como meio para se atingir um fim é diferente para Tucídides e Platão. Nota-se, porém, que para ambos os autores a interlocução é elemento valioso. O recurso é constante na obra platônica, uma vez que é composta por diálogos entre Sócrates e uma diversidade de interlocutores e, principalmente, em razão da defesa do ensino oral: “quando a palavra viva semeia a boa semente na alma do discípulo de natureza nobre” (NUNES, 2007a, p. 226). Já para Tucídides, a palavra se aviva em sua obra ao longo dos discursos que foram enlaçados à narrativa da história da Guerra do Peloponeso, possibilitando a constituição dos modelos que buscam iluminar a ação política.

Contudo, não há um ponto mais assertivo que esse, que possa aproximar os autores: o interesse pela ação política. O problema que Platão buscou resolver em sua obra é “entender, enfrentar e reverter a degradação de Atenas de seu tempo” (KOHAN, 2003, p. 13), algo que foi retratado por Tucídides. Apesar de adotarem visões de mundo distintas, a dizer, o aspecto histórico e o filosófico, e de terem deixado níveis distintos de produção, ambos abordaram essa temática. Platão, por decerto, explorou mais profundamente os aspectos do tema, e disto resultou *A República* – na qual o “núcleo argumentativo é a ‘conduta humana’” (RODRIGUES, 1988, p. 121). E por ter lançado uma gama de caminhos possíveis para pensarmos a respeito do governo da *polis*, para este estudo foi necessário deter-se em um único aspecto e, no momento, julgamos que as ideias propagadas no método socrático-platônico para a formação do cidadão são o ponto mais relevante.

* *

Considerando, pelo menos, as duas seguintes causas da derrota de Atenas na Guerra do Peloponeso, a perda dos limites entre o interesse público e o privado do cidadão e o domínio dos impulsos da *antrophon physis* na assembleia (PIRES, 1999), observamos que Tucídides zelou pela democracia ao alertar seus leitores, dentre outros pontos, sobre o homem da *hybris* mal conduzida. Há uma preocupação quanto ao indivíduo que se destaca na condução da *ekklesia*, e cuja *physis* está marcada pela desmedida. Nota-se que esse também foi um tema explorado pelo Sócrates de Platão⁹⁴.

Em se tratando do personagem Alcibiades, figura recorrente na obra platônica⁹⁵, o diálogo maiêutico *Primeiro Alcibiades* aborda o período em que o jovem ateniense estava prestes a entrar na vida política⁹⁶. Nesse diálogo, motivado pela vontade de Alcibiades de compor o Conselho de Atenas, Sócrates, por meio do jogo dialético, leva Alcibiades a tomar consciência quanto a sua ignorância a respeito da natureza do homem. É o filósofo que se aproxima de Alcibiades⁹⁷, uma vez que se reconhece o potencial do jovem e há um interesse em submetê-lo ao exame investigativo – quanto a este interesse, comenta Jaeger (2010, p. 558), “são precisamente as naturezas mais bem-dotadas que precisam desenvolver o seu discernimento e o seu juízo crítico, para poderem dar frutos correspondentes aos seus talentos”.

O jovem ansiava por discursar para os atenienses na tribuna durante as assembleias, com intuito de aconselhá-los quanto à manutenção da paz ou a continuidade da guerra. E, nas palavras de Sócrates, Alcibiades estava: “convencido de que não necessitas de ninguém para nada, pois, tendo tudo com larga margem de sobra, de nada virás a precisar, a

⁹⁴ Segundo Jaeger (2010), parte dos cenários das interlocuções de Sócrates são “da época” do início da Guerra do Peloponeso, como, por exemplo, no *Cármides*, em que Sócrates aparece como se acabasse de regressar dos combates travados na Batalha da Potidéia (Cf. PLATÃO, *Cármides*, 153a-c).

⁹⁵ Cf. Apêndice B – “Sócrates e Alcibiades na obra platônica” e Anexo 1 – “Três ilustrações da relação Sócrates-Alcibiades”.

⁹⁶ Segundo Kohan (2003), o diálogo *Primeiro Alcibiades* se divide em três partes: na 1.^a, Sócrates e Alcibiades debatem a respeito da entrada do jovem na vida política de Atenas e os seus conhecimentos a respeito dos temas da política (103a-113c); na 2.^a parte, são analisadas as diferentes formas de se relacionar o conhecimento com as implicações políticas (113d-127e); por fim, na 3.^a etapa, a partir do preceito do Oráculo de Delfos, o “conhece-te a ti mesmo”, são propostas algumas análises filosóficas (128a-135e).

⁹⁷ Para Jaeger (2010), o que atrai Alcibiades na proposta de tornar-se discípulo de Sócrates é sua ambição por se tornar um homem de Estado, assim como a crença de poder encontrar em Sócrates os meios para isso. Vale ressaltar que Sócrates estava cercado pela juventude aristocrática de Atenas: “Nem a ascendência, nem a classe social, nem o aspecto exterior predestinavam Sócrates a congregar em torno de si os filhos da aristocracia ateniense que aspiravam a seguir a carreira governativa ou a alinhar nas filas escolhidas dos *kaloï kagathoi* áticos” (JAEGER, 2010, p. 513).

começar pelo corpo e a acabar pela alma” (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 104a). Lembra-nos Hadot (2010, p. 52) que Sócrates “se dirige, sobretudo aos que estão persuadidos, por sua cultura, de possuir ‘o’ saber”. Não obstante, no decorrer do diálogo, após os desvios socráticos que buscaram aparar as arestas do pretenso saber do interlocutor, são inseridas, na interlocução, algumas considerações de Sócrates que são pertinentes à temática.

Para o filósofo, a *esperança* de Alcibíades é que cedo, dentro de poucos dias, ele possa se apresentar à assembleia ateniense e comprovar que é mais merecedor de consideração do que Péricles ou qualquer ilustre varão do passado – acreditando que essa apresentação lhe dará a autoridade suficiente entre os concidadãos. O resultado disso será que, “uma vez assegurado o poder entre nós [os atenienses], dominarás [...] não apenas todos os helenos, mas as populações de bárbaros que habitam o mesmo continente que nós” (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 105b-c). Entende-se que o filósofo previa que, sem o devido ajuste nos impulsos de Alcibíades, o jovem não teria limites para chegar aos desejados fins. Nessas pontuações de Sócrates quanto ao candidato a discípulo, figura um jovem de “caráter ambicioso, orgulhoso e desejoso de brilhar” (PINHEIRO, 2008, p. 53). Alcibíades, que admite alimentar essas ambições, obtém de Sócrates a seguinte consideração: que só será possível levar esses planos a um bom termo se aceitar a colaboração do filósofo.

O diálogo, ou movimento dialético, que é travado após esse introito leva Alcibíades a reconhecer que não possui o saber necessário para aconselhar os atenienses, especialmente sobre o assunto que mais interessa ao jovem, as questões da guerra e da paz. O método utilizado por Sócrates, para tanto, não foi transmitir a Alcibíades um novo saber que fizesse com que ele “descartasse” o anterior, mas sim interrogá-lo. Fazendo uso do que ficou reconhecido como *ironia socrática*, o filósofo simula “aprender alguma de seu interlocutor, para leva-lo a descobrir que não conhece nada no domínio do que pretende ser sábio” (HADOT, 2010, p. 53).

Na sequência do diálogo, Sócrates leva Alcibíades a concluir que para ser um conselheiro em Atenas é preciso saber o que é o justo e o injusto, e que se ele não aprendeu isso com um professor, nem apresentou esse saber desde a infância, logo ele ignora esse conhecimento:

Sócrates: – E não ficou dito, também, que Alcibíades, o belo filho de Clínias, ignorando a natureza do justo e do injusto, mas presumindo conhecê-la, pretendia apresenta-se à assembleia para dar conselhos aos atenienses a respeito de questões que ele nada entendia?

Alcibíades: – Parece.

Sócrates: – Aplica-se ao nosso caso, Alcibíades, aquilo de Eurípides: ouviste isso de ti mesmo, não de mim; não fui eu que o disse, porém tu, que me acusas sem razão. O que disseste é muito certo. É verdadeira loucura meu caro, levar avante o teu projeto de pretender ensinar aos outros o que nem sabes nem te deste ao trabalho de aprender.

(PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 113b-c)

A dialética socrática leva Alcibíades a um estado de aporia, e *desconfiado de si mesmo* (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 117a), suas noções de justiça e injustiça, o que é vantajoso e o que não é, o que é belo e bom, são colocadas à prova por intermédio das perguntas e dos raciocínios propostos por Sócrates até o momento em que o interlocutor reconhece a sua completa ignorância. Para Sócrates, Alcibíades deveria ser como a “grande abundância de homens que pensam saber algo” (*Apologia*, 23c). O jovem confessa a sua perturbação diante das respostas aos questionamentos de Sócrates que lhe escapam, levando-o a contradizer-se repetidas vezes para, por fim, reconhecer, em seu estado de confusão, que ignora o conhecimento de que acreditava ser detentor – o objetivo, com este método, “perder o que se pensava saber para descobrir o que se *sabe*” (DUHOT, 2004, p. 129). Segundo Jaeger (2010, p. 523), depois de aproximar-se de Sócrates, “ninguém pode furtar-se à atração de seu espírito. E quem julga que se pode retrain, intratável, perante ele [...] não tarda a baixar da pretensa altura do seu pedestal”.

Sócrates: – Ah, meu caro Alcibíades, de que doença estas sofrendo! Vacilo em qualificá-la; todavia, já que estamos sós, é preciso que o diga. Coabitas, meu caro, com a pior espécie de ignorância, o que tua conversação te demonstrou, ou melhor, tu a ti mesmo. Por isso, atiras-te à política antes de ter haveres instruído. Aliás, não és o único a sofrer de semelhante mal, mas quase todos os que se ocupam com os negócios da República, com exceção de uns poucos e, naturalmente, do teu tutor Péricles. (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 118b-c)

E após apresentar a diferença do preparo do governante em Atenas e na Pérsia, ressaltando as qualidades do segundo, Sócrates convida Alcibíades a investigar, junto a ele, a si mesmo e a se aperfeiçoar: “[...] meu ditoso Alcibíades, deixa-te convencer por mim e pela inscrição de Delfos: ‘Conhece-te a ti mesmo’” (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 124b).

Sócrates: – Será porventura fácil conhecer-se a si mesmo [...] ou, pelo contrário, tarefa por demais difícil, que só está a alcance de pouca gente?

Alcibíades: – Por vezes, Sócrates, quer parece-me que está ao alcance de qualquer pessoa; de outras vezes afigura-se-me por demais difícil.

Sócrates: – Quer seja coisa fácil, quer difícil, Alcibíades, o que é certo é que, conhecendo-nos, ficaremos em condições de saber como cuidar de nós mesmos, o que não poderemos saber se nos desconhecermos.
(PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 129a)

A partir da ideia de conhecer a si mesmo⁹⁸, Sócrates adentra ao tema central de sua *paideia*, o entendimento de que o homem é, antes de tudo, uma alma e que seu corpo é seu instrumento – desse modo, quem apenas dedica-se ao cuidado do corpo, “não cuida de si mesmo, mas apenas do que lhe pertence” (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 131b). É nesta circunstância que Sócrates pondera sobre o tema da riqueza, alertando que aquele que cuida apenas de sua fortuna se encontra ainda mais afastado do cuidado de si, uma vez que isso não é cuidar de si, nem de algo que lhe pertence. Estabelece-se, assim, uma hierarquia de valor: no plano mais elevado encontram-se os bens da alma; em um segundo plano, os bens do corpo e, num grau inferior, os bens materiais, como o poder e a riqueza⁹⁹ (JAEGER, 2010).

Deslocando a virtude para o interior do homem (JAEGER, 2010), Sócrates acredita que:

[...] não é mais através da expansão e satisfação da sua natureza física, por mais restrita que esteja por vínculos e exigências sociais, que o Homem pode alcançar essa harmonia com o ser, mas sim pelo domínio completo de si próprio, de acordo com a lei que descobriu no exame da sua própria alma.
(JAEGER, 2010, p. 535)

Tal concepção exige que o discípulo se esforce para se tornar cada vez mais belo (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 131d), buscando se exercitar naquilo que é preciso conhecer para iniciar-se na política (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 132b). Um mesmo alerta, também quanto à entrada na política, é dado em dois momentos distintos:

Sócrates: – [...] se não te deixares corromper pelo povo de Atenas, nem vieres a degenerar, jamais te abandonarei. O que receio acima de tudo é que, tornando-te apaixonado do nosso povo, venhamos a perder-te. Foi o que já aconteceu com muitos atenienses de nobre estirpe. (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 132a)

⁹⁸ Vale notar que, no diálogo aporético *Cármides*, Sócrates afirma estar quase a dizer que “[...] a temperança consiste justamente no conhecimento de si mesmo, de pleno acordo, nesse particular, com quem inscreveu no templo de Delfos o conhecido preceito. As fórmulas ‘Conhece-te a ti mesmo’ e ‘Sê temperante’ são equivalentes, conforme diz a inscrição e eu confiro” (PLATÃO, *Cármides*, 164d-165a).

⁹⁹ Assim, como visto nas reflexões sobre Sólon, Sócrates também vivenciou os valores que buscava despertar nos interlocutores – quanto à riqueza, ele diz: “[...] ao menos não foram desavergonhados [seus acusadores] o bastante a ponto de apresentar testemunho *disto*: de que alguma vez para mim exigi ou pedi pagamento! E é suficiente, penso, que eu apresente esta testemunha de que estou dizendo a verdade: a Penúria” (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 31b-c).

Sócrates: – Faço votos para que perseveres nesse intento; contudo, tenho os meus receios, não por descrer de tua natureza; é que, considerando a força de nosso povo, temo que eu e tu venhamos a ser dominados por ela. (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 135d)

Esse aspecto apontado por Sócrates na relação entre a *ekklesia* e o líder político fica patente na obra tucidideana. Conforme concluído anteriormente, faz-se necessário dominar as paixões da maioria para o governo funcionar de maneira equilibrada, a Cidade-Estado carece de líderes justos e voltados para os interesses da coletividade, e não para os interesses individuais seja do próprio líder, sejam aqueles que a coletividade apresenta.

Por estes termos, e ainda mediante a conversação, Sócrates vai definindo a forma de aprendizagem para a formação do bom governante, e aponta o que há de primordial a ser desenvolvido:

Sócrates: – Quem ignora, portanto, as coisas que lhe dizem respeito, não há de conhecer, também, as dos outros. [...] E se não conhece as dos outros, não conhecerá também as da cidade. [...] Um homem, nessas condições, nunca poderá exercer a política. (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 135d)

Sócrates: – As cidades, portanto, para serem felizes, não necessitam de muros, nem de trirremes, nem de estaleiros, Alcibíades, nem de população e tamanho, mas de virtude.

Alcibíades: – É fato.

Sócrates: – Se quiseres, por conseguinte, administrar os negócios da cidade com retidão e nobreza, terás de dar virtude aos cidadãos. [...] E poderá alguém dar o que não tem?

Alcibíades: – Como fora possível?

Sócrates: – Então, primeiro precisa adquirir virtude, tu ou quem quer que se disponha a governar ou a administrar não só a sua pessoa e seus interesses particulares, como a cidade e as coisas a ela pertinentes. (PLATÃO, *Primeiro Alcibíades*, 134b-c)

Essa formação do bom governante é o caminho que Sócrates propõe com a dialética, que parte “da consciência da própria ignorância e do conhecimento de si próprio, isto é, das suas próprias forças” (JAEGER, 2010, p. 559) e que exige o “esforço de penetrar na essência da moral por meio da força do *logos*” (JAEGER, 2010, p. 562). A sua proposta educacional é política, como todas que nasceram nesse período, a novidade, porém, que o filósofo trouxe era “buscar na personalidade, no caráter moral, a medula da existência humana, em geral, e a da vida coletiva, em particular” (JAEGER, 2010, p. 540). O método de Sócrates é, portanto, um meio de atingir uma conduta reta. Nele, Sócrates parte do conhecimento de seu interlocutor que, em geral, tem como base o saber comum entre os

homens, e disto segue-se o confronto de ideias examinadas pela própria consciência. Por meio desta dialética, descobrem-se contradições, nas quais as teses primeiras são refutadas.

Estas contradições obriga-nos a examinar uma vez mais a exatidão dos dados aceitos como verdadeiros, para removê-los ou abandoná-los, conforme os casos. O objetivo em vista é reduzir a um valor geral e supremo os vários fenômenos do valor. (JAEGER, 2010, p. 562)

As respostas apresentadas pelos interlocutores são insuficientes diante da investigação apurada e, mesmo que possam contribuir com o conhecimento das virtudes, não as abarcam em sua totalidade. A investigação dialética torna-se intrincada, pois a busca é por respostas que se sustentem nesse movimento dialético, que sejam solidamente permanentes, estáveis e imutáveis – ressalta-se que não será possível, sob o ponto de vista socrático, conceber a verdade como mutável e transitória. E no desdobrar e dobrar dos diálogos, as definições dadas por seus interlocutores não se encaixam nas regras do jogo dialético e se assemelham às Estátuas de Dédalo¹⁰⁰.

*

* *

A busca pelo aprimoramento de si pressupõe um esforço pessoal insubstituível para romper com o antigo pensamento comum (MAIRE, 1966) a fim de alcançar a verdade. Para o entendimento de que o homem é sua alma, é imperioso conhecer a si mesmo para cuidar, verdadeiramente, de si. Esse conhecimento parte do seguinte preceito: a alma que quiser conhecer a si mesma precisa olhar para uma outra alma; aquele que estiver em condições de perceber o que há de divino nela, de mais puro e luminoso, Deus e o pensamento, muito provavelmente conhecerá a si mesmo.

Sócrates: – Olhando, portanto, para essa divindade, e usando-a a guisa do melhor espelho das coisas humanas para o conhecimento da virtude da alma, é a maneira mais acertada de nos vermos e reconhecermos a nós mesmos. (PLATÃO, *Primeiro Alcibiades*, 133c)

O propósito da atividade socrática consiste em uma exortação ao cuidado com a alma e, conseqüentemente, à busca da virtude. Na *Apologia*, Sócrates declara ser essa sua

¹⁰⁰ Esta alusão é trabalhada por Sócrates no diálogo platônico *Eutífron*.

missão, a de inspecionar os outros e a si mesmo, e relata sua descoberta: de que as pessoas aparentam sabedoria, mas que após uma investigação, descobre-se que elas não detêm um saber sobre aquilo que fazem ou dizem saber¹⁰¹. Vale notar que essa tarefa começou pelo exame dos políticos, não se restringindo a ela, mas obtendo a conclusão de que os atenienses eram “carentes máximos de uma conduta reflexiva” (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 22b).

Na *Apologia* platônica, é tratada, dentro outros temas, a missão de Sócrates junto aos cidadãos atenienses e cuja realização, diz o filósofo, depende de obedecer ao deus que o orienta, no lugar de seguir o desejo dos atenienses – mesmo que Sócrates os ame (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 29a). Assim sendo, entende-se que há uma distinção entre os impulsos das massas e as atividades que Sócrates faz seguindo os desígnios divinos. No diálogo, ficam explicitados dois modos de vidas diferentes por partirem de valores distintos; no primeiro, Sócrates argumenta que todo cidadão deve sentir vergonha, por militar somente “em favor do dinheiro (a fim de possuir o máximo possível), e da fama e da honra” (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 29d); já no segundo, constitui as características que os atenienses deveriam buscar, a militância “em favor da reflexão, da verdade e da alma (a fim de ser o melhor possível)” (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 29e). Sócrates inclui, posteriormente, que no primeiro grupo estão também aqueles que se ocupam somente do “dinheiro e negócios, [da] liderança do exército e liderança do povo” (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 36c).

Essa temática, que se repete no *Primeiro Alcibíades*, é menos explorada nessa obra. Entende-se que Sócrates, apesar de tirar proveito de todos os momentos para favorecer a reflexão dos seus interlocutores, pode explorar mais o tema no diálogo com Alcibíades do que durante a sua defesa no julgamento ateniense, retratado na *Apologia*, inclusive devido às próprias circunstâncias. Há, também, que se levar em consideração a obra ter sido escrita logo após a condenação e a morte do filósofo, “sob a impressão fresca da enorme injustiça cometida pela execução de Sócrates, e na esperança de ganhar discípulos para o mestre, expõem da forma mais bela e mais singela a síntese e o sentido da sua atuação” (JAEGER, 2010, p. 525).

Na *Apologia*, o filósofo limita-se a dizer que:

¹⁰¹ Vale notar que essa constatação nos aponta para a incongruência em querer educar cidadãos para valores ou virtudes inexistentes em uma sociedade (VALLE, 2001); ou seja, cai por terra a ideia de Protágoras, desenvolvida no diálogo platônico homônimo, que infere a possibilidade de ser possível um indivíduo formar outro. Sócrates de antemão desvia-se desse problema sem solução, colocando no conhecimento de si, através, aí sim, da interlocução com o outro, como o caminho para a formação do homem virtuoso. Por essa lógica, fica compreensível a afirmação do filósofo sobre não ser mestre de ninguém. Conforme veremos adiante, não serão outros membros da sociedade a serem espelhos de crianças e jovens, ainda mais quando se trata de um quadro cuja decadência é marcante, mas a própria alma do indivíduo que deverá ser a sua referência, uma vez que todo homem é bom em sua natureza, e se assim não o é, é porque dela tem se distanciado ou a ignora.

Nenhuma outra coisa faço enquanto circulo a não ser persuadir, tanto os mais jovens quanto os mais velhos dentre vocês, a não militar em favor nem do corpo nem do dinheiro – não antes (nem com a mesma intensidade) que em favor da alma, a fim de ser a melhor possível. (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 30a-b)

A recusa de submeter-se a este processo de investigação faz com que Sócrates decreta que os atenienses desejam permanecer dormindo pelo resto de suas vidas (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 31a). A tomada de consciência sobre o cuidado si mesmo, portanto, é o despertar. Este exame particular proposto pelo filósofo, que se desdobra como em uma relação entre pai e filho ou entre irmãos, se traduz na ocupação com a virtude (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 31b). De modo constante, ele aponta que se envolver com esta prática é colocar em segundo plano o cuidado de suas próprias coisas, para antes, cuidar de si próprio, “a fim de ser o melhor e mais sensato possível” (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 36c).

*
* *

Tucídides apresentou a manifestação da *hybris* de Alcibíades, que somente avivou a própria desmedida da *ekklesia* na ocasião da decisão sobre a expedição siciliana. A contrapartida socrática para essa conduta é a *enkrateia*, ou o domínio de si mesmo e moderação¹⁰² (JAEGER, 2010). Esse autodomínio, que funciona como uma lei interior (MONDOLFO, 1972), parte da descoberta da alma como condutora do corpo. Este novo ideal de vida propagado por Sócrates estava imbuído de uma considerável força, devido ao fato de o próprio filósofo ter encarnado os seus valores¹⁰³ (JAEGER, 2010), indicando ter um domínio moral sobre si mesmo – mais uma vez a sua negação por adentrar a política pode ser tomada como exemplo, além de outro, como a recusa por fugir da prisão quando aguardava a execução da sentença de morte¹⁰⁴.

A formação proposta por Sócrates, que transpassa o ideal de líder político, ou seja, aquele cuja razão impera sobre os instintos, parte da investigação sobre si mesmo, o que

¹⁰² “No fundo, este conceito [autodomínio] já contém o germe do Estado ideal de Platão e o conceito puramente interior de justiça em que se baseia esse Estado, bem como a coincidência do Homem com a lei que habita dentro de si próprio” (JAEGER, 2010, p. 549).

¹⁰³ Esta força da *paideia* socrática assemelha-se à de Sólon, uma vez que ambos foram coerentes no que diz respeito à prática de uma conduta por eles mesmos estimulada, em uma caso, ou promulgada, no outro.

¹⁰⁴ Cf. PLATÃO, *Críton*.

implica estabelecer uma relação entre mestre e discípulo e, nela, perseverar continuamente. Do contrário, Sócrates sentencia: “a vida sem inspeção não vale a pena ser vivida pelo homem” (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 38a).

3.3 Notas últimas: Tucídides, Sólon e o Sócrates platônico

A preocupação de Sócrates aproxima-se da que Sólon explanou em seus versos e leis e que Tucídides retratou em sua obra. Enquanto Sólon versou sobre as leis da comunidade social e política (JAEGER, 2010), Sócrates empreendeu uma missão de formar o verdadeiro cidadão para evitar, em sua concepção, que a mais justa forma de governo se degenerasse – ele embrenhou-se na “própria alma, a fim de penetrar nos cosmos moral” (JAEGER, 2010, p. 513).

Apesar de transitarem em preocupações semelhantes, não se trata do mesmo contexto. Pela ordem cronológica, observamos, primeiro, que Sólon foi o exemplo de bom cidadão e governante em sua época; foi o nobre que se voltou para os problemas de uma sociedade dividida entre a massa oprimida em processo de escravização por dívidas e a elite embriagada pelos ganhos cada vez maiores. O arconte era a única figura possível de resolução para a crise aguda ateniense: era um nobre com inclinações justas. Já a democracia em vigor no século V, contemporânea de Sócrates e Tucídides, provou que apenas um homem foi justo na condução de Atenas, Péricles¹⁰⁵. E após a sua morte, careceu a Cidade-Estado a necessária formação do líder justo e, para a massa, o constante vigiar individual sobre as paixões dos cidadãos, para que não levassem Atenas ao declínio, uma vez que se perde o espírito coletivo quando sobressai o individual.

Embora compreendamos que Atenas funcionou como uma democracia, é cabível compreender que os cidadãos possuíam papéis distintos na condução do governo, e uma das provas disso é o fato de apenas alguns cidadãos subirem à tribuna para aconselhar a cidade e,

¹⁰⁵ Vale ressaltar que o Sócrates platônico, no *Górgias*, questiona se de fato Péricles foi um bom político. Pelo ponto de vista do filósofo, os atenienses tornaram-se piores com a sua liderança: “Sócrates: — [...] Mas responde-me também se é em geral admitido que os atenienses, de fato, ficaram melhores graças a Péricles, ou se foi justamente o inverso: foram corrompidos por ele. Eu, pelo menos, ouço dizer que Péricles deixou os atenienses preguiçosos, pusilânimes, faladores e ávidos de dinheiro, por ter sido quem instituiu o estipêndio popular” (PLATÃO, *Górgias*, LXXI). Sócrates, por esse prisma, defende que aqueles que aconselham a *ekklesia*, devem, por seu encargo, não somente conduzir o povo de maneira justa, mas também tem o compromisso de melhorar os cidadãos. O filósofo não nega que Péricles aconselhou bem a *polis* em determinadas situações e foi um condutor de homens, e segundo Duhot (2004, p. 35), “mesmo os que, como Sócrates, não aprovavam a política de Péricles reconheciam seu valor, sua moderação e sua honestidade”.

desses, poucos conduziam as massas. Verifica-se, assim, que “embora em Atenas todos sejam iguais perante a lei, na vida política é a aristocracia da habilidade que governa” (JAEGER, 2010, p. 469).

A problemática quanto a isso é patente, uma vez que não se pode aguardar surgir da *polis* o modelo de cidadão e de líder uma vez por século. E essa questão nos leva a ressaltar ainda mais a proposta socrática de formação – há um sentido de urgência em formar bons cidadãos. E ao estudarmos as duas grandes figuras que exerceram a política de modo belo e bom, a dizer, Sólon e Péricles, evidencia-se uma grave questão:

A História ensinou que essa solução depende da existência de um indivíduo genial – o que sucede tão raramente na democracia como em qualquer outra forma de governo – e que nem sequer a democracia tem qualquer segurança quanto ao perigo de vir a ter falta de chefes. (JAEGER, 2010, p. 469)

Tanto Sólon como Tucídides possuem obras datadas, elas tratam da política no ambiente do confronto, seja a guerra civil às portas de Atenas, seja guerra entre nações. A obra platônica, por sua vez, traz ideias que não se prendem ao histórico, uma vez que é filosófica. Enquanto as duas primeiras tratam do real, a terceira é uma composição: Sócrates não se afastou da realidade política, Platão assim o fez; a partir disso, nota-se na obra platônica “o realismo do seu ponto de partida e o idealismo as sua meta final”¹⁰⁶ (JAEGER, 2010, p. 579). Entende-se que a prática socrática é a medicina necessária para evitar as situações retratadas nas obras de Sólon e Tucídides – uma vez que, quando dela se aproxima, constata-se a “decomposição moral da sociedade e a transmutação de todos os valores” (JAEGER, 2010, p. 459), ou seja, uma cidade adoecida.

Ao analisar as realizações políticas de Sólon, dentro de seu contexto específico, observa-se que as necessidades e as exigências da massa oprimida não se transformaram em ação política:

¹⁰⁶ Este distanciamento é notado no decorrer das obras platônicas, e foi razão de debates, uma vez que se desperta a dúvida sobre quais são as ideias inspiradas em Sócrates, e quais são puramente platônicas. Tem-se adotado a seguinte divisão: consideram-se os primeiros diálogos mais fiéis à prática socrática, diferentes das últimas obras, que estão carregadas das teorizações platônicas. “[...] em Platão, ética e educação permanecem explicitamente associadas, mas a política foi cuidadosamente afastada, para só reaparecer – sob forma, aliás, de atividade eminentemente educativa – em sua utopia de uma *polis* justa, onde a formação ética é inteiramente realizada pelos filósofos, que monopolizam, ademais, o poder político” (VALLE, 2001, p. 182). No estudo em questão, chamou-nos a atenção o fato de Sócrates ser apresentado, na *Apologia*, como aquele que perambula por Atenas, questionando a todos, cumprindo a sua missão dada pelo deus; enquanto na *República*, a função daqueles que filosofam é modificada em suas bases, o lugar mais importante para o filósofo é o governo da *polis*.

O conceito de medida e de limite, que ganhará importância tão fundamental na ética grega, revela claramente qual é o problema que se situa no centro do pensamento de Sólon e de seu tempo: a aquisição de uma nova forma de viver, por meio da força do conhecimento interior. (JAEGER, 2010, p. 188)

O poeta legislou com base nos conceitos de limite e medida para um povo endurecido na tratativa das questões coletivas, e por aquele período a problemática se desfez. A narração de Tucídides, por sua vez, comprovou que as leis de Sólon não bastaram para que a *polis* se mantivesse coesa durante a guerra, e nela acompanhamos Alcibíades nascer no cenário político e dentro do próprio funcionamento democrático estabelecer a ordem do injusto¹⁰⁷. Aquela forma de viver, com base na força do conhecimento interior (JAEGER, 2010), não vingou por meio da declaração de leis. E a análise de Tucídides quanto aos atenienses de seu tempo não poderia ser diferente do que o historiador concluiu: que a natureza humana coloca em risco a Cidade-Estado, independente da estrutura justa que foi constituída como forma de governo.

Sócrates, diferente de Sólon e Tucídides, apesar de também conviver entre os atenienses, transcendeu o seu entendimento sobre a relação entre natureza humana e a política. E o primeiro forte indício é a sua não participação no cenário político, nem em uma luta pelo estabelecimento de novas estruturas ou leis. Sócrates, como ninguém antes, compreendeu que a mudança não seria conquistada “pela simples implantação de um forte poder exterior, mas tinha de começar pela consciência de cada um, [...] pela sua alma” (JAEGER, 2010, p. 573). Compreendendo que a promulgação de leis não garante a manutenção da justa ordem, uma vez que os homens encontram meios de atuar de maneira injusta sem as corromper, Sócrates concluiu ser a conduta moral não é resultado de algo externo, e se de algo que brota do próprio indivíduo (JAEGER, 2010). O filósofo não apenas depositava a sua fé na modificação do indivíduo, como acreditava na “suprema capacidade humana” (JAEGER, 2010, p. 565) e confiava de modo firme que a própria natureza humana leva o homem ao Bem, uma vez que é a expressão consciente, fruto do “conhece-te a ti mesmo”, do ser interior do homem (JAEGER, 2010). Por intermédio do seu prisma, entende-se que a expressão do bem depende de certo conhecimento e a expressão da má conduta é resultado da ignorância, e dessa lógica, se deduz a máxima: “ninguém erra voluntariamente” (JAEGER, 2010, p. 568). A permanência, porém, na ignorância passa a ser uma livre escolha a partir do momento em que se descobre o caminho para livrar-se dela. E parece ter sido este o caso de Alcibíades, um jovem com potencial brilhante, que inicia sua trajetória como

¹⁰⁷ Sobre a reflexão que Tucídides proporciona quanto aos *nomoi* durante o período da guerra, conferir item 1.1.

discípulo de Sócrates, mas não percorre a investigação (*zetexis*) constante proposta pelo mestre. Mais forte era o seu apetite, do que a sua vontade¹⁰⁸, uma vez que esta, por sua natureza própria, o encaminharia para o Bem (JAEGER, 2010) quando aliada à vontade, ao trabalho de conhecer a si mesmo e à persistência.

¹⁰⁸ “Platão o faz [a Sócrates] estabelecer entre o apetite e a vontade uma distinção rigorosa: é que a “vontade” autêntica só repousa no verdadeiro conhecimento do bem que lhe serve de meta. O mero “apetite” é uma aspiração orientada para a obtenção de bens aparentes” (JAEGER, 2010, p. 569).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um fato bem conhecido que todos os que querem governar as outras pessoas são, por isso mesmo, os menos indicados para isso. Resumindo o resumo: qualquer pessoa capaz de se tornar presidente não deveria, em hipótese alguma, ter permissão para exercer o cargo. Resumindo o resumo do resumo: as pessoas são um problema.

Douglas Adams, *O Restaurante no Fim do Universo*, 2010.

Como pensador político, Tucídides não se contentou em realizar uma obra que somente expusesse, de modo factual, os acontecimentos referentes à Guerra do Peloponeso – apesar de que, se assim fosse isto já seria um acréscimo relevante ao conhecimento humano. No entanto, a fim de contemplar os seus desígnios, Tucídides precisou retomar o passado, uma vez que:

[...] o pensamento político desperto viu-se forçado a completar-se com o conhecimento histórico, embora em sentido diverso e com conteúdo diferente: era necessário chegar ao conhecimento da necessidade histórica que empurrava a evolução da cidade de Atenas para a sua grande crise. (JAEGER, 2010, p. 442)

O resultado disso é sua narrativa histórica enlaçada com discursos e digressões, e composta dos personagens que protagonizaram a guerra. Não se trata do historiador a trabalhar pelo viés político, mas o pensador político que recorreu ao pensamento histórico para compreender a situação (JAEGER, 2010). E, neste esforço em empreender uma obra de saber político, Tucídides constituiu uma produção moralista. O aspecto moral advém da reflexão acerca das regras da boa conduta no governo da *polis*, uma vez que a obra retrata e comenta as boas e as más lideranças políticas. Da reflexão acerca de sua obra, portanto, abstraem-se leis universais e constantes (JAEGER, 2010) que formam a base da conceituação de Tucídides.

Nota-se que assim como Tucídides empregou o recurso de retomar o passado da Hélade a fim de aumentar a importância da guerra que seria narrada, há, em curso, outro jogo de contraste em sua obra. Péricles, como maior representante de bom governante que Atenas teve no período da guerra, ganha maior destaque para os leitores quando se compara a sua

política com a de seus sucessores. Refletindo, especialmente, sobre a conduta de Alcibíades e seu desvario marcado pela *hybris*, nota-se o característico mau governo, aquele que tem em vista o bem particular em detrimento do coletivo. Numa pontuação quanto ambas às políticas, ressalta-se que os temas ‘democracia’, ‘imperialismo’ e ‘riqueza’ sempre estiveram estreitamente ligados (DUHOT, 2004), porém, o entendimento dos mesmos foi distinto entre Péricles e para Alcibíades. Péricles conduziu Atenas de tal modo que chegou a descaracterizar a democracia, o estrategista ampliou em poder e riqueza o império ateniense, até declarar guerra contra os lacedemônios. Alcibíades, que alimentou esse desejo também, reacendeu a guerra com a expedição siciliana, porém, não deu a devida importância à diferença de contexto. A Atenas de Péricles estava em seu auge, abastecida de forças militares e de riquezas. A Alcibíades estava desgastada com os anos seguidos de guerra e em recuperação da peste devastadora.

A ambição de “estabelecer um imenso império ateniense, indo da Ásia Menor até a Sicília” (DUHOT, 2004, p. 35), levou Alcibíades trabalhar no fortalecimento das alianças de Atenas e na fragilização da Paz de Nícias. É possível acompanhar suas ações, caracterizadas pela inteligência, coalhadas de estratagemas e pela falta de escrúpulos, no Livro Sexto de Tucídides, (VI.43-5;52;56;84). Contudo, a sua proposição mais ambiciosa, foi a Expedição à Sicília. E foi por meio da análise do debate que reafirmou essa ação, e de seus estudos correlatos que foi possível reunir algumas características a respeito do personagem Alcibíades. O jovem comandante demonstrou habilidade ao elaborar estratégias militares e exercer a diplomacia junto aos aliados; contudo, foi portador de pouca firmeza de caráter, ambicioso e desmedido. A sua incursão no cenário político não objetivou a instauração da tirania, conforme Tucídides relata como suspeita entre os atenienses, ou, menos ainda, o jovem não defendeu a expedição siciliana com vista à ruína de Atenas. Com essa empreitada, o jovem comandante buscou ampliar o Império ateniense enaltecendo a *polis* e até refletindo a glória que ele mesmo forjou em sua tarefa como emissário sagrado em Olímpia. E para isso não lhe faltavam a iniciativa típica do espírito ateniense, a inteligência para traçar planos e o carisma para seduzir a *ekklesia*. Todos esses recursos o levaram até o posto militar máximo, o comando de uma expedição. No entanto, esses dotes, serviram aos tiranos internos; o seu e o da *ekklesia*. O anseio de conquista de maior poder e riqueza nublou qualquer iniciativa ponderada. Nesse contexto, o contraponto político que Nícias assumiu não foi suficiente para contornar a proposta siciliana, pois também lhe faltava força moral, ainda mais quando o embate era com Alcibíades, que reunia todos aqueles dotes. Neste debate, Alcibíades, que distraiu a atenção para qualquer raciocínio que não fosse de seu interesse (DOVER, 1977), e

como típico dos tempos de guerra, transformou a audácia irracional em lealdade corajosa, e a hesitação, em covardia dissimulada (TUCÍDIDES, III.82).

Deste ângulo dos estudos sobre o governo entre os gregos antigos, há outro aspecto evidenciado na reflexão acerca da boa liderança e da má, e esse só se comprova pela ação do tempo. Quanto à legislação de Sólon, ao governo de Péricles e à experiência do Sócrates platônico, observa-se que a comunidade contemporânea a eles não fez jus aos seus valores como bons cidadãos. Ou seja, apenas com o decorrer do tempo é que se tornou reconhecido o trabalho de cada um. Basta tomar como base o fato de as ações políticas de Sólon não terem agradado a todos, e o fato de o poeta-legislador ter demarcado o fim de sua contribuição e partido em uma viagem. Péricles também sofreu represálias em razão da insatisfação popular com os caminhos e à proporção que a Guerra do Peloponeso estava tomando, a cólera popular foi aplacada com seu discurso (TUCÍDIDES, II.60-4) , mas o povo só se satisfaz, de fato, quando foi lhe imposta uma multa (TUCÍDIDES, II.65). E Sócrates, por fim, pagou com a própria vida.

Entende-se que a aceitação popular de medidas ou experiências políticas nem sempre é imediata. E a falta desse reconhecimento imediato não foi um completo empecilho para os homens citados, pois a crença no cumprimento do dever estava acima do anseio pelo prestígio pessoal. E essa constatação é oposta ao que observamos no caso de Alcibíades. Já apontamos que o jovem comandante buscou também a glória de Atenas, a expansão do Império, a consolidação de mais ganhos; contudo, ficou claro, pelo decorrer de sua vida, que isso era apenas um degrau para uma conquista pessoal. Quando a sua vida passou a correr risco, após a intervenção logo nos primeiros passos da expedição siciliana, a necessidade de sobrevivência falou mais alto, o que até poderia ter sido aceito – pois, de fato, poucos são os homens que compreendem a ideia de vida futura de modo tão arraigado que partem ao encontro da morte sem hesitar, quando se tem em jogo a primazia pelo correto ou por uma causa coletiva¹⁰⁹. Contudo, a problemática no caso de Alcibíades não foi apenas a fuga do seu julgamento e provável condenação, mas a imediata associação aos inimigos de Atenas e o forte engajamento na luta pela derrota da *polis*.

Por todo esse conjunto é que se avalia a má condução da *polis* quando em sua liderança esteve Alcibíades. E a obra de Tucídides, complementada pelas reflexões advindas das leis de Sólon e das ideias transmitidas pelo método socrático, proporciona o seguinte entendimento sobre liderança e governo: na forma democrática de governo, para ser

¹⁰⁹ Vide o próprio exemplo de Sócrates, ou ainda, o de Jesus Cristo – cuja influência histórica é notória (HADOT, 2010).

estabelecida a ordem justa das coisas, a *polis* depende de líderes compromissados com o bem comum. As qualidades da cidade vão refletir as qualidades dos indivíduos que a compõem e, especialmente, de seus líderes. Estar à frente de uma cidade não deve ser o prazer final daquele que assume esse lugar, pelo contrário, o bom líder deve estar preparado para ser desgostado pelos cidadãos uma vez que busca agir pelo bem comum e não pelos interesses individuais. Entendemos que esse desgosto advém, naturalmente, pelo simples fato de que não será possível atender todos os desejos individuais, pois, ou se tem um reino do atendimento dos desejos privados, correndo-se o invariável risco de afundar-se em desigualdades extremas, ou os indivíduos sofrem certas privações dos desejos em troca do bem-estar comum.

A formação desses líderes e o despertar das massas para interesses mais dignos, como os coletivos, podem iniciar-se com implantação de regras ou leis que gerenciem a convivência. No entanto, a mudança para melhor é um caminho individual, que parte do interno para o externo, e não o contrário – é uma jornada interior pautada em questionamentos, que busca romper com ideias equivocadas ainda instauradas em cada um, proporcionando um despertar definitivo para as coisas mais importantes da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES DE PESQUISA

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ROMILLY, Jacqueline de. **História da Guerra do Peloponeso – Livro I – Tucídides**. Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

OBRAS DE AUTORES ANTIGOS

EURÍPIDES. **The plays of Eurípides** - Volume Two. Tradução para o inglês de Shelly, Dean Milman, Potter e Wodhull. Londres: Everyman's Library, 1908.

LAÉRCIO, Diógenes. Vidas, Opiniones y sentencias de los filósofos mas ilustres. In: _____. **Biografos Griegos**. Tradução para o espanhol de Antonio Sanz Romanillos, Jose Ortiz y Sanz, Jose M. Riaño. Madrid: Aguilar, 1973.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. Tradução de André Malta. São Paulo: Coleção L&PM Pocket, 2008.

_____. **Critão, Menão, Hípias Maior e outros**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Pará: EDUFPA, 2007a. 2. ed.

_____. **Fedro - Cartas - O Primeiro Alcibíades**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Pará: EDUFPA, 2007b. 2. ed.

_____. **Protágoras – Górgias – Fedão**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Pará: EDUFPA, 2002. 2. ed. Versão eletrônica disponível em: <http://br.egroups.com/group/acropolis/>. Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia). Acessado em: 15 jul. 2012.

_____. **Protágoras / Platão**. Tradução de Ana Elias Pinheiro. Lisboa: Relógio D'Água, 1999.

_____. **Protágoras**. Tradução de Eleazar Magalhães Teixeira. Fortaleza: EUFC, 1986.

_____. **O Banquete**. Tradução de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1972, Col. "Os Pensadores".

PLUTARCO. Alcibíades. In: _____. **Vidas**. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.

ESTUDOS CRÍTICOS

ADOCK, F.E. The Speeches. In: **Thucydides and his history**. Cambridge: University Press, 1963.

BARROS, Gilda N. M. de. **Sólon de Atenas – A cidadania antiga**. São Paulo: Humanitas. FFLCH/USP, 1999.

BONNARD, André. **A Civilização Grega**. Tradução de José Saramago. Lisboa: Edições 70, 2007.

BRANDÃO, Junito de Souza. Homero e seus poemas: deuses, mitos e escatologia. In: **Mitologia Grega**. v. I. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2009. 21. ed.

_____. **Mitologia Grega**. v. III. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2009. 15. ed.

BRUNA, Jaime. **Eloquência Grega e Latina - Tucídides, Lisias, Isócrates, Ésquines, Demóstenes, Salústio, Cícero**. Coleção Universidade de Bolso. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

COGAN, Marc. **The human thing - the speeches and principles of Thucydides' History**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

COSTA, J. Fernandes. **Historia da Grecia**. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1902.

DOVER, K.J. A literatura grega posterior o Homero. In: LLOYD-JONES, Hugh (org.). **O mundo grego**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. 2. ed.

DUHOT, Jean-Joël. **Sócrates ou o despertar da consciência**. Tradução de Paulo Menezes. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FERREIRA, José Ribeiro. **A Grécia Antiga**. Lisboa, 1992.

_____. **Aspectos da Democracia Grega**. Lisboa, 1988.

FINLEY, Moses I. **História Antiga – testemunhos e modelos**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. Tucídides, o moralista. Tradução de Marcelo Brandão Cipola. In: _____. **Aspectos da Antiguidade**. Lisboa: Edições 70, 1991.

_____. Mito, memória e história. In: **Uso e Abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 2. ed.

_____. **Os gregos antigos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1963.

FISCHER, Nick R. E. **Hybris – a study in the values of honour and shame in Ancient Greece**. Aris & Philips, 1992.

GOMME, A.W. ANDREWS, A. DOVER, K.J. **A historical commentary on Thucydides**. Oxford: The Clarendon Press, 1950. Vol. 4

HADOT, Pierre. **O que é a Filosofia Antiga?** São Paulo: Edições Loyola, 2010. 4. ed.

HENRY MUSGRAVE WILKINS, M.A. **Speeches from Thucydides**. Londres: Longmans, 1873.

HORNBLOWER, Simon. **Thucydides**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

JAEGER, W. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes/UNB, 2010. 5. ed. 1986.

LEÃO, Delfim F. Matéria religiosa: processos de impiedade (*asebeia*). In: LEÃO, D.F. ROSSETTI, L. FIALHO, M. do Céu. (eds.). **Nomos. Direito e Sociedade na Antiguidade Clássica**. Coimbra e Madrid: Imprensa da Universidade de Coimbra e Ediciones Clásicas, 2004.

MAIRE, Gaston. **Platão**. Tradução de Rui Pacheco. Lisboa: Edições 70, 1966.

MARROU, Henri-Irénée. **História da Educação na Antiguidade**. Tradução de Mário Leônidas Casanova. São Paulo: Editora Herder, 1966.

MONDOLFO, Rodolfo. **O Pensamento Antigo**. v. II. Tradução de Lycurgo da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

_____. **Sócrates**. São Paulo: Mestre Jou, 1972. 3. ed.

MOSSÉ, Claude. **O processo de Sócrates**. Tradução de Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. **Atenas: A história de uma democracia.** Tradução de João Batista da Costa. Brasília: Editora UnB, 1982. 2. ed.

NUSSBAUM, Martha C. **A Fragilidade da Bondade: Fortuna e Ética na Tragédia e na Filosofia Grega.** Tradução de Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

PAGE, Danys. O mundo homérico. In: LLOYD-JONES, Hugh (org.). **O mundo grego.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. 2. ed.

PEREIRA, Maria Helena da R. **Estudos de História da Cultura Clássica.** v. I – Cultura Grega. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 9. ed.

PIRES, Francisco Murari. Péricles e Cleonte, Democracia e Demagogia. In: _____. **Mithistória.** São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 1999.

REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica.** Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004. 2. ed.

ROBERT, Fernand. **A literatura grega.** São Paulo: Martins Fontes/Universidade hoje, 1987.

RODRIGUES, Antonio M. **As utopias gregas.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ROMILLY, Jacqueline de. **Thucydides and Athenian Imperialism.** Oxford: Basil Blackwell, 1963.

_____. **Alcibíades; ou, Os perigos da ambição.** Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

_____. **História e razão em Tucídides.** Tradução de Tomás Rosa Bueno. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

SAHLINS, Marshall David. **História e Cultura: apologias e Tucídides.** Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SNELL, Bruno. **A cultura grega e as origens do pensamento europeu**. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2009:1955.

THONNARD, A. A. F.-J. **Compêndio de História da Filosofia**. v. I. Traduzido por Valente Pombo. São Paulo: Editora Herder, 1968.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Bertrand Brasil, 1992.

_____. **Do Mito à razão**. Tradução de Haiganuch Sarian. São Paulo: Difusão europeia do livro, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

MANUAL

LAUSBERG, Heinrich. **Elementos da Retórica Literária**. Tradução de R.M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calousta Gulbenkian, 1965:1963.

ESTUDOS METODOLÓGICOS

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica - teoria e método**. Tradução de Andrea Dore. Bauru/SP: Euduse, 2006.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. Coleção Estudos – 85. São Paulo: Perspectiva, 2010 23. ed.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

STEYN, Leonora. **Models of demagogic rhetoric in Thucydides: from archidamus to Alcibiades**. Dissertação de Mestrado. University of South Africa, 2007.

TANCREDI, Matheus P. de Campos Borges. **Honra no Direito Ático**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS

AVERY, H.C. Themes in Thucydides' account of the Sicilian Expeditions. **Hermes** 101, p. 1-13 (2).

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada com à dos modernos. **Revista Filosofia Política**, n. 2, 1985.

COOPER, Guy L. III. Alcibiades' criticism of Nicias at Thucydides. **Transactions of the American Philological Association**, V. 109, 1979.

GASTAUD, Carla. Historiografia Grega: Tucídides e a Guerra do Peloponeso. **Historia em Revista**. n. 07. Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <http://ich.ufpel.edu.br/ndh/downloads/historia_em_revista_07_Carla_Gastaud.pdf>. Acessado em: 05 ago. 2012.

GUTMAN, Guilherme. Amor celeste e amor terrestre: o encontro de Alcibiades e Sócrates em *O banquete* de Platão. **Rev. Lationoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 539-552, set. 2009.

KOHAN, Walter O. Infância e educação em Platão. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 11-26, jan./jun. 2003.

LIEBESCHUETZ, W. Thucydides and the Sicilian Expedition. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, Bd. 17, H. 3, p. 289-306, jul. 1968. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4435034>>. Acessado em: 17 set. 2013.

MAGALHÃES, Luiz Otávio de. Tucídides: a natureza humana e as causalidades da história. **História Revista**, n. 6(2), jul./dez. 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. Acerca da relação do discurso de Alcibíades com os outros discursos do *Banquete* platônico (1864). Tradução para o português de Ernani Chaves. **Hypnos**, São Paulo, n. 28, p. 183-186, set. 2012.

PINHEIRO, Ana Elias. Crítias e Alcibíades, dois exemplos de corrupção. **Máthesis** n. 17, p. 39-55, 2008. Disponível em: <http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/mathesis/Mat17/Mathesis17_39.pdf>. Acessado em: 07 ago. 2013.

VALLE, Lílían do. Ainda sobre a formação do cidadão: é possível ensinar a ética? **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 76, out. 2001.

VÁRZEAS, Marta. Entre a história e a ficção: os discursos na obra de Tucídides. **Literatura e História** – Actas do Colóquio Internacional, Porto, V. II, p. 277-282, 2004.

VENIER, Martha E. De Péricles a Sicília. **Foro Internacional** 204, LI, p. 356-364, 2011 (2).

WESTLAKE, H.D. Nicias in Thucydides. **The Classical Quarterly**, vol. 35, n. 1/2, p. 58-65, jan./abr. 1941, Published by Cambridge University Press.

ANAIS DE CONGRESSO

ADKINS, Arthur W.H. **The Arete of Nicias**: Thucydides 7.86. University of Chicago, 1975.

LEITE, Isabela F.S. **Criação, Hybris e transgressão na mitologia heroica**. Anais do XVIII Congresso da AJB - Criação. Curitiba/PR. Out.2010. Disponível em: <<http://www.ijpr.org.br/doc/monografias/Trabalho%20de%20Isabela%20Fernandes%20%20Cria%C3%A7%C3%A3o,%20H%C3%BDbris%20e%20Transgress%C3%A3o%20na%20Mitologia%20Her%C3%B3ica.pdf>>. Acessado em: 03 mai. 2013.

RESENHA

BRANDÃO, Jacyntho Lins. O príncipe dos historiadores. In: Jornal de Resenhas. **Folha de S. Paulo**. 09 out. 1999.

DICIONÁRIOS

ABBAGNANO, Nicolas. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1.^a Edição de Alfredo Bosi; revisão e nova tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 5. ed.

BOWDER, Diana. **Quem foi quem na Grécia Antiga** - Dicionário biográfico. São Paulo: Círculo do livro, 1982.

HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de Literatura Clássica Grega e Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

APÊNDICE A

Alcibíades após a partida da expedição siciliana

Concomitante aos preparativos para a Expedição à Sicília, a conduta imprópria de Alcibíades em sua vida privada iria levá-lo a responder à condenação por profanação:

Alcibíades, entre outros, estava incluído na denúncia [de profanação], encampada pelos cidadãos que mais o odiavam pelo fato de ele constituir um obstáculo às suas aspirações à conquista da preferência popular; esses homens, pensando que, se conseguissem livrar-se dele, poderiam ocupar as primeiras posições na cidade. (TUCÍDIDES, VI.28.4-8)

No entanto, ao ser-lhe negado o julgamento antes da partida da expedição, resta a Alcibíades participar da despedida entre os que ficam na *polis* e os que partem. Esse encontro é triunfal, devido à pompa com que se revestiram os preparativos. “Estes primeiros efetivos a partir foram os mais dispendiosos e pomposos jamais preparados por uma única cidade até aquela época, e composto apenas de forças helênicas” (TUCÍDIDES, VI.31.7-9), “jamais uma expedição havia partido para uma viagem tão longa por mar, e com tão grandes esperanças em relação ao futuro em contraste com o presente” (TUCÍDIDES, VI 31.44-46).

Já nas primeiras investidas para formar alianças, os atenienses sofrem dificuldades para conseguir apoio militar e financeiro. As promessas feitas por Alcibíades em seu discurso¹¹⁰ caem por terra. Neste clima de insegurança, Nícias argumenta em favor do recuo ateniense ante as dificuldades constatadas, mas Alcibíades defende que os atenienses “não deveriam regressar humilhados, sem nada fazer” (TUCÍDIDES, VI.48.2-3). Ao recorrer ao orgulho ateniense, somado a uma indicação de possível solução, a expedição prossegue conforme aconselha Alcibíades.

Em busca de aliados, as naus atenienses prosseguem aportando nas cidades, a caminho da Sicília. Durante a incursão a Catana, uma nau ateniense aguardava a chegada da expedição, seguindo as ordens da *polis* para levar Alcibíades e outros soldados acusados de profanação, a fim de defenderem-se diante da *polis*. As discussões quanto à profanação correram sem a presença dos suspeitos, que precisariam voltar à Atenas e apresentar suas defesas contra as investigações realizadas com empenho desde a partida da expedição. Os

¹¹⁰ Cf. TUCÍDIDES, VI.17.23-27.

opositores de Alcibíades¹¹¹ utilizaram com eficácia sua depravação na sua vida privada como provas de uma conduta antidemocrática e desrespeitosa perante a lei, formulando prova de que havia um aspecto tirânico em Alcibíades em estado latente. Envolvido em diversas suspeitas, Alcibíades iria submeter-se ao julgamento e à possível condenação à morte.

Decidiu-se, na *polis*, pela cautela em abordá-los na Catânia, visando não provocar rebeliões por parte dos militares nem desestabilizar os ânimos dos atenienses diante da missão que deveriam cumprir na Sicília. Esse fator, porém, possibilitou que Alcibíades e os outros acusados partissem em sua própria embarcação. Não obstante isso, a concessão dessa medida resultou na fuga de Alcibíades: “Quando, porém, chegaram a Túrios, deixaram de segui-la, abandonando a nau e desaparecendo, com receito de voltar para submeter-se a julgamento diante da animosidade existente contra eles” (TUCÍDIDES, VI.61.29-32).

A partir dessa decisão, Alcibíades é exilado e condenado à morte por revelia. Naquele momento, o respeito aos mecanismos da democracia imperou sobre a estratégia de guerra, ou de qualquer argumento a favor da Expedição à Sicília. Quanto aos desdobramentos dela, Jaeger (2010, p. 436) conta:

Neste encadeamento de circunstâncias, no fato de o único chefe capaz de conduzir com mão segura o Estado em semelhante empreendimento ser odiado e invejado pelo povo, vê Tucídides como uma das causas fundamentais da decadência de Atenas. Era impossível levar a bom termo o plano de Alcibíades, se desde o início da campanha era desterrado aquele que o inspirava e dirigia.

Ato contínuo, Alcibíades navega em uma embarcação mercante com seus companheiros de exílio pela região, e para o prejuízo de Atenas. Por desterrar seu comandante, a *polis* sofreu as represálias de Alcibíades. Sua traição não significava apenas “um fator a menos para Atenas [mas também], um fator a mais para seus inimigos” (ROMILLY, 1996, p. 118).

O primeiro prejuízo se dá no momento em que Atenas, em sua busca por suprimentos, recursos financeiros e aliados em Messênia, encontra resistência:

Logo após o seu regresso as forças atenienses em Catânia embarcaram e saíram com destino a Messênia, na esperança de que ela lhes fosse entregue à traição. As negociações, porém, não foram bem-sucedidas, pois Alcibíades, imediatamente após deixar o comando e partir em face da

¹¹¹ Para Romilly (1996, p. 106-107), tanto os democratas quanto os oligarcas constituem “os inimigos de Alcibíades” e, em geral, suas razões partem de “disputas pessoais, os ciúmes, a irritação causada por muitas provocações”.

intimação vinda de Atenas, agora na condição de asilado dera informações a respeito da conspiração, da qual estava a par, aos amigos dos siracusanos e Messênia; estes haviam executado os conspiradores sem perda de tempo; quando os atenienses chegaram já os encontraram sublevados e armados, e suficientemente fortes para impedir que a cidade os acolhesse. (TUCÍDIDES, VI.74.1-9)

*

* *

O jovem comandante não opta por refúgio e anonimato; ainda que destituído do mais alto cargo militar de Atenas, sem pátria nem bens, a sua reação surpreende o mundo helênico, pela audácia que exhibe (ROMILLY, 1996). Alcibíades aceita o convite dos lacedemônios para ir a Esparta com um salvo-conduto; quando desembarca, a cidade estava em meio às dúvidas, pois os siracusanos e os coríntios apelavam por seu apoio para refrear os propósitos atenienses. Entretanto, Esparta não estava segura sobre seu envolvimento nesse conflito, lembrando que foi a custo que o ateniense Nícias buscou reatar os frágeis laços de paz com os lacedemônios, em especial depois do golpe de Alcibíades contra Esparta em assembleia pela causa do mantineus.

Alcibíades discursa para os lacedemônios, e suas palavras engrossam o movimento de apelo às causas dos siciliotas. Ao subir na tribuna, incita os lacedemônios a guerrear contra Atenas. Unidos no mesmo apelo, os siracusanos, os coríntios e Alcibíades obteriam êxito. Quanto ao seu discurso, ressaltamos a capacidade apresentada por Alcibíades, ao posicionar-se diante daqueles que considera inimigos políticos. Mesmo sendo próximo rejeitado nessa pátria, dispõe de notória facilidade em discursar diante desses ouvintes. O jovem comandante demonstrou capacidade de *ajustar-se às circunstâncias* por intermédio do conhecimento a respeito dos lacedemônios (sua ambientação política e valores) e a utilização desses recursos em prol de sua própria causa.

Para Finley (1963), falar em uma assembleia requer do cidadão *o dom da oratória*, e completamos: para discursar e convencer os inimigos a seguir seus conselhos, é preciso alguma habilidade a mais. Romilly (1996, p. 126) também comenta esse discurso: “Houve traidores na história: o que talvez tenha faltado foi quem fizesse a apologia da traição com tanta lucidez, audácia e autoridade”. Esta é a condição que viabiliza o exílio de Alcibíades se dar conforme os seus moldes. Ou seja, diferente do exilado político que, como de costume, recorre a outras cidades pedindo ajuda para voltar à pátria, o *pedido de ajuda* de Alcibíades “tomava ares de impiedosa vingança” (ROMILLY, 1996, p. 132). Entendemos que

a adoção da vingança, por si só se traduz em um ato desmedido. Nas ações de Alcibíades, caracterizadas pela *hybris*, atua a fúria com que dirige seus planos contra Atenas, esta colocada ao lado dos inimigos.

No 18.º ano de conflito (414), os espartanos irão seguir os conselhos de Alcibíades, adotando suas estratégias e utilizando-se de suas informações. Contudo, retornando à *História*, haverá uma lacuna em todo o Livro VII, Alcibíades não é citado; seu retorno se dará no livro seguinte. Nesse interregno, Tucídides narra os ganhos e as perdas de ambos os lados do conflito. No 19.º ano, quando a Ática é tomada pelos lacedemônios, seguindo os conselhos de Alcibíades, Atenas sofre perdas, e a condição de vida torna-se precária. Nesse mesmo ano, Nícias e seu exército são capturados e mortos pelo inimigo¹¹².

No final de 413, 19.º ano da Guerra, a corte de Farnábazos¹¹³ busca aproximação com os lacedemônios, no intento de formar uma aliança com o Rei persa. Assim também, o sátrapa Tissafernes¹¹⁴ buscou aproximar-se de Esparta. A segunda missão logrou êxito, em razão, principalmente, de os lacedemônios estarem “muitos propensos a aceitar as propostas dos quianos e de Tissafernes, influenciados principalmente por Alcibíades” (TUCÍDIDES, VIII.6.13-15). Para o autor, o que favoreceu essa inclinação de Alcibíades à aliança entre Esparta e o Rei persa foram os laços de hospitalidade decorrentes da tradição familiar de Alcibíades para com o éforo¹¹⁵ Êndios¹¹⁶.

No ano seguinte, Alcibíades estreita seu contato com a corte persa e passa a aconselhar Êndios e outros éforos, influenciando suas decisões a respeito das manobras militares em curso. O jovem comandante expatriado movia-se pelo desejo de levar a Guerra à Iônia naquele 20.º ano de contenda.

A Êndios, em particular, ele (Alcibíades) disse que seria uma honra para o mesmo provocar com suas gestões a defecção da Iônia e fazer do Rei um aliado dos lacedemônios, instando-o a não deixar que isto viesse a ser uma conquista de Ágis, com o qual Êndios tinha divergências¹¹⁷. (TUCÍDIDES, VIII.12.7-11).

¹¹² Sobre a morte de Nícias, escreve Tucídides (VII.86.23-25): “Os siracusanos mataram Nícias, o homem que entre todos os helenos de meu tempo menos merecia sofrer aquela desventura, pois todo o curso de sua vida foi inteiramente orientado pelos ditames da virtude”.

¹¹³ Sátrapa persa de Dascílio, região costeira de Helésponto.

¹¹⁴ Sátrapa persa de Sardes, na Jônia.

¹¹⁵ Segundo Romilly (1996, p. 124), os éforos são “altos magistrados eleitos para controlar as autoridades dos reis”. Em sua passagem por Esparta, Alcibíades irá jogar uma autoridade contra a outra: o éforo Êndios e o rei Ágis.

¹¹⁶ Tucídides explica que essa proximidade pela hospitalidade é a razão pela qual a família de Alcibíades adquire esse nome lacônico, pois o pai de Êndios chamava-se Alcibíades (TUCÍDIDES, VIII.6).

¹¹⁷ Segundo Kury (1982), havia suspeitas de que Êndios mantinha um caso amoroso com a esposa do rei Ágis.

Tucídides narra as expedições realizadas por Alcibíades e o lacedemônio Calcideus. Elas tinham por objetivo levar à rebelião contra Atenas e criar condições políticas para a formação da aliança entre Esparta e Pérsia. De modo semelhante ao serviço que prestou à *polis* ateniense, antecedente à Expedição à Sicília, Alcibíades agora percorre outros territórios com o objetivo oposto àquele realizado em nome de Atenas: não mais para manter o domínio ateniense sobre as cidades submissas, mas, ao contrário, instigando-as a rebelarem-se contra tal regime e, em consequência, afetando o poderio de Atenas.

Alcibíades, após as expedições em que lutara junto à Tissafernes, torna-se suspeito aos lacedemônios e, ao ter ciência de que Astíocos, comandante lacedemônio, havia recebido ordens para matá-lo, fica alarmado. Para Tucídides, o rei Àgis o tinha como inimigo pessoal, considerando-o pessoa *indigna de confiança* (TUCÍDIDES, VIII.45). Rememorando sua fuga do julgamento ateniense, Alcibíades retira-se para a sede da satrapia de Tissafernes, “passando a prejudicar os peloponésios junto a ele tanto quanto podia” (TUCÍDIDES, VIII.45.7-8) – assim, para salvar sua vida, Alcibíades trai os lacedemônios tornando-se διδασκαλο de Tissafernes, oferecendo ao sátrapa informações sobre Esparta.

A atuação de Alcibíades junto aos persas é um dos pontos-chave do prolongamento da guerra. O comandante ainda sem pátria insta Tissafernes a não ter pressa em terminar o conflito, aconselhando o sátrapa a prometer auxílio, em forma de dinheiro ou naus, aos dois lados da batalha, isso com intuito de enfraquecer as potências ao mesmo tempo que as mantinha sob seu domínio. Mas, aos poucos, os conselhos de Alcibíades a Tissafernes mudam o curso, e passam a sugerir que os persas aliem-se a Atenas; sua argumentação é clara:

Unida aos persas, Atenas não somente manteria os mares submissos à sua autoridade, mas também ajudaria o Rei a submeter os helenos que viviam em seus domínios. Os lacedemônios, ao contrário, tinham vindo para libertá-los. (TUCÍDIDES, VIII.46.15-18)

Assim, Alcibíades aconselha-o, segundo Tucídides, não só porque sua estratégia estava correta, mas também “porque ao mesmo tempo estava trabalhando para assegurar o seu retorno à pátria, ciente de que, se a livrasse da ruína, algum dia poderia convencer os seus concidadãos a recebê-lo de volta”¹¹⁸ (TUCÍDIDES, VIII.47.3-5).

¹¹⁸ “Pode-se indagar se, desde o início, em sua passagem pela corte de Tissafernes, Alcibíades já não pretendia preparar sua futura reaproximação com Atenas. Deve ter sempre sonhado com isso. O desejo de voltar deve ter-se mesclado sempre ao rancor. Mas a possibilidade desse retorno adquiria agora contornos mais precisos [...] ele

Segundo o historiador antigo, o meio que Alcibíades tinha para persuadir os atenienses era dar-lhes a impressão de “estar intimamente relacionado com Tissafernes” (TUCÍDIDES, VIII.47.5-7). E, assim, os soldados atenienses em Samos que recebiam mensagens de Alcibíades, entenderam que o comandante expatriado exercia uma ascendência sobre o sátrapa persa. Seguindo seus planos, propõe aos atenienses uma troca, segundo uma condição: “dizendo-lhes que ele desejava voltar à pátria, mas sob um regime oligárquico¹¹⁹, e não sob aquela miserável democracia que o banira, para viver lá entre os seus concidadãos, levando-lhes a amizade de Tissafernes” (TUCÍDIDES, VIII.47.11-14). A supressão do governo democrático foi posta como medida necessária para que o Rei depositasse sua confiança nos atenienses.

O efeito dessa proposição é imediato. Os trierarcas atenienses e os homens de maior influência entraram na campanha contra o fim da democracia em Atenas, sob a alegação de que os homens vindos de Samos que conferenciaram com Alcibíades na sede sátrapa conspiravam com os cidadãos influentes ao mesmo tempo que abertamente diziam “que o Rei seria amigo dos atenienses e lhes forneceria dinheiro se Alcibíades fosse chamado de volta e se a democracia deixasse de existir” (TUCÍDIDES, VIII.48.11-13). A repercussão desse anúncio mobilizou a oposição ao fim da democracia em Atenas e ao retorno de Alcibíades, e Frínicos, comandante ateniense, defendeu com veemência que a *polis* não aceitasse os termos de Alcibíades. Quanto a essa disposição, Tucídides (VIII.48.35-36) escreve:

[...] [Frínicos] acreditava que Alcibíades - e esta era a realidade¹²⁰ - não desejava a oligarquia mais que a democracia; seu único objetivo, de um modo ou de outro, era mudar a ordem estabelecida na cidade para assegurar o seu retorno a chamado de seus adeptos.

A partir do momento em que a oposição coloca-se nos debates públicos, ronda a *polis* o risco da guerra civil. As tensões dividiam-se no apoio a Alcibíades e no contrário, em que se destacava Frínicos, que buscava delatar o expatriado e por vezes obtinha apoio popular, em especial quando sobressaía a fama de que “Alcibíades não tinha a reputação de pessoa confiável” (TUCÍDIDES, VIII.51.12-13). A ocasião também requeria sinais de

deve ter compreendido logo que arrasar Atenas não era tão digno de seus desejos quanto poupá-la para poder, um dia, regressar a ela como salvador” (ROMILLY, 1996, p. 149)

¹¹⁹ “A troca de posição política, na conjuntura da época, não é exclusividade de Alcibíades. Tudo acontece e pode acontecer, quando os confrontos, numa democracia, cedem mais espaço a lutas pessoais do que as sendo do bem comum” (ROMILLY, 1996, p.154).

¹²⁰ Eis um dos momentos em que Tucídides expõe seu ponto de vista. Nesse caso, interpretamos que seu objetivo fosse o de assegurar que a manobra de Alcibíades confirmasse sua falta de caráter.

amizade por parte de Tissafernes; no entanto, o sátrapa não se apresentava inclinado a estabelecer laços com Atenas, o que levou Alcibíades a persuadi-lo e cortejá-lo, considerando seu interesse em retornar de modo triunfal a Atenas.

Conta-nos Tucídides (VIII.63) que, em vista das gestões de Alcibíades em favor da Oligarquia, as duas facções em Atenas tornaram-se proeminentes. Em razão disso, estabeleceu-se um clima de desconfiança entre os atenienses que os imobilizou militarmente mesmo diante do ataque dos inimigos, pois uma vertente alimentava receios de ser apunhalada pela outra. Assim, a intensidade de sua influência sobre os atenienses se mostra mesmo nestas circunstâncias: quando ainda é considerado um traidor da *polis* condenado à morte por revelia.

No início de 411, faltavam alternativas para a salvação da *polis*, nas circunstâncias em que havia escassez de recursos e de aliados. A oligarquia e Alcibíades eram vistos como os meios de reverter a situação de Atenas:

Pois isto só será possível primeiro se adotarmos uma política mais sábia e entregarmos os cargos públicos a um número mais restrito de pessoas, a fim de que o Rei possa confiar em nós; depois, se em nossas deliberações dermos agora mais atenção à nossa salvação que à nossa forma de governo (mais tarde poderemos fazer mudanças se algo nos desgostar); e finalmente se chamarmos de volta Alcibíades, hoje o único homem capaz de realizar tudo isto. (TUCÍDIDES, VIII.53.19-25)

Com a aquiescência do povo, ainda que feita com desagrado, Alcibíades obtém êxito em seus planos e torna-se necessário, se não imprescindível, à *salvação* de Atenas de sua ruína a caminho. Entretanto, há apenas uma *aparência de salvador*, pois Tissafernes não estava certo sobre a aliança com Atenas, o receio dos peloponésios era maior do que o dos atenienses. Com intuito de manter sua encenação:

Alcibíades resolveu aconselhar Tissafernes a fazer as maiores exigências imagináveis aos atenienses, de maneira a impedir o acordo com eles [...] [Alcibíades] não queria que os atenienses pensassem que ele não fora capaz de convencer Tissafernes, e sim que este se deixara persuadir e desejava um acordo, mas Atenas não lhe havia oferecido o bastante. (TUCÍDIDES, VIII.56.8-14)

Os atenienses em Samos, após a conferência com Tissafernes, optaram por ignorar a proposta de Alcibíades sem, contudo, deixarem de lado a proposta de implantar a oligarquia em Atenas. Diziam, os soldados, que Alcibíades “não seria o homem adequado em uma oligarquia” (TUCÍDIDES, VIII.63.17). Entretanto, somente no ano seguinte, o 21.º ano

de guerra, é que a Democracia é abolida em Atenas pela influência dos homens de prestígio com auxílio do uso da força. Agindo como conspiradores, a oligarquia assume a *polis* espalhando medo e desconfiança entre os cidadãos. As medidas tomadas que visavam ao êxito desta mudança foram: a execução de pessoas que apoiavam o exílio de Alcibíades e dos partidários à democracia, em conjunto com a abolição da democracia nas cidades submissas a Atenas.

*

* *

Em Samos, as tropas reagiam ao movimento que se instaurou em Atenas, havia controvérsias na região: o exército buscava compelir os concidadãos a manter o regime democrático enquanto a frente oligárquica procurava impor este novo regime à força aos militares. Trasíbulos, defensor da democracia, convence os homens proeminentes dessa região a agirem em prol do retorno de Alcibíades. De propositor da oligarquia, o jovem passa a ser a figura que *salvará* Atenas desse regime. Ao ser votado pelo seu retorno, Trasíbulo leva-o a Samos, com um salvo-conduto. Nessa oportunidade, Tucídides pontua o que foi dito aos militares atenienses:

[...] [I] Alcibíades se queixou, entre muitas lamúrias, de seu infortúnio pessoal na condição de exilado; [II] falou também longamente de assuntos políticos, [III] inspirando nos participantes da assembleia esperanças nada modestas a respeito do futuro de sua causa, e [IV] exagerando demasiadamente sua influência junto a Tissafernes. (TUCÍDIDES, VIII.81.9-13, enumeração nossa)

Segundo o autor, os objetivos com a sua fala eram:

[...] [I] inquietar os homens fortes da oligarquia e [II] provocar a desagregação dos grupos de conspiradores em Atenas; queria também [III] aumentar o seu prestígio pessoal em Samos, levando os soldados a confiarem mais nele; junto ao inimigo, enfim, [IV] queria levantar contra Tissafernes as maiores suspeitas possíveis, fazendo desmoronar as esperanças presentes dos peloponésios. (TUCÍDIDES, VIII.81.14-19, enumeração nossa)

Listando uma série de promessas, dentre elas uma que era o “máximo em matéria de jactância” (TUCÍDIDES, VIII.81.20), Alcibíades coloca na boca de Tissafernes juras arrebatadoras: “enquanto lhe restasse [ao sátrapa persa] algum bem, não deixaria os atenienses

carentes de recursos, ainda que tivesse que vender o próprio leito, desde que pudesse confiar neles” (TUCÍDIDES, VIII.81.21-23). Assim, apresentado de forma a aparentar serem os planos de Tissafernes, Alcibíades promete a vinda das naus fenícias em troca de os atenienses preservarem sua confiança: “se o próprio Alcibíades, de volta são e salvo, servisse de garantia da fidelidade dos atenienses junto a ele” (TUCÍDIDES, VIII.81.25-27). Sob o efeito de suas palavras, Alcibíades é eleito comandante pelos soldados atenienses em Samos.

Alcibíades busca aparentar proximidade com Tissafernes, assim como anseia mostrar ao sátrapa sua restituição ao cargo de estrategista ateniense – julgando que assim, segundo Tucídides, aumentaria seu prestígio aos olhos dos persas. Por um lado, prometia o apoio do Tissafernes em favor de Atenas e às naus fenícias, aos soldados em Samos; por outro, como comandante ateniense, mostrar-se-ia em condições de causar benefícios ou malefícios aos persas. O historiador antigo resume bem essa circunstância: “Alcibíades estava apenas usando Tissafernes para intimidar os atenienses, e os atenienses para intimidar Tissafernes” (TUCÍDIDES, VIII.82.16-17).

O jovem comandante, de volta a Samos, encontra uma assembleia irada com as decisões tomadas na *polis* ateniense, inclinada a partirem naquele momento e atacar o Pireu. A intervenção contra tal medida parte de Alcibíades, e esse será o único elogio feito por Tucídides ao jovem ateniense:

Parece-me que naquele momento, e pela primeira vez, Alcibíades prestou à sua cidade um serviço que ninguém teria prestado tão bem quanto ele, pois quando os atenienses em Samos estavam ansiosos por partir para atacar o seu próprio povo - se eles tivessem partido a Iônia e o Heléspontos com certeza cairiam rapidamente em poder do inimigo foi ele quem impediu que isto acontecesse. Naquele momento crucial nenhum outro homem teria sido capaz de conter a multidão, mas ele a levou a desistir da ideia da viagem e, reprovando aqueles que hostilizavam os emissários movidos por rancores pessoais, conseguiu apaziguá-los. (TUCÍDIDES, VIII.86.17-25, grifo nosso)

Nesse excerto, observa-se uma opção pouco usual em Alcibíades, o recuo, o impedimento de uma ação. Questiona-se se esse recuo é uma evidência da expressão da ponderação; ou ainda se não poderia ser uma manifestação de seu amor pela *polis* – considerando que concretizar o ataque ao Pireu poderia resultar na falência da cidade em uma Guerra Civil.

[...] exortou-os a resistir, não recuando de forma alguma diante do inimigo, pois entre eles, desde que a cidade fosse salva, haveria grandes esperanças de reconciliação, mas se uma facção ou a outra fosse aniquilada - não

importa se a de Samos ou a de Atenas - já não haveria sequer partes para se reconciliarem. (TUCÍDIDES, VIII.86.31-35)

Tais palavras, ditas por Alcibíades, em assembleia, são ouvidas pelos emissários dos Trinta Tiranos que estiveram em Samos e calaram fundo nos oligarcas no poder – que, junto ao prognóstico pouco favorável à continuidade do regime oligárquico, fariam com que os Trinta Tiranos pensassem nas vantagens políticas de efetivar o regime dos Cinco Mil¹²¹.

Ainda no 21.º ano de guerra, o último narrado por Tucídides, os peloponésios resguardavam-se dos persas, tendo em vista o retorno de Alcibíades a Atenas e sua proximidade com Tissafernes. As incertezas por parte de Esparta e seus aliados também tinham como origem a postura de Alcibíades nas assembleias em Samos – pois este frisava a proximidade que mantinha com o sátrapa persa. Tissafernes, por seu turno, tencionava o reestabelecimento dos laços de confiança com peloponésios e, para isso, preparava-se para ir a Aspendos, buscar as naus fenícias para contribuir com Esparta e seus aliados. Alcibíades, ciente de que essa era uma promessa que não se realizaria, tira proveito da circunstância, “prometendo às tropas em Samos um benefício seguro e grande, pois traria a frota fenícia para os atenienses, ou então impediria de qualquer modo a entrega da mesma aos peloponésios” (TUCÍDIDES, VIII.88.2-4). Ao mesmo tempo que buscava mostrar-se bem sucedido para seus concidadãos, comprometia a reputação de Tissafernes junto aos peloponésios – pois daria a entender que o sátrapa não entregaria as naus fenícias em razão da “estima de Tissafernes por ele [Alcibíades] e pelos atenienses” (TUCÍDIDES, VIII.88.7-8). Com essa manobra, Alcibíades obriga Tissafernes a propender para o lado dos atenienses na guerra.

No intervalo, no qual Alcibíades não é referenciado, acompanhamos os desdobramentos político-militares em Atenas. Circundava, entre os soldados atenienses, a preocupação com a resistência de Atenas, tendo em vista que a situação que já alcançava um nível crítico após as derrotas na guerra, decaí após a rebelião na Eubeia¹²². Entretanto, aquilo que marca Atenas e diferencia seus cidadãos dos lacedemônios, é a “vivacidade e o espírito de iniciativa” (TUCÍDIDES, VIII.96.25-26). Assim, Atenas, em sua retomada, depõe os Trinta Tiranos, e o governo dos Cinco Mil assume a gestão da cidade.

¹²¹ Cf. TUCÍDIDES, VIII.89-90.

¹²² “A notícia dos acontecimentos na Eubéia envolveu os atenienses num pânico sem precedentes. Realmente, nem o desastre na Sicília, apesar de lhes ter parecido enorme na época, nem qualquer outro acontecimento os alarmou tanto. Depois da rebeldia de seu exército em Samos, quando já não dispunham de naus nem de homens para tripulá-las, em meio à agitação que lavrava em Atenas e ameaçava lançar a qualquer momento os cidadãos uns contra os outros, agora que viera somar-se a tudo aquilo um desastre de tal magnitude, no qual a cidade havia perdido a sua frota e – o pior de tudo – a Eubéia, da qual lhes advinham mais benefícios que da própria Ática, não tinham eles todas as razões para estar desesperados?” (TUCÍDIDES, VIII.96.1-10).

A última referência feita a Alcibíades na obra tucidideana, ocorre quando do anúncio aos atenienses em Samos de que ele havia impedido a vinda das naus fenícias para aliarem-se aos peloponésios. As últimas promessas do jovem comandante são citadas por Tucídides e falam acerca do aumento da proximidade de Tissafernes a Atenas (TUCÍDIDES, VIII.106-108) – o que, de fato, nunca foi concreto. A partir desse ponto, encerra-se a narração da *História da Guerra do Peloponeso*, no final do 21.º ano de contenda.

APÊNDICE B

Apontamentos sobre a relação Sócrates-Alcibíades na obra platônica

Platão, como um dos seguidores de Sócrates, buscou defender a imagem de seu mestre contra as acusações¹²³ que o levaram a julgamento e condenação. Segundo a crítica moderna, Platão teria apresentado Alcibíades em sua obra de uma maneira a defender Sócrates de sua acusação e morte injusta, desvinculando a responsabilidade de Sócrates para com as ações de Alcibíades. O jovem, assim como Crítias, também foi discípulo de Sócrates e ambos colecionam ações impróprias na política¹²⁴. Conforme veremos adiante, a relação entre Sócrates e Alcibíades é citada em algumas obras platônicas¹²⁵. Primeiro, no diálogo *Protágoras*, o belo Alcibíades é citado pelo interlocutor de Sócrates:

Interlocutor – De onde vens tu, Sócrates? Está-se mesmo a ver que da caça ao jovem Alcibíades, não? A propósito, quando vi, de manhã, pareceu-me já um belo homem; e – isto aqui entre nós Sócrates – um homem feito, até com barba a despontar.

Sócrates – Ora, e então? Não és tu admirador de Homero, que diz que a idade mais grata é a da primeira barba, a que tem agora Alcibíades?

Inter. – É verdade. E o que há de novo? Vens de junto dele, não vens? Que tal te tratou o nosso jovem?

Sócrates – Bem – pelo menos, pareceu-me –, sobretudo hoje, pois pôs-se ao meu lado e fez várias intervenções em meu favor. Sim, venho agora mesmo junto dele. Quero até contar-te algo notável: apesar de ele estar presente, não lhe prestei grande atenção e, muitas vezes, até me esqueci dele.

Inter. – Mas que coisa tão extraordinária vos terá acontecido, a ti e a ele? Não me digas que encontraste algum outro mais belo do que ele aqui na nossa cidade?

Sócrates – E muito mais! [...]

Inter. – E pareceu-te ser assim tão belo esse estrangeiro ao ponto de o achares mais belo que o filho de Clínias?

Sócrates – Como é que quem é o mais sábio, meu caro, não há de parecer o mais belo? (PLATÃO, *Protágoras*, 309a-c).

¹²³ Segundo Jaeger (2010, p. 515), “a multidão não compreendia que a atitude pessoal de Sócrates era radicalmente diversa da ambição de poder de conspiradores como Alcibíades e Crítias, e tinha as suas raízes espirituais superiores às causas meramente políticas”.

¹²⁴ Cf. PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 33a-b. A respeito das acusações a Crítias, conferir *Helênicas e Memoráveis*, de Xenofonte.

¹²⁵ Por esta ser uma compilação que é complementar ao texto em questão, não faremos referência ao diálogo *Primeiro Alcibíades*.

O excerto já pontua a definição de belo que o Sócrates platônico aborda em outras obras. No decorrer do diálogo, no debate entre Sócrates e Protágoras, o filósofo argumenta que a arte de gerir a cidade não se transmite, basta ter em vista que os grandes políticos, como Péricles, não transmitiram essa *arete* aos seus filhos e tutelados.

Sócrates – [...] E, se quiseses mais, este mesmo Péricles, que era tutor de Clínias, o irmão mais novo aqui do nosso Alcibíades, com receio de que ele fosse corrompido pelo irmão, afastou-o dele e enviou-o para ser educado junto a Árifron [irmão de Péricles], que, antes que tivessem completando seis meses, devolveu sem saber o que fazer com ele. (PLATÃO, *Protágoras*, 319e-320a).

Deste diálogo, é possível depreender que Protágoras utilizar o termo *arete* vinculado somente aos aspectos sociais – a virtude do bom governar, enquanto Sócrates, vincula-a a aspectos morais. E quanto a Alcibíades, Platão, fazendo uso de Sócrates, o julga como aquele capaz de corromper as outras pessoas.

Não são feitas apenas referências à sua beleza ou capacidade de corromper os outros. No diálogo *Górgias*, Sócrates interroga Cálicles quanto à boa condução dos negócios públicos, pois, segundo o filósofo, é dever daquele que administra a *polis* esforçar-se por tornar os outros melhores (PLATÃO, *Górgias*, LXXI). Ao dirigir-se a Cálicles, Sócrates cita as suas duas paixões: a *filosofia* e *Alcibíades* [PLATÃO, *Górgias*, 481c-d], e as diferencia:

Sócrates – [...] E ela [a filosofia], caro amigo, que não cessa de dizer-me o que me ouves expor neste momento, sendo de notar que ela é muito menos volúvel do que os outros amados; o filho de Clínias, em verdade, ora fala de um jeito, ora de outro; mas a filosofia diz sempre a mesma coisa (PLATÃO, *Górgias*, 481d-482c).

Até então, são feitas algumas pontuações passageiras que se remetem à relação Sócrates e Alcibíades. O diálogo que, de fato, retrata isso é *O Banquete*. Nele, após a descrição socrática do *Eros* filosófico, dado a conhecer por Diotima por intermédio de Sócrates, Platão faz entrar em cena Alcibíades. Embriagado, com diáfanos de flores e com uma flautista, o jovem entra no que seria o encerramento das falas dos presentes no banquete, o elogio de Sócrates ao Eros está sendo louvado pelos presentes e somente Aristófanes iniciaria uma crítica, mas é interrompido.

Ao tomar conhecimento da temática da discussão e ao notar Sócrates entre os participantes do simpósio, Alcibíades leva do elogio em honra ao Eros ao elogio a Sócrates, por meio da narração dos enlaces de sua vida com a de Sócrates e das frustrações decorrentes deles. Remetendo a si mesmo, insistentemente, como aquele que poderia verdadeiramente

dizer algo sobre o filósofo, Alcibíades discursará sobre o Eros pelo aspecto particular ou por sua experiência com Sócrates (NUSSBAUM, 2009, p. 162). Diferentemente do modo pela qual Sócrates busca referenciar a *episteme*, a dizer, por intermédio da investigação dialética por reduzir os particulares ao universal, Alcibíades recorre ao relato pessoal para “revelar” seu conhecimento da verdade sobre Sócrates. Segundo Hadot (2010, p. 69), o conteúdo presente n’*O Banquete*, assim como na *Apologia*, é “um momento literário dedicado à memória de Sócrates”.

Alcibíades conta algumas histórias de Sócrates; ele tateia em busca de imagens e associações para comunicar o sentimento interior da experiência. [...] A fala desorganizada e tumultuada, se move da imaginação à descrição, da resposta à história, e refaz esse caminho muitas e muitas vezes. É precisamente seu caráter tateante, algo caótico que a torna tão comovedoramente convincente como uma consideração – e uma expressão do amor. (NUSSBAUM, 2009, p. 164-5)

No diálogo, Alcibíades rememora sua relação com Sócrates, “Alcibíades: – Tu me pareces – disse-lhe eu – ser um amante digno de mim, o único, e te mostras hesitante em declarar-me” (PLATÃO, *O Banquete*, 218c); a atitude do jovem corresponde a do erómenos, indicando a Sócrates o papel de erástes, e como aquele que melhor irá auxiliá-lo a tornar-se o melhor possível, a alcançar a *arete*. Mas a resposta de Sócrates é para Alcibíades uma desagradável surpresa: ao indicar que a formosura/beleza (*kalós*) desse jovem, a sua beleza da aparência, não seria capaz de compor uma troca justa pela beleza de Sócrates, a verdadeira beleza – para Sócrates seria como trocar *ouro por cobre* (PLATÃO, *O Banquete*, 219a). Erástes e Erómenos trocam de lugar, a atração do belo corpo é subjugada pela atração da bela alma.

A inversão, composta por uma rejeição, soa como um *crime de orgulho* (BRANDÃO, 1991), pois em sua vaidade, Alcibíades sente-se desprezado naquilo que lhe é mais caro: “minha juventude [...] insultou-a e justamente naquilo que eu pensava ser alguma coisa” (PLATÃO, *O Banquete*, 219c). A esse ocorrido também se soma outro registro que compõe esse quadro de repulsa; parece que Alcibíades fala de si mesmo ao elencar os bens que para Sócrates julga não possuírem importância, em especial, quando temos em mente quem Alcibíades foi, sua família, seus traços de caráter e seu destaque na *polis*. Acompanhemos essa fala: “sabei que nem a quem é belo tem ele a mínima consideração, antes despreza tanto quanto ninguém poderia imaginar, nem tão pouco a quem é rico, nem a

quem tenha qualquer outro título de honra, dos que são enaltecidos pelo grande número” (PLATÃO, *O Banquete*, 216d-e).

Contudo, o Eros que o envolveu nessa relação o enlaçaria ainda mais a Sócrates, tomando-o como um “ser verdadeiramente divino e admirável” (PLATÃO, *O Banquete*, 219c), de cujos aspectos marcantes de personalidade Alcibíades destacaria a *sabedoria* e a *fortaleza*. Em um reconhecido paralelo entre o desejo sexual e o desejo da sabedoria¹²⁶, Alcibíades relata:

Eu então, mordido por algo mais doloroso, e nos ponto mais doloroso em que se possa ser mordido – pois foi no coração ou na alma, ou no que quer que se deva chamá-lo que fui golpeado e mordido pelos discursos filosóficos, que têm mais virulência do que a víbora, quando pegam de um jovem espírito, não sem dotes. (PLATÃO, *O Banquete*, 218a)

O jovem se deparará com um impasse: ser conduzido ao conhecimento lhe causaria uma irritação, pois a presença de Sócrates o atormenta na medida em que o obriga a olhar e a conhecer-se a si mesmo – mas, do mesmo modo, a sua ausência também lhe é desagradável (PLATÃO, *O Banquete*, 219e); sua condição, descreve, era de alguém embaraçado e “escravizado pelo homem como ninguém mais por nenhum outro” (PLATÃO, *O Banquete*, 219e). As forças que o impulsionam para direções opostas, o mantêm fixo no mesmo lugar, escravo de uma situação.

Segundo Hadot (2010, p. 86), “Sócrates, por sua vida e seu discurso, que tem efeito mágico e *daimônico*, obriga Alcibíades a pôr-se a si mesmo em questão e a dizer-se que sua vida não merece ser vivida, caso ele se comporte dessa maneira”¹²⁷. Se a pintura de Sócrates é idealizada, o tormento de Alcibíades é palpável. Vejamos o que ele nos conta, ou melhor, conta às pessoas nas quais deposita sua confiança, em sua embriaguez:

Eu pelo menos, senhores, se não fosse de todo parecer que estou embriagado, eu vos contaria, sob juramento, o que é que eu sofri sob o efeito dos discursos deste homem, e sofre ainda agora. Quando com efeito, os escuto, muito mais do que aos coribantes em seus transportes bate-me o

¹²⁶ Segundo Nussbaum (2009), “Ambos (desejos) são dirigidos a objetos do mundo e almejam, de algum modo, a apreensão e a posse desses objetos” (p. 167)

¹²⁷ *O Banquete* nos sugere um paralelo entre Sócrates e o Eros filosófico que, entre outros pontos, traz consigo um caráter daimônico. O tema foi bem explorado nas Notícias, da Edição da Les Belles Lettres como também nos estudos da Nussbaum (2009).

coração, e lágrimas me escorrem sob o efeito dos seus discursos, enquanto que outros muitíssimos eu vejo que experimentam o mesmo sentimento; ao ouvir Péricles porém, e outros bons oradores, eu achava que falavam bem sem dúvida, mas nada de semelhante eu sentia, nem minha alma ficava perturbada nem se irritava, como se se encontrasse em condição servil. (PLATÃO, *O Banquete*, 215d-e)

Acima da vontade, há algo que o acorrenta a Sócrates, se não fosse assim, provavelmente já teria se afastado daquilo que lhe causa ressentimento:

[...] mas com este Mársias¹²⁸ aqui, muitas foram as vezes em que de tal modo me sentia que me parecia não ser possível viver em condições como as minhas. E isso, é Sócrates, não irás dizer que não é verdade. Ainda agora tenho certeza de que, se eu quisesse prestar ouvidos, não resistiria, mas experimentaria os mesmos sentimentos. Pois me força ele a admitir que, embora sendo eu mesmo deficiente em muitos pontos ainda, de mim mesmo me descuido, mas trato dos negócios de Atenas. (PLATÃO, *O Banquete*, 216a)

É o preceito do “cuidado de si”, pregado por Sócrates e ignorado por Alcibíades.

A custo então, como se me afastasse das sereias, eu cerro os ouvidos e me retiro em fuga, a fim de não ficar sentado lá e aos seus pés envelhecer. E senti diante deste homem, somente diante dele, o que ninguém imaginaria haver em mim, o envergonhar-se de quem quer que seja; ora, eu, é diante deste homem somente que me envergonho. (PLATÃO, *O Banquete*, 216a-b)

Trata-se do efeito de Sócrates sobre Alcibíades, despertando-lhe uma crise de consciência – ou seja, o primeiro passo interventivo na mudança da conduta, mas carece da ação para que a mudança se concretize.

Com efeito, tenho certeza de que não posso contestar-lhe que não se deve fazer o que ele manda, mas quando me retiro sou vencido pelo apreço em que me tem o público. Safo-me então de sua presença e fujo, e quando o vejo envergonho-me pelo que admiti. E muitas vezes sem dúvida com prazer o veria não existir entre os homens; mas se por outro lado tal coisa ocorresse, bem sei que muito maior seria a minha dor, de modo que não sei o que fazer com esse homem. (PLATÃO, *O Banquete*, 216b-c)

Neste último excerto, Platão retoma aquilo que foi dito no *Primeiro Alcibíades*, quando Sócrates afirma que se Alcibíades o seguisse, o jovem conquistaria o desejo, com sua

¹²⁸ Em 215a-d e 216d-e, Alcibíades compara Sócrates ao Sátiro Mársias, quanto a ser feio em seu aspecto exterior, e por sua excelência na arte de tocar flauta, comovendo os homens pela música – com essa segunda característica, Alcibíades compara o efeito semelhante que as palavras de Sócrates possui.

ajuda. Longe do filósofo, Alcibíades sente-se envolvido com sua vaidade, embriagado pela paixão pela popularidade, mas uma vergonha ressurgiu quando encontra com o mestre, a tal ponto que desperta a sua desmedida contra si mesmo, ao desejar não pertencer ao *número dos vivos*.

A tragédia do amor de Alcibíades por Sócrates, a quem, procura e de quem ao mesmo tempo se quer fugir, pois Sócrates é consciência quem o acusa a ele mesmo, é a tragédia de uma natureza filosófica esplendidamente dotada, tal qual Platão a descreve na *República* (490E e ss.), e que por ambição se degrada em homem de sucesso e de poder [...] admiração e adoração por Sócrates, mas com mistura de temor e ódio. (JAEGER, 2010, p. 748)

Por fim, nessa relação, há uma oposição pulsante: o discípulo ama o mestre, que não pode, no entanto, realizar o desejo de Alcibíades. Sócrates aspira a um Eros em tudo diferente daquele concebido pelo discípulo, um Eros que Alcibíades não é capaz de cumprir, ainda que concorde com as palavras de Sócrates. Alcibíades foi vítima do seguinte conflito: as intensidades da necessidade de presença e de ausência do mestre em iguais medidas.

ANEXO 1

Três ilustrações da relação Sócrates-Alcibíades

Há um reportório de ilustrações da relação entre Sócrates e Alcibíades; para este trabalho, três delas foram selecionadas devido à presença de um caráter *paidêutico*:

Ilustração 1

FRANÇOIS-ANDRÉ VINCENT. **Alcibiades Being Taught by Socrates**, 1777. Óleo sobre tela. Musée Fabre-Montpellier.

Fonte: http://mini-site.louvre.fr/saison18e/en/antiquite_revee/ar29.html <Acessado em: 25 ago. 2014>

Ilustração 2

JEAN-LÉON GÉRÔME. **Socrates seeking Alcibiades in the House of Aspasia**, 1861. Óleo sobre tela.

Fonte: <http://www.wikiart.org/en/jean-leon-gerome/socrates-seeking-alcibiades-in-the-house-of-aspasia> <Acessado em: 25 ago. 2014>

Ilustração 3

PEDRO AMÉRICO DE FIGUEIREDO E MELO. **Sócrates afastando Alcebíades dos braços do vício**, 1861. Óleo sobre tela. Rio de Janeiro, Museu Dom João VI EBA/UFRJ.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Am%C3%A9rico <Acessado em: 25 ago. 2014>